

LUCAS HENRIQUES PUTINATO

DAMIÃO DE GÓIS E OS NOVOS CAMINHOS DA HISTÓRIA
QUINHENTISTA

FRANCA
2007

LUCAS HENRIQUES PUTINATO

DAMIÃO DE GÓIS E OS NOVOS CAMINHOS DA HISTÓRIA
QUINHENTISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, para obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Susani Silveira Lemos
França

FRANCA
2007

Putinato, Lucas Henriques

Damião de Góis e os novos caminhos da história quinhentista /
Lucas Henriques Putinato. –Franca : UNESP, 2007

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História,
Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Damião de Góis – Crônicas. 2. Humanismo português.
3. Portugal – História, séc. 16.

CDD – 946.902

Dedico a minha família

AGRADECIMENTOS

No decorrer da realização deste trabalho, muitos foram os momentos em que me senti grandemente auxiliado. De tanta valia foi o amparo dessa gente querida, que eu não poderia me furtar a registrar alguns de seus nomes, em sinal de gratidão e consideração.

Pela desmedida atenção e confiança, agradeço à Susani Lemos França, que é grandemente responsável por meu aprendizado e amadurecimento intelectual. Agradeço pela sua imensa atenção, paciência e compreensão, pelas cuidadosas correções e pela amizade dispensada desde o início da pesquisa.

Agradeço aos respectivos coordenadores e diretores das escolas pelas quais trabalhei e trabalho, que desde o início desta pesquisa, colaboraram com a elaboração dos meus horários de trabalho sempre compatíveis com minhas obrigações acadêmicas referentes ao mestrado sendo elas: E.E.Alberto Santos Dumont, no município de Ribeirão Preto; E.E.Mário Pereira Pinto, no município de Campo Limpo Paulista; e a E.E. Prof^a. Altimira Pinke, no município de Leme.

Aos amigos da pós-graduação: Elisa Verona, Ana Paula Andrade, Cláudia Francisco, Luciana Parzewski e Michele, que demonstraram carinho, apoio e sincera amizade, compartilhando os medos e as dificuldades com que me deparei ao longo dessa pesquisa. Minha sincera amizade e gratidão por tudo.

Igualmente agradeço a minha eterna amiga Minisa Nogueira Napolitano, que sempre me acompanhou em todos os momentos de minha vida dispondo-me apoio e incentivo ao longo da minha jornada acadêmica. Igualmente agradeço a atenção dispensada ao amigo Alexandre Marcelo Crispim.

Não poderia deixar de agradecer aos meus queridos pais, Dona Laura Regina Henriques Putinato e o Sr. José Putinato e ao querido avô Agostinho dos Santos Henriques, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando e compartilhando meus medos e inseguranças, conjuntamente ao meu lado onde disponho apreço e gratidão.

Também não posso deixar de agradecer ao meu caro amigo Venilton Carlos Querino, que muito me ajudou, principalmente neste último ano de pesquisa, com seu apoio, compreensão e ajuda indispensável, muito obrigado!

Agradeço também ao Governo do Estado de São Paulo que através do Programa Bolsa Mestrado, ajudou a financiar esta pesquisa e possibilitou o desenvolvimento da mesma. Grato pela confiança.

E finalmente, agradeço a Jesus e Nossa Senhora Aparecida, que sempre me apoiaram derramando sobre meu caminho muita força, saúde e perseverança para trilhar minha jornada terrena até o presente momento.

Ao mesmo tempo peço desculpas aos nomes que porventura tenha esquecido de citar aqui, pois muitos foram os que auxiliaram; sintam-se agradecidos em igual atenção.

Fica a sensação de uma etapa vencida e a certeza de que é ainda apenas o começo.

RESUMO

As construções históricas no contexto do humanismo português são várias e significativas. A história constituiu um elemento essencial do humanismo, pois o alargamento do conhecimento da Antiguidade e o crescente interesse dos quinhentistas por retomar os relatos do passado, mas introduzindo novos temas ligados à expansão levaram a uma freqüente explicitação das concepções que conduziram as práticas historiográficas do século XVI. Nesse panorama, vemos Damião de Góis, guarda-mor do Tombo, dar continuidade à crónica do reino lusitano. Por ter sido uma das figuras de destaque na consolidação de certos valores europeus acerca da expansão ultramarina, sua obra, ao longo dos séculos, transformou-se numa referência entre os historiadores que descreveram os feitos portugueses do além-mar, num período em que se nota uma laicização do discurso histórico e, ao mesmo tempo, uma sobrecarga épica na descrição e fixação dos feitos lusitanos. São justamente essas tendências na escrita da história do século XVI o alvo desta pesquisa. Tomaremos como objeto de análise as duas crônicas escritas por Damião de Góis: *A Crônica do Felicíssimo rei D. Emanuel I* e *a Crônica do rei D. João, Rei que foi destes regnos segundo do nome*, a partir das quais procuraremos refletir sobre o seu fazer histórico, analisando a sua concepção de história em relação à dos cronistas que o antecederam, bem como o seu critério de verdade histórica.

Palavras-chave: Damião de Góis, humanismo português, crônicas - Portugal.

ABSTRACT

The historical constructions in the Portuguese Humanism context are several and very significant. The History constituted an essential element for the Humanism because the enlargement of the Ancient Times knowledge and the rising interest in the writers of the 16th century of retaking the reports from the past but introducing new issues related to the expansion took it to a frequent exploitation of the conceptions that conducted to the historiographic practice from the XVI century. This way we can notice Damião de Góis, high-guardian of the Tombo, to continue the chronicles from the Lusitanian kingdom. For it has been one of the main characters in the consolidation of some European values about the oversea expansion, his work over the centuries became a reference among the historians that described the Portuguese deeds in overseas, in a period that we notice the laicity of the historical speech and at the same time an epic overload about the description and the fixation of the Lusitanian deeds. The focus of this research are these tendencies in writing the History from the XVI century. We will have as aim the analysis of two chronicles written by Damião de Góis: The chronicle of the most happy King Dom Emanuel I and the Chronicle of the King Dom João, whose name was the second in this kingdom, from this chronicles we will reflect about its historical work, analyzing its conception of History relating to the predecessor chroniclers conceptions, as well as their decisive factor about the historical truth.

Key-words: Damião de Góis, portuguese humanism, chronicles - Portugal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

UMA CRÔNICA VISTA E REVISTA

- 1.1 Damião de Góis e a tradição cronística
- 1.2 Leitura e autoria para Damião de Góis
- 1.3 Damião de Góis e um leitor insatisfeito

CAPÍTULO 2

DIÁLOGOS DE DAMIÃO DE GÓIS COM SEUS ANTECESSORES

- 2.1 A cronística de Rui de Pina
- 2.2 Oposições e aproximações entre dois cronistas

CAPÍTULO 3

DAMIÃO DE GÓIS: HISTÓRIA E VERDADE

- 3.1 Breve apresentação das crônicas goisianas
- 3.2 A construção de história e verdade nas crônicas de Damião Góis

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

A cronística portuguesa dos séculos XV e XVI constitui um modelo de narrativa que, segundo críticos e historiadores, divide-se em duas correntes: a crônica de expansão e a crônica régia. Em ambas as correntes são comuns os excertos pelos cronistas de passagens em que delimitam as fronteiras do seu objeto, bem como em que apresentam os traços e as regras que conduzem seus textos e os enquadram como cronísticos, ou seja, excertos que definem um gênero e uma prática escrita comprometida com o registro do passado.

Assim, para se distinguir uma crônica da expansão portuguesa é fundamental confrontá-la com as crônicas régias coetâneas, pois o eixo de cada uma é diferente. As crônicas régias têm como alvo os monarcas e seus espaços temporais cobrem a duração dos respectivos reinados narrados. Já, na cronística da expansão, o enfoque é outro, ela assume-se como discurso de um poder ou domínio mais amplo – que vai para além do rei e começa já a envolver a nação recém-criada –, fazendo uso das crônicas régias como fonte e deslocando o eixo da figura dos monarcas para todo um povo, o povo português, como sintetiza João de Barros:

*E a gente Portugues cathólica per fe e verdadeira adoraçam do culto que se deue a deos, aruorando aquella diuina bandeira de Christo sinal de nóssa redempçam, de que a jgreja canta Vexilla regis prodeunt, nam sómente a vista dos mouros de Africa, Pérsia, e India, perfidos a ella, mas diante de todo o pagaismo destas pârtes que della nunca teueram noticia, e jsto nauegando per tantas mil leguoas que vem a ser antipodas de sua própria patria, cousa tam nóua e marauilhósa na opiniam das gentes, que ate doctos e muy gráués barões em suas escripturas pusseram em duuida de os auer, nas quâes pârtes elle ouueram victorias de todas estas nações, contendendo com os perigos do már trabálhos de fome e séde, dóres de nóuas enfermidades, e finalmente com as malicias traições e enganós dos hóme s que he mais duro de sofrer[...]*¹

Se a cronística pode ser lida como o discurso de um poder, interessa observar quais as imagens construídas e transmitidas de um determinado espaço ao longo dos tempos. Os cronistas recolhem informações várias, provenientes de fontes orais e escritas, e procuram ordenar, segundo eles, essas informações de modo a elaborar um discurso que se pretende uma espécie de espelho do passado. A escrita é, portanto, tomada por eles como o elemento chave da preservação da memória, da transmissão e da construção de uma imagem através de

¹ BARROS, João de. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1988. p. 160.

um tempo e um espaço. Contudo, no século XVI, com a consolidação da imprensa, os escritores vêem-se, de forma mais contundente, obrigados a contemplar seus prováveis leitores, o quais, como exploraremos no primeiro capítulo, começam inclusive a tentar intervir no resultado do texto final que ganhará a prensa. No caso de Damião de Góis, pensador quinhentista português que nos legou uma vasta e importante obra não apenas cronística, essa intervenção foi da parte de um nobre insatisfeito com o que, na sua *Crônica de D. Manuel*, o cronista disse sobre sua família e insatisfeito com determinados assuntos que ele julgava serem inapropriados para ganharem a forma cronística. As implicações dessa intervenção são o alvo do primeiro capítulo desta dissertação.

Dado que o veículo por excelência de transmissão do passado expansionista ou régio português no século XVI é assumidamente a crônica, nossa ênfase, neste trabalho, será sobretudo a análise do conjunto dos textos cronísticos portugueses quinhentistas, especialmente aqueles de Damião de Góis, por seu destaque no período e pela referida intervenção que sofreu na versão final. Tentaremos perceber como a escrita da história se configurou no século XVI em Portugal, período em que a língua portuguesa é já a língua oficial de preservação do passado. Para tanto, o segundo capítulo dedicar-se-á ao cotejo entre as crônicas de Góis e aquelas do seu antecessor Rui de Pina – cujas crônicas foram profundamente criticadas pelo quinhentista –, procurando observar mudanças e permanências entre umas e outras. Em tal perspectiva, as asserções dos cronistas funcionarão como norteadoras do nosso objetivo.

Essa opção justifica-se na medida em que o objetivo desta pesquisa é perceber os conceitos de história e verdade de Góis, com a finalidade de notar se eles podem ser pensados como opostos aos valores correntes na prática cronística do século anterior à grande expansão. No terceiro capítulo, é justamente a sua definição do que é história, ou do que é fazer história, que será explorada, a partir do que Damião de Góis explicita já no prólogo da *Crônica do Felicíssimo Rey D. Emanuel* e da *Crônica do Príncipe D. João*, que foram escritas pelo então cronista e guarda-mor do Tombo, entre 1550 e 1570. Mesmo que nem sempre o que os cronistas colocam ou se propõem a fazer nos seus prólogos consigam efetivar ao longo dos textos, vale examiná-los detidamente a fim de notar como esses historiadores projetaram ou idealizaram o seu fazer histórico.

Inúmeras outras questões, entretanto, trazem os textos cronísticos goisianos, além de seu conceito de história e verdade. A noção de autoria, a preocupação com o bem escrever e uma velada preocupação como a recepção de seus escritos são os pontos que também nos preocuparam ao longo desta pesquisa. Todas essas questões estão ligadas à da

responsabilidade e dos direitos do autor que, em grande parte devido ao fortalecimento da censura inquisitorial sobre os escritos, trouxeram novos problemas para o fazer história, problemas não pensados pelos cronistas medievais, mas que serviram a Góis – demasiadamente convicto dos valores do seu tempo – para analisar esses seus antecessores.

Nosso trabalho foi dividido em três capítulos, que culminam com o desdobramento dos conceitos de história e verdade de Damião de Góis. Na realização do trabalho, optamos por recorrer inúmeras vezes a citações dos próprios cronistas, confrontando-as entre si e amparando as leituras na historiografia recente dedicada ao século XVI e aos cronistas; historiografia esta que nos ajudou a definir o percurso de análise dos documentos escolhidos.

Resumidamente, o estudo que se segue procura apontar como Góis, imbuído de seus conceitos e influências, construiu uma história que ajudou a fixar o que os portugueses entenderam que era seu passado merecedor de lembrança.

CAPÍTULO 1

UMA CRÔNICA VISTA E REVISTA

Muitos têm sido os historiadores que destacaram como o século XVI, em Portugal, é marcado por um clima de epopéia e exaltação glorificativa, um clima de exaltação dos reis que tinham dirigido a expansão ao mundo africano e oriental.

A presença do homem português repartido pelo mundo foi objeto de atenção dos historiadores desde o século XVI e cumpriu importante papel na modelação das formas de pensar do homem quinhentista português. Destacam-se aqui duas correntes distintas no que tange ao labor dos escritores quinhentistas. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão², têm-se uma corrente tradicional, que faz da crônica meio de relatar os feitos do reino; e há uma corrente que o autor denomina de ultramarina, que procura criar um novo tipo de história, valorizando os feitos portugueses no mundo afro-indiano e brasílico .

Mudanças também ocorrem na linguagem escrita, oferecendo à disciplina histórica o que Serrão chamou de “uma nova roupagem verbal”³, bem como novos meios de expressão cultural, a partir do momento em que a língua atinge a “ modernidade do idioma” .⁴ Esse historiador aponta que o sentido histórico dos acontecimentos, os quadros de elevação moral, a tendência glorificativa do passado, trouxeram à tona a leitura e o estudo de autores clássicos como Plutarco, César, Cícero e outros que, nas suas palavras, “passam a constituir modelos literários para cultores da disciplina histórica”⁵.

Essa volta à Antigüidade clássica através da difusão da literatura da Antigüidade faz com que a tradição cultural portuguesa de Quinhentos receba novos contributos, contributos que podem ser resumidos sob o rótulo de Humanismo. A esse respeito, a análise feita por Joaquim de Carvalho⁶ parte da perspectiva de que as inovações científicas e intelectuais, ocorridas na Europa moderna, teriam propiciado as transformações nos valores, nas ciências e nas artes portuguesas. O ambiente europeu da época é apontado como responsável pelas modificações em Portugal. Dessa maneira, o humanismo português provém de um movimento mais amplo, sendo posteriormente incorporado à cultura, às artes e ao ensino portugueses. Apesar de considerar esse movimento como desenvolvido “fora” de Portugal, o autor enfatiza

² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. A historiografia portuguesa. Lisboa: Verbo, 1972. v. 1.

³ Ibid., p 148.

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

⁶ CARVALHO, Joaquim de. Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1978.

que o sentimento patriótico dos portugueses não diminuiu, ao contrário, fez-se presente em seus temas de inspiração nacional. Joaquim de Carvalho destaca ainda o apoio da Coroa portuguesa e os incentivos concedidos aos jovens portugueses para estudarem no exterior, através de bolsas de estudo concedidas pelo rei D. João III; fato que teria permitido a entrada de novas idéias em Portugal.

Os contatos que assim se criaram com as escolas do estrangeiro, englobando os maiores nomes do pensamento europeu, tinham forçosamente de impor os mestres que, pela docência ou pela obra, haviam se destacado na vida intelectual do tempo⁷. O latim tornou-se o veículo de aproximação dos homens que comungavam no mesmo ideal e a quem a aurora do renascimento oferece as condições de intercâmbios para a sua valorização. Pôde-se colocar em relevo aqui o fluxo e refluxo de escolares portugueses que, desde os finais do século XV, freqüentaram universidades estrangeiras, sobretudo italianas. Tal fato pode ser explicado através do “investimento na cultura”, tanto quantitativa quanto qualitativamente, sob comando de D. João III. A propósito disso, Antônio Rosa Mendes⁸ destaca que o “investimento na cultura, sobre ser um imperativo das circunstâncias históricas, só a prazo relativamente largo poderia surtir”. Sendo assim, o autor vê que, com os recursos existentes na coroa portuguesa para promover uma “modernização”⁹ da cultura em Portugal, a primeira iniciativa do governo joanino foi a “importação de eruditos” ou a manutenção de bolseiros, estudantes portugueses, em centros intelectuais de relevância no momento, como a Universidade de Paris, por exemplo.

Era pelo estudo das *bonae litterae* que se abria o caminho da *humanitas*, ou seja, o admirável campo do saber onde o homem recebia a nobilitação da cultura. Sem ter em conta a origem social ou o privilégio da fortuna, o humanismo contribuiu para a irradiação de figuras notáveis, incluindo muitos oriundos de Portugal. Mas aqui há de se ressaltar uma questão a respeito desse supracitado humanismo: segundo alguns autores, como José de Pina Martins¹⁰ e Antônio Rosa Mendes¹¹, o humanismo cristão de Erasmo de Roterdão cativou muitos escolares lusitanos que freqüentaram os gerais do estrangeiro. Isso conduz a levantar um problema fundamental relacionado ao tema e assinado por Antônio Rosa Mendes no seu texto, no qual propõe que, no contexto dos anos 30 do século XVI português, quem diz

⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal (1580). Portugal: Verbo, 1978. p. 173.

⁸ MENDES, Antônio Rosa. A vida cultural. In. MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). História de Portugal: no alvorecer da modernidade. Coimbra: Estampa, 1973. v. 3. p. 375-421.

⁹ Termo utilizado por vários autores, inclusive Antônio Rosa Mendes na obra: MENDES, 1973, op. cit., p. 380.

¹⁰ MARTINS, José V. De Pina. Humanismo e erasmismo na cultura portuguesa do século XVI. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

¹¹ SERRÃO, 1978, op. cit.

humanismo diz necessariamente *erasmismo*. O autor coloca que o prestígio do sábio de Roterdão estava no seu auge e, por conseqüência, sua doutrina, que associava conteúdos humanísticos como um método histórico – filológico, defesa das belas-letas em confronto com a escolástica, aspirações de um cristianismo ético e evangélico, suscitou a adesão de inúmeros intelectuais portugueses, como João de Barros, Duarte de Resende, Diogo de Gouveia, Damião de Góis, André de Resende, entre outros. Esses, examinando o pensamento erasmiano, “agenciaram a modernização da cultura portuguesa”¹², daí a associação humanismo – erasmismo. Já José de Pina Martins, no seu texto, trata do controverso tema do “erasmismo”. A razão principal para a dificuldade em defini-lo estaria na inevitável aproximação entre o conceito de “erasmismo” e o conceito de “humanismo”. Os dois mais importantes aspectos do “erasmismo” – método e doutrina – são quase inseparáveis do conceito de humanismo. Sendo assim, Pina Martins aponta a impossibilidade de se destacar um único tema da obra de Erasmo de Roterdão que não seja detectado em obras de Petrarca e de seus discípulos. Martins critica a análise anti-científica de muitos pesquisadores que chamam *erasmita* um autor, sem que perguntem se o *erasmismo* não seria antes derivado do humanismo de Quatrocentos, do qual Erasmo foi herdeiro.

Seguindo essa linha de raciocínio, o texto de A. Costa Ramalho¹³ procura elucidar a introdução do humanismo em Portugal. O autor traça o caminho da “entrada” do dito humanismo em Portugal por meio dos estudos da cultura grega e latina e, sobretudo, por esta última, já no final do século XV Português. Ele considera como marco inicial do Humanismo Português a chegada de Cataldo Sículo, no supracitado país, em 1485. O autor, discorrendo sobre a passagem de Sículo nas terras portuguesas, demonstra-nos a evolução ao longo do século XVI do Humanismo português e seus conceitos.

Muitas são as dificuldades que se põem a uma abordagem desse tipo, mas conhecer algumas maneiras pelas quais é abordado o controverso tema é incontornável. Aqui pretende-se tão somente reconhecer que existem essas diversidades de compreensão e essa multiplicidade de formas de se atentar para o tema do humanismo, para assim melhor se poder analisar como se situam as crônicas de Damião de Góis, nosso objeto de pesquisa, nesse ambiente de valorização da Antigüidade e de diálogos com letrados de outras partes da Europa.

A tradição cultural portuguesa recebeu a nova seiva do humanismo, enriquecida pela mensagem clássica do Renascimento. E é aqui que se atém este trabalho, ao abordar a obra de

¹² SERRÃO, 1978, op. cit., p. 384.

¹³ RAMALHO, Américo da Costa. Estudos sobre o século XVI. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

Damião de Góis, mais especificamente suas duas únicas crônicas, *Chronica do Felicíssimo Rei Dom Emmanuel* e a *Chronica do Príncipe Dom João, Rey que foi destes regnos segundo do nome*. Esses deslocamentos culturais, levantam problemas quanto ao gênero literário da crônica, na medida em que as experiências quinhentistas procuram romper com convenções narrativas herdadas de um certo tipo de discurso medieval, que implica em uma outra concepção de história. Quanto a isso, a principal razão que justifica a escolha deste autor, frente a muitos outros, é a sua definição do que é a história, ou do que é fazer história, e da importância que tem o autor nessa tarefa, como Góis explicita ao seu leitor já no prólogo de sua *Chronica de D. Manuel*:

*Muitos, e graves authores nos principios de suas chronicas trabalharam em louvar ha historia, da qual tudo ho que dixeram foi sempre muito menos do que se devia dizer, porque assi quomo ella he infinita, assi seus louvores nam tem fim, nem termo a que se possam reduzir, e pois tudo o tratado nesta parte, he quasi nada em comparaçom do que deve ser, [...]*¹⁴.

Na referida crônica, além dos pontos acima apontados, encontramos referidos os inúmeros dissabores do seu autor, pois, no decorrer da narrativa, são levantadas pelo cronista importantes questões, como por exemplo a noção de autoria e leitura de uma obra – que analisaremos no decorrer desse capítulo.

Antes, porém, de nos atermos às questões que o texto cronístico goisiano nos traz, faz-se necessário analisarmos ou ao menos apontarmos um dos pontos que, segundo alguns historiadores, como Jorge A. Osório, Joaquim de Carvalho, entre outros, auxiliaram Portugal a participar do movimento geral do Renascimento europeu: o *humanismo*. Isso se justifica, pois a par de várias outras personalidades do seu tempo, Damião de Góis é considerado pela historiografia uma figura de referência indispensável para se conhecer o pensamento humanista, em Portugal e na Europa.

O humanismo exerceu grande influência no conceito de história, até fins do século XVI e influenciará diretamente nos ambientes culturais e cortesãos portugueses de Quinhentos. Segundo essa linha de pensamento, Elisabeth Feist Hirsh¹⁵ aponta que o clima que reinava na corte de D. Manuel era propício ao “pensamento científico”, mas a autora não afirma categoricamente que esse “pensamento científico” seja fruto do humanismo. O fato é que, segundo Hirsh, além do apoio real às ciências, houve também o imenso volume de dados

¹⁴ GÓIS, Damião de. *Chronica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1949a. pte 1, prólogo, sem paginação

¹⁵ HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

novos que afluíam à corte portuguesa, provenientes das navegações e dos contatos com outras cortes.

Mas de qualquer maneira, vale destacar as influências que os valores do humanismo ou “erasmismo” renascentista ganhavam nos setores das elites letradas. Um círculo cortesão que, em linhas gerais, durante o final da Idade Média, se esforçará no sentido de aumentar o patrimônio escrito, visando a organização do reino, a formação dos nobres e a construção do passado a serviço dos reis portugueses que protagonizaram o alargamento do mundo.

Quanto ao primeiro desses objetivos, diversas foram as ações no sentido de ordenar os documentos existentes e de não deixar sem registro escrito as decisões administrativas, os dissídios individuais ou coletivos e outras ocorrências jurídicas e políticas; o que concorreu para a valorização dos homens que dominavam a arte de escrever e para o enriquecimento dos arquivos públicos.

Todos esses dados são relevantes, na medida em que nos fazem pensar que é nesse ambiente que cresce Damião de Góis, pois, segundo Elisabeth Hirsth, “o tom da corte tornou-se parte da atitude e do modo de vida de Góis”¹⁶. Damião de Góis insere-se em um momento em que o fortalecimento do saber escrito no reino oferece à história novos meios de expressão cultural, juntamente com a difusão da imprensa, abrindo novas perspectivas para o labor histórico. Esse último reordena-se a partir da organização dos Arquivos Nacionais, a mando de D. Manuel; tarefa que tinha sido iniciada pelos guardas-mores quatrocentistas e que seria continuada pelo próprio Góis a partir de sua nomeação a título interino como guarda-mor do Arquivo Régio. Nas palavras de Elisabeth Hirsh, no trabalho no Arquivo Régio “Damião de Góis aprendeu um pouco da disciplina a que mais tarde iria dedicar-se, e por tal motivo começou a ter uma concepção da historiografia como *ciência*”¹⁷.

Sobre o pensamento humanístico de Góis, pode-se lembrar que, em 1544, Rutger Rescius publica em Lovaina um volume de autoria de Damião de Góis, intitulado *Aliquot Opuscula*. Este, além de vários escritos, incluía a correspondência trocada com ilustres personagens da época. Esta obra continha todas as obras de Góis publicadas até a data¹⁸. Segundo Hirsh¹⁹, só não estão aí inclusos os textos *Cato Major e Legatio*. A tradução de Cícero, segundo Tavares²⁰ e Hirsh,²¹ não teria interesse para o público português, mas como

¹⁶ HIRSCH, 2002, op. cit., p. 14.

¹⁷ Ibid., p. 15 – 16.

¹⁸ Ibid., p. 159.

¹⁹ Ibid., p. 159.

²⁰ TAVARES, José Fernando. Damião de Góis: um paradigma erasmiano no humanismo português. Lisboa, Universitária Editora, 1999. p. 79.

²¹ HIRSCH, 2002, op. cit., p. 159.

Cato Major e De Senectute são livros característicos deste período humanístico, segundo os autores acima citados, ambos concordam em afirmam que se trata da única contribuição de Góis para a difusão da literatura da Antigüidade Clássica. No *De Senectute*, Góis aplica diretamente os ensinamentos de Erasmo de Roterdã acerca da língua do Vernáculo²². Nesse texto, Damião de Góis mostra sua preocupação com a morte e um sentimento de insegurança frente à mesma. Dedicou a tradução dos supracitados textos ao Conde de Vimoso – segundo Tavares²³, fidalgo culto da corte de D. Manoel –, desejando dar ao Conde alguma “defensa” contra a velhice²⁴. Talvez a tradução de tal texto também se explique segundo a análise de Hirsh²⁵, pelo que se nota na correspondência goisiana deste período – primeira metade do século XVI –, na qual Damião de Góis revela um profundo medo da morte.

Mas o livro *Aliquot Opuscula*, que segundo Hirsh²⁶ e Tavares²⁷, se comparado com outros livros humanistas de seu tempo, é um livro modesto. Mas ainda assim, apesar da dita modéstia, Góis deve ser considerado como uma figura de destaque do Humanismo português. Segundo os autores acima citados, entre outros estudiosos do tema, o teor das suas obras vai de encontro com o pensamento humanístico do próprio Erasmo de Roterdã. Nas palavras de Hirsh²⁸, alguns de seus escritos em latim “exemplificam métodos inovadores e outros encarnam causas significativas da época”,²⁹ revelando três características: uma concepção do patriotismo de Góis; uma tentativa de contribuição para novos métodos científicos; e uma certa tolerância religiosa.

Sobre a primeira das características acima, os textos mais significativos que a exemplificam são *Hispania e De Rebus Eti Imperio Lusitanorum*, publicados em 1539. Já acerca da segunda característica, segundo Hirsh,³⁰ a obra *Hispania* “é um documento humanístico” marcado por traços como, por exemplo, a riqueza de detalhes na narrativa, bem como a experiência pessoal do autor, que podem ser consideradas maneiras escolhidas por esse de elaborar um texto para que pudesse ser considerado científico. Sobre esse ponto, a autora acrescenta que a importância dada à experiência pessoal deve-se em parte ao desejo do autor de demonstrar que o método empírico oferece melhores resultados do que o conhecimento em “segunda mão”.³¹ Já a respeito da terceira característica, temos o texto

²² HIRSCH, 2002, op. cit., p. 159.

²³ TAVARES, 1999, op. cit., p. 79.

²⁴ A esse respeito ver VASCONCELOS, Joaquim de Damiao de Goes: novos estudos. Porto, 1897. p.124.

²⁵ HIRSCH, 2002, op. cit., p. 160.

²⁶ Ibid., p. 160 e 161.

²⁷ TAVARES, 1999, op. cit., p. 80.

²⁸ HIRSCH, 2002, op. cit., p. 160.

²⁹ Ibid., p. 160.

³⁰ Ibid., p. 162.

³¹ Ibid., p. 163.

Fides, Religio Moresque Aethiopum – cujo tema central é a questão religiosa –, onde são expostos os princípios da religião etíope assim como os rituais que os regiam. Segundo Tavares³², Damião de Góis sempre revelou insatisfação com a vida religiosa do mundo ocidental e, talvez devido a esse fato, Góis encarava a religião etíope de uma forma idealizada. Esse é apontado como um ponto fundamental no pensamento goisiano, pois consiste na sua capacidade em aceitar as diferenças religiosas, desejando a unificação das igrejas cristãs do oriente e ocidente e defendendo em todas as religiões uma certa contribuição para o pensamento e vivência humana.

Estamos, pois, diante de um homem oriundo de uma família da pequena e antiga nobreza rural, educada na corte, um homem que confia na sabedoria dos antigos e na experimentação dos “modernos”. Teve moradia na corte e as funções que aí desempenhou não se restringiram à atividades econômicas, mas também envolveram a representação diplomática. As atividades fiscais de alto funcionário levaram Góis a viajar por regiões menos conhecidas dos seus contemporâneos, fato que o fez familiarizar-se com alguns dos homens mais eminentes do seu tempo, como: Erasmo, os cardeais Bembo e Sadoletto, Lutero e Melancton. Se tais o influenciaram diretamente, não podemos afirmar categoricamente. Sabe-se de uma forte amizade entre Góis e Erasmo, explicitada na historiografia goisiana, através das cartas que ambos trocaram e pelo conhecimento de cinco meses em que Góis ficou como hóspede de Erasmo em Friburgo. Não se sabe grande coisa acerca da influência que Góis possa ter recebido do seu anfitrião no campo religioso, mas, segundo Elisabeth Hirsh³³, todas as propensões de realizar uma síntese de objetivos seculares e espirituais, que serão tema de inúmeras obras goisianas, foram encorajadas “pelo profundo conhecimento que Góis tinha do pensamento erasmista”³⁴.

Talvez seja por essa forte influência que o pensamento erasmista teve em Góis que muitos autores optam por apresentá-lo como humanista e daí as associações às influências em suas obras. Nas palavras de Luís de Sousa Rebelo:

[...] o contraste entre o esplendor, que rodeia a vida do Humanista no norte da Europa, onde conviveu com alguns dos homens mais eminentes do seu tempo, e o apagado fim dos seus últimos anos, tornara-se modelo do intelectual português que se abria às correntes do pensamento europeu.³⁵

³² TAVARES, 1999, op. cit., p. 95.

³³ HIRSCH, 2002, op. cit.

³⁴ Ibid., p. 99.

³⁵ REBELO, Luís de Sousa. Damião de Góis e os chamamentos do humanismo. In. DAMIÃO de Góis: humanismo português na Europa do renascimento. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. p. 26.

Assim, quando se trata de Damião de Góis, cumpre situar o problema da relação entre Portugal e o centro de produção intelectual no resto da Europa. O estado da marginalidade cultural suscitado pelo distanciamento geográfico de Portugal dos grandes centros da cultura européia e o próprio desenvolvimento de uma história, que se faz entre a terra e o mar, são elementos que participam decisivamente do mundo de interesses das primeiras manifestações humanísticas em Portugal.

De acordo com Sousa Rebelo, reatualizada por uma elite cortesã, que centraliza na educação latinista o seu empenhamento humanístico, a herança clássica não podia ignorar a obra dos descobrimentos e os novos desafios que esses punham à própria percepção do homem sobre si. O autor explicita que a preocupação dos humanistas portugueses era de se imiscuírem no processo cultural europeu com obras de mérito literário, que se aproximassem dos modelos da Antigüidade. Portanto, Damião de Góis, pode ser visto como “o humanista português que revela uma consciência mais aguçada deste fenômeno da marginalização européia e dos riscos que ele comporta”³⁶. Damião de Góis estava, para ele, situado no centro desse chamamento humanístico e, por isso mesmo, cumpria entendê-lo como figura integrada na cultura européia, em luta contra a marginalidade cultural e desejando um desenvolvimento ecumênico.

Góis, nas biografias que lhe são dedicadas, é na maioria das vezes apresentado a partir do problema do humanismo. Uma outra maneira de apresentá-lo, além de humanista, é como cosmopolita. Góis foi um homem que, representando a coroa portuguesa, viajou a inúmeros locais, como por exemplo Louvain, Antuérpia, França, Inglaterra e Países Bálticos. Nesse sentido, a qualificação é recorrente especialmente porque, às relações cosmopolitas de Damião de Góis, se associa seu papel na definição do rumo cultural português. A esse respeito, podemos citar Marcel Bataillon³⁷, que considera que “sem dúvida o seu valor espiritual reside no seu próprio cosmopolitismo, nas ligações que ele soube estabelecer entre o Portugal dos descobrimentos e a Europa do Humanismo, da Renascença e da Reforma.”³⁸ O autor ainda adianta que se faz útil estudá-lo como cosmopolita, para se tentar compreender de que forma “atingiu ele uma tão elevada cotação no mercado dos valores europeus”³⁹. Todo esse cosmopolitismo, como definiu Marcel Bataillon, faz de Góis um fino observador, o que se pode notar pelos temas abordados em suas várias obras: *Urbis Olisiponis Descriptio*; *Fides*

³⁶ REBELO, 2002, op. cit., p. 31

³⁷ BATAILLON, Marcel. O cosmopolitismo de Damião de Góis. Lisboa: Seara Nova, 1938.

³⁸ Ibid., p. 17.

³⁹ Ibid., p. 18.

religio moresque Aethiopiium e inúmeros Opúsculos, escritos em língua latina, nos quais podemos notar a diversidade de temas observados por Góis, que apontamos anteriormente.

Esses textos, assim como sua vasta bibliografia, acham-se largamente estudados, porém, não tão numerosos são aqueles considerando Góis como um escritor, seja da língua latina, seja da portuguesa. Marcel Bataillon⁴⁰ afirma que “até hoje ninguém pensou em considerá-lo um escritor brilhante”, tarefa que também aqui não é a nossa, já que é o seu fazer histórico que nos interessa e não propriamente suas habilidades estéticas. Damião de Góis insere-se em um momento em que o fortalecimento do saber escrito no reino lusitano oferece à história novos meios de expressão cultural, sendo assim, a partir da análise das duas crônicas deixadas pelo “humanista-cosmopolita” crônicas, que permitem notar seu percurso como historiador e escritor, pretendemos perceber os rumos da escrita da história portuguesa no século XVI, partindo dos diálogos que estabelece com seus antecessores e seus contemporâneos.

1.1 Damião de Góis e a tradição cronística

Para levar adiante a abordagem desse processo em que a escrita se torna instrumento indispensável na apreensão do mundo, recorreremos, sobretudo, ao discurso das autoridades que promoveram o saber em Portugal e dos escritores envolvidos em tal processo: os cronistas.

A partir da nomeação de Damião de Góis, a título interino, como guarda-mor do Arquivo Régio, veremos nosso “humanista” encarregado, a pedido do Cardeal D. Henrique, de redigir e continuar a narração e a exaltação dos reis lusitanos e as glórias da pátria portuguesa. Góis iniciará essa tarefa redigindo uma crônica dos feitos de D. Manuel, publicada em 1566, e ainda a *Crônica do rei D. João II*, publicada no ano de 1567. Nas palavras de Joaquim Veríssimo Serrão, de “estilo renascentista de formação, com vocábulos de pura fonte clássica e uma prosa que revela a ossatura do português moderno [...]], apresentando uma serenidade na forma e de visão objetiva dos fatos”⁴¹, está Góis ligado à feição tradicional da crônica, procurando exaltar as glórias da sua pátria.

Para essa tarefa, Góis se impôs um critério de verdade na narração, como esclarece já no prólogo da *Crônica do Felicíssimo D. Manuel*, obra que provocou um ressentimento em certas famílias nobres que se julgaram diminuídas no relato do cronista. Esse ressentimento lança-nos uma interrogação sobre o valor que no século XVI se atribuiu às crônicas, ou melhor, vale interrogar até que ponto uma produção destinada a um número restrito de leitores

⁴⁰ BATAILLON, 1938, op. cit., p. 18.

⁴¹ Ibid., p. 174.

poderia causar desconforto naqueles que se julgavam mal retratados. Seria possível cogitar que, mesmo antes da disseminação dos escritos históricos através da imprensa, havia a preocupação dos nobres sobre a imagem deles registrada? Somadas a essas questões, vemos ainda questões como a leitura e a autoria de uma obra, já que se vê evidente a preocupação de Góis com a escrita de suas duas crônicas.

No que diz respeito às críticas da nobreza, algumas passagens da parte 1 da *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel* são ilustrativas. As críticas partiram de um conde, o Conde de Tentúgal, e foram incorporadas a uma das edições do primeiro volume da supracitada crônica, não se restringindo a apenas um tema. Diversos são os assuntos narrados que sofreram pesadas críticas proferidas pelo Conde de Tentúgal. A maioria dos trechos criticados possuem, na maioria das vezes, citações a pessoas ou acontecimentos envolvendo algum personagem da nobreza, ora um nobre qualquer, ora um familiar do próprio censor, ora, em alguns casos, acontecimentos que envolveram o próprio rei a quem a crônica é dedicada. Vejamos algumas dessas críticas.

Logo no início do primeiro capítulo, no qual Góis trata do falecimento do Rei D. João II e da declaração de algumas cláusulas do seu testamento, há uma frase do cronista que teve de ser retirada antes de ser impressa: “*Sua morte nam foi sem nella haver suspeita de lhe terem dado peçonha*”⁴² – frase que se encontra na nota de rodapé da edição crítica utilizada como base deste trabalho. Essas palavras foram retiradas da edição definitiva em virtude da censura do Conde de Tentúgal, que qualificara a idéia da morte de D. João II por envenenamento de “*opinyão tão fallça e inhoramte que puderya ter alguma a gente baxa da morte dell Rey Dom João, porque a alta nunca tal cuydou [...]*”⁴³. O conde completa, dizendo que tal afirmação “*não convem pôr se em chronica doutro Rey, pois não cerve se não de o desomrar [...]*”⁴⁴. Vemos aqui uma clara preocupação com a honra do rei a quem a Crônica é dedicada, e o censor afirma que, se tal acontecimento foi verídico, não partiu da “gente alta”, ou seja, resguarda a honra da nobreza.

Um outro curioso fato criticado, que nos permite notar as preocupações do Conde de Tentúgal, é referente à imagem ou à honra real e encontra-se no *Capítulo V* da crônica em questão, no qual o cronista narra a criação que D. Manuel teve logo ao nascer. Aqui, o nosso crítico aponta que Góis não deveria insinuar “*particularydades da ama d El Rey Dom Manoel*”, pois, segundo o conde, tais assuntos poderiam turvar a *pureza* do leite que D. Manuel bebera quando recém-nascido. Uma preocupação direta com a imagem do rei.

⁴² GÓIS, 1949a, op. cit., p. 3-4 (edição conforme a primeira de 1566).

⁴³ Ibid., p. 3-4.

⁴⁴ Ibid.

Uma outra crítica elaborada por Tentúgal mostra-nos agora uma preocupação do censor em sair em defesa de algumas famílias cortesãs, sobre as quais Góis narra alguns fatos que as envolveram, como é o caso da linhagem dos “Bragança”. A esse respeito, no *Capítulo XIII*, escreve Damião de Góis:

Neste tempo quomo atrás fica dicto tinha já el Rei mândado chamar dō Jaimes, e dō Dinis filhos do Duque de Bragança dom Fernãdo e outras pessoas que andavã fora destes Regnos pello caso das traições, hos quaes chegaram a setuval depois da Páscoa, e cō elles dō Álvaro seu tio irmão do duque seu pai e dō Sancho [...]”⁴⁵.

Aqui o censor protestou contra as referências às “traições” dos de Bragança, considerando – como consta nas notas de rodapé da edição utilizada – as acusações que lhes faziam como sem valor e o uso palavra traição injusto e desonroso à citada família, obrigando a mudança do termo e da maneira com que se apresentou a família Bragança. O termo sugerido e alterado na crônica era “desterrados”, como observou Joaquim Serrão.

Esses são alguns dos inúmeros trechos criticados pelo homem da corte que, além de censurar e impor mudanças na escrita da crônica, lança sérias acusações a Góis, como de falta com a verdade dos fatos, de ter má fé, de narrar fatos que, segundo o conde, não deveriam ser revelados e tratar de temas que não se colocam em crônicas. Estaria o conde ensinando Góis lições de como fazer história? Afinal, o crítico chega ao ponto de condenar certas palavras utilizadas pelo cronista que não seriam apropriadas, tais como: “não ter respeito”; “blasfêmia”, “grande atrevimento”, “traição”, entre outras.

Algo que também se deve destacar no tocante à defesa que Tentúgal faz da Casa dos Bragança, é que ele não estaria preocupado apenas com a imagem da nobreza em geral, mas com a sua própria imagem, já que ele era neto de D. Álvaro, irmão do duque de Bragança, D. Fernando, que se exilara em Castela com seus sobrinhos, D. Jaime e D. Dinis. Portanto, chegamos aqui à questão da preocupação com a imagem de cada um relatada na crônica.

Diante disso, de todas essas questões evidenciadas no momento em que nos deparamos com as críticas ao texto e mais ainda ao conteúdo do texto de Góis, não cabe julgar se essas críticas são justas ou injustas, mais importa considerar que esta crônica foi lida e causou incômodo. Se não podemos dizer como e quando foi lido pelos nobres em questão, se foi lido em público ou individualmente, dados os limites deste trabalho, ao menos tentaremos perceber em que medida o texto passou por uma leitura que posteriormente levou à sua

⁴⁵ GÓIS, 1949a, op. cit., p. 28-29.

alteração pelo cronista para que viesse a ser impresso. Enfim, os cortesãos parecem ter vencido Damião de Góis, impondo seus interesses privados na versão impressa da crônica, pondo em risco, assim, a proposta de imparcialidade declarada pelo historiador e os critérios de verdade pretendidos pelo cronista e explicitados no prólogo dessa crônica. Segundo palavras de Serrão a partir de David Lopes:

O conde escreve com paixão. A leitura da crônica irritou-o. A sua prosápia de grande fidalgo, que privava com reis, sentiu-se ofendida, por si e pelos seus amigos, com a sobriedade serena do cronista. A sua concepção de história não é a mesma. O conde quer que ela olhe para os grandes da terra e deixe na sombra os pequenos; o cronista, porém, quer para uns e outros a mesma medida; os homens são apenas função dos seus actos e o seu julgamento há de fazer-se só por eles. Não podiam pois estender-se.⁴⁶

Se o citado conde de Tentúgal possuía muita ou pouca influência, por hora, pouco podemos dizer. O dado incontornável de que dispomos é o de que, na verdade, a *Crônica de D. Manuel* foi reimpressa com várias alterações realizadas pelo próprio Góis, mas a partir dessas sugestões/imposições que lhe foram feitas.

Vemos, então, na edição que foi impressa, o confronto de duas verdades, a do conde e a de Góis, e vemos igualmente explicitadas duas diferentes relações com a história: de um lado, temos um nobre cortesão que se vê preocupado com a escrita dos feitos de seu país e preocupa-se em intervir nesta escrita. Seria esta já uma preocupação com os efeitos da escrita para a imagem de uma família ou de um indivíduo e seus papéis na história da nação?

Diante dessas considerações e pelo fato de termos aqui um problema que envolve um documento escrito, um autor que teve significativo protagonismo no momento em que viveu e um leitor incomodado com aquilo que sobre ele e sua família é dito, cabe agora refletir um pouco sobre o lugar e o papel dos autores e, depois, o papel da leitura na sociedade portuguesa de meados do século XVI.

1.2 Leitura e autoria para Damião de Góis

Muitas são as dificuldades que se põem a uma abordagem deste tema, uma vez que as obras não eram escritas especificamente para um determinado público, sendo assim, não se pode conhecer as maneiras pelas quais os diversos grupos de leitores, cada um com suas

⁴⁶ SERRÃO, 1972. v. 1, op. cit., p. 164.

especificidades, tiveram acesso aos textos. Uma das dificuldades que se colocam ao historiador, dentre muitas outras, é a de reconhecer as várias formas de leitura que se fazia de um texto, devido à escassez de vestígios deixados pelos leitores⁴⁷. De qualquer modo, tendo em conta que são reconhecíveis no período diversas formas de leitura e compreensão de um texto, cabe mais adiante interrogar pelo menos algumas dessas formas que são mais fundamentais para o problema aqui tratado.

Por agora, uma outra questão merece ser desdobrada, a de que Damião de Góis, criticado pelo leitor cortesão, foi também ele o crítico de um cronista que o antecedeu, Rui de Pina. Sua crítica é especialmente relevante, porque introduz a questão da autoria como um problema relevante para este homem do século XVI. Góis, como lembra Susani França⁴⁸, acusa o quatrocentista Rui de Pina "de ter se apropriado das crônicas de Fernão Lopes dos primeiros reis de Portugal e lhe ter roubado o reconhecimento pelo trabalho de elaboração", o que nos traz uma questão quando o que está em jogo é a produção escrita quinhentista: o problema da originalidade e da autoria. No cerne da sua acusação, vemos uma forte preocupação com a autoria dos textos, ou seja, da criação e responsabilidade pelos escritos.

Não importa julgar a veracidade ou a falsidade da tese de Damião de Góis de que houve uma apropriação dos textos de Fernão Lopes por Rui de Pina, mas sim pensar como o uso que Pina faz de textos anteriores, uso que Góis julgou ilegítimo, deve ser contemplado frente aos valores quinhentistas. Como ressalta a referida autora, é preciso, antes de tudo, deixar claro que "a idéia de cópia era de certa forma legitimada na Idade Média", época em que Rui de Pina escreveu. Até mesmo Fernão Lopes se refere ao seu trabalho como o de *ajuntador* do que os seus antecessores deixaram escrito. Roger Chartier, ao refletir sobre a questão da função do autor, coloca que, na Idade Média, a originalidade não era fundamental, fosse porque o que era visado era a transmissão da Palavra Divina, fosse pelo apego à tradição"⁴⁹. Ou seja, uma tal concepção do fazer histórico, que não descarta o uso de textos alheios, era aceitável ou ao menos não despertava incômodo nos homens medievais.

⁴⁷ GRAFTOM, Antony. O leitor humanista. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, Roger (Dir.). História da leitura do mundo ocidental. Tradução de Cláudia Cavalcanti. São Paulo: Ática, 1999. p. 5-32.

⁴⁸ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. O problema da originalidade e da autoria nas crônicas medievais. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 4., 2003, Belo Horizonte. Anais ... Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 381-387.

⁴⁹ CHARTIER, Roger. A aventura do livro. Tradução de Reginaldo Carmello de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 31.

Se, portanto, Fernão Lopes não teve a originalidade como principal meta e se o uso da cópia era algo quase legitimado no tempo dos escritores em questão, por que razão teria Damião de Góis sido tão severo com o fato de Rui de Pina ter-se utilizado de uma prática consentida no seu tempo?⁵⁰

Podemos justificar, levando em conta que, no tempo de Góis, com o advento da imprensa, já se esboçava alguma consciência do benefício ou não dos escritos para a memória nacional ou de particulares, o que é evidenciado nas referidas críticas e acusações violentas do Conde de Tentúgal, presentes na primeira parte da *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Tais críticas obrigaram Góis a realizar algumas correções/alterações nesse volume, respondendo a várias acusações recebidas, assim, ele se viu obrigado a reformular passagens inteiras da redação original, antes que fosse impressa.

Essas acusações fazem-nos lembrar que Michel Foucault⁵¹ e Roger Chartier⁵² apontam que o primeiro momento da afirmação da identidade do autor estaria ligado ao fortalecimento da censura ao texto escrito. Diante disso, França avança a hipótese de que não é “arriscado supor que as responsabilidades e conseqüentemente os direitos de autor fossem bem mais claros para o quinhentista Damião de Góis, do que para os cronistas quatrocentistas”⁵³. O que se pode perceber na seguinte afirmação: “[...] que nos escrever das crônicas se requiere, que he com verdade dar a cada hu ho louvor, ou reprehensam que merece”⁵⁴; ou seja, o autor é aqui contemplado como proprietário de sua obra e das idéias que ela expõe, bem como responsável por elas.

A inquietação de Góis diante da apropriação de escritos traz à tona uma questão que está ligada diretamente à da originalidade de um texto: vínculo entre propriedade literária e autoria. A idéia de direito do historiador sobre seus escritos, pressuposta na crítica de Góis a Pina, coloca-nos a hipótese de uma suposta alteração nas relações entre autores e escritos na passagem do século XV para o XVI, pois os cronistas quatrocentistas não demonstram a mesma preocupação que Góis. Porque esses historiadores ocupavam um cargo, concedido e remunerado pelo rei, destinado à escrita da história dos feitos dos reis e fatos dos seus reinados, e que lhes permitia o uso de documentos arquivísticos para a elaboração de suas crônicas, sua intenção declarada era, segundo Susani França, “fazer da história um

⁵⁰ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. O problema da originalidade e da autoria nas crônicas medievais. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 4, 2003, Belo Horizonte. Anais.... Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 382.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Tradução de Antonio F. Casacais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1992.

⁵² CHARTIER, 1999, op. cit.

⁵³ FRANÇA, 2003, op. cit., p. 386.

⁵⁴ GÓIS, 1949a, op. cit., p. 2.

instrumento de preservação e atestação do passado, bem como uma fonte de informação e esclarecimento. Objetivos que insinuam como o sentido do dever de escrever era mais forte do que o do direito sobre o escrito”⁵⁵.

Acerca dessa pouca relevância do nome do autor, Pedro Cardim⁵⁶, num estudo sobre João de Barros, contemporâneo de Damião de Góis, chama a atenção para o fato de que até o século XVI as obras sofriam inúmeras intervenções, que iam desde o aperfeiçoamento até a supressão de partes tendo em vista interesses específicos, passando, em alguns casos, pela seleção apenas de excertos textuais, como o caso presente do nosso cronista. O estudo de Pedro Cardim ainda acrescenta que a relação entre o autor e o seu texto era muito diferente: tratava-se de uma ligação mais distante e mediatizada. O autor tinha uma função que “consistia em revisitar os “topoi”, mas devia ser uma revisitação que transformasse que acrescentasse algo a esses mesmos dados da tradição”⁵⁷.

Nesse sentido, vemos que, segundo o referido autor, as questões da autoria e da originalidade estão intrinsecamente ligadas à recepção e manipulação dos textos recebidos pelo autor. Como vemos, essa questão da relação obra/autor coloca-se como problemática no século em que escreve Damião de Góis, idéia que ainda era difusa no tempo de seus antecessores, como vimos anteriormente. Assim, Pedro Cardim, ao se referir a esse problema no tempo de João de Barros, que é o mesmo de Góis, nota a existência, ainda que um tanto difusa, de uma relação do autor com seu texto. Segundo ele, a autoria, portanto, da maioria dos textos quinhentistas, “acabaria por compreender muitos interventores, situando-se no âmbito da coletividade”⁵⁸, e a individualidade do autor ficava relegada a um plano menos importante.

No caso de Damião de Góis, no entanto, isso não se verifica. Góis assina em suas obras tanto seu nome quanto suas opiniões, e sente pesarem as já referidas críticas, relacionadas às opiniões que nelas enuncia. O caso indubitavelmente mais conhecido e comentado é o da *Crônica do Felicíssimo Rei Dom Manuel*, obra que, como foi adiantado, provocou ressentimento em certas famílias nobres que se julgaram diminuídas no relato do cronista. Especialmente a *Casa de Bragança* se sentiu lesada pela apreciação feita da figura do terceiro duque D. Fernando. O referido duque foi justicado em Évora, no ano de 1483, e os seus familiares exilados em Castela, foram reabilitados pela “graça” de D. Manuel.

⁵⁵ GÓIS, 1949a, op. cit., p. 386.

⁵⁶ CARDIM, Pedro. Livros e literatura e homens de letras de letras no tempo de João de Barros. *Oceanos*, n. 27, p. 27-47, jul./set. 1996.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 28.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 45.

Damião de Góis elogiou o gesto do monarca, mas não mostrou qualquer “sentimento” pela família do duque D. Fernando. Daí as críticas elaboradas por D. Francisco de Melo a Góis, censurando-lhe a maneira parcial como desvendara certas matérias: os benefícios concedidos por D. Manuel à casa de Bragança e seu questionamento do ambiente de fausto perdulário da corte manuelina. O conde respondeu às críticas do cronista rebatendo com: censuras à maneira como Góis coloca na crônica a morte do rei D. João II; condenações por ter colocado no seu texto trechos do testamento de D. João II; críticas por ter colocado dados sobre a ama de leite do rei D. Manuel; acusações de não escrever a verdade de alguns fatos narrados ou acusações de utilizar algumas informações suspeitas, entre outras.

A polêmica gerada pela *Crônica do Felicíssimo rei D. Manuel* foi tal que a obra foi reestruturada pelo cronista antes de impressa, modificações que nos fazem pensar nos limites da autoria dos textos no século XVI. As várias intervenções sofridas pela crônica de Góis e a postura do cronista de, muitas vezes, acatá-las, levam-nos a pensar que o século XVI vem apresentar um autor mais preocupado com o que escreve e que não negligencia que o faz para um leitor. As críticas à referida crônica remetem-nos à questão da responsabilidade do autor sobre seus escritos, noção que não é perceptível nos séculos antecedentes. De um modo específico, na *Crônica de D. Manuel*, Góis parece já não negligenciar que o que escreve pode lhe trazer conseqüências, e conseqüências nem sempre positivas. Pode-se mesmo salientar que nas páginas de Damião de Góis, há uma pincelada de crítica social, quase apagada nos escritores da época, como em João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda.

Diante dessas considerações, cabe a nós notar um fato curioso a respeito das críticas recebidas por Damião de Góis e seu texto, a saber, a postura de Góis frente a essas críticas: ora as acata, e neste caso, altera por completo o trecho criticado, ora não as acata e não altera uma vírgula ao texto criticado. Essa questão leva-nos a pensar se a afirmação da identidade e da individualidade do autor que vem a se fortalecer no século XVI, adquirindo maior solidez nos séculos seguintes, poderia não ser apenas associada à difusão e desenvolvimento da imprensa no referido século, mas também à maior atenção ou preocupação conferida pelas autoridades ao perigo que significava a ampla circulação desses textos e idéias. A Inquisição censurou e retirou de circulação várias obras e perseguiu muitos autores que foram acusados de heterodoxia. Antes de serem publicadas, as obras passavam pelo Tribunal do Santo Ofício a fim de que fossem aprovadas ou não e, após serem impressas, voltavam a passar pelo crivo inquisitorial para certificação de que a obra havia sido alterada. Isso faz pensar em Góis e sua acusação e condenação no Tribunal

da Inquisição (1545 – 1571), e também nos outros autores contemporâneos ao nosso cronista, que já denunciavam essa individualidade e pontos de vista associados ao seu nome de autor; o que, segundo Foucault⁵⁹, revela já um peso e uma significação mais complexos que os de um nome próprio. Ainda segundo Michel Foucault, quando se interroga sobre “o que é um autor”, sobre o processo de “individualização de um texto” proporcionados pela noção de autoria de um texto, nota-se que só se tornam relevantes quando o autor se tornou passível de ser punido, ou seja, quando o nome do autor caracteriza o tipo ou forma do discurso.

Assim, podemos compreender a marca do nome que identifica o autor e a significação que este autor vem adquirir no decorrer do século XVI. Entretanto, é aos poucos, e com o decorrer do surgimento da imprensa, que a identidade do autor vai tomando forma e se constituindo enquanto tal. Mas voltemos agora ao leitor, porém, atentando mais especificamente para um leitor que não se limitou a ler e quis também participar de alguma forma da versão final da crônica a ser lançada na forma impressa.

1.3 Damião de Góis e um leitor insatisfeito

Como foi mencionado, se o autor se impôs um critério de verdade na narração nos moldes do que seus antecessores fizeram e como esclarece no prólogo de sua crônica do Felicíssimo D. Manuel, vale interrogar se esse critério sofre alguma alteração, tendo em vista que o cronista quinhentista tem já no seu horizonte qualquer leitor, ou seja, tendo em vista que ele parece já se preocupar com seus futuros leitores. Vejamos, pois, como ele demonstra preocupação com a recepção ou leitura de sua obra. Uma questão que põe em cena, em tempos do advento da imprensa, a relação obra/leitor.

Na crônica do rei D. Manuel, por exemplo, ao mesmo tempo vemos no prólogo um autor preocupado em definir seu critério de verdade e no mesmo texto, o vemos criticado por um leitor contemporâneo à obra: o citado Conde de Tentúgal. Dessa forma, a questão central está em como e de que forma os diferentes grupos, como por exemplo, o dos cortesãos, de que faz parte o conde, se apropriam dos textos que chegam às suas mãos.

Os historiadores têm considerado que, durante todo o século XVI, e talvez para além dele, podem ser destacadas duas maneiras de alcance de uma obra: uma são os textos adaptados, ou mesmo simplificados, para serem adequados a um público menos apto à

⁵⁹ FOUCAULT, 1992, op. cit.

leitura; a outra é o acesso ao texto através de leituras em voz alta diante de um auditório. De que maneira o leitor referido conheceu a crônica de Góis não se pode afirmar ao certo, todavia, é certo que teve acesso a ele e, diga-se de passagem, entendeu que deveria intervir nele, visto os ataques que empreendeu.

De acordo com Grafton, a compreensão de um texto por leitores do século XVI se dava de várias formas⁶⁰, mas não é fácil conhecer a maneira pela qual os diversos grupos de leitores, em suas diferentes formações culturais, tiveram acesso aos textos, se foi através dos originais, de livros simplificados, de cópias, ou de impressos. Tampouco se pode afirmar como ocorreu a leitura do texto – direta ou intermediada. Chartier⁶¹, por exemplo, nota que os livros não serão mais objeto raro em ambientes populares ou iletrados de muitas cidades européias já na primeira metade do século XVI, através das leituras coletivas.

É possível adiantar que, ao longo de todo o século XVI, apenas uma pequena parcela da população européia estava familiarizada com a leitura. Entre os nobres, muitos eram letrados ou semi-letrados, já os camponeses, esses permaneceram analfabetos por muito além disso. Esses dados são referidos tanto por historiadores como Roger Chartier e Antony Grafton, que se dedicam a outras regiões da Europa, como por estudiosos que abordam a mesma problemática da leitura em Portugal do século XVI, como Pedro Cardim e Antônio José Saraiva.

Todas essas questões importam ser pensadas quando, além da família de Tentúgal, também as dores da Casa de Bragança são tomadas pelo conde no que diz respeito à apreciação feita à figura do duque D. Fernando na crônica do rei D. Manuel. Se as críticas são justas ou injustas não nos cabe aqui julgar, o que importa é simplesmente o fato de que temos um leitor – um nobre cortesão – que interfere diretamente na escrita de um texto, a partir da leitura do mesmo. Ou seja, sua leitura lança o confronto entre duas verdades, a do conde e a de Góis, e ao mesmo tempo põe em cena o problema dos limites da verdade a que estavam sujeitos os cronistas quinhentistas, bem como os limites da verdade que lhe são impostos.

Para concluir esta primeira parte, devemos deixar claro um problema que envolve o cronista em questão: um *autor* que se julga “superior” aos seus antecessores, mas que, por uma interferência de um *leitor* ou mais de um – já que a obra não desagradou apenas a um nobre –, realiza alterações em seu próprio texto de acordo com alguns interesses desses

⁶⁰ GRAFTON, 1999, op. cit., p. 5–39.

⁶¹ CAVALLO, G. e CHARTIER, Roger (Dir.). História da leitura do mundo ocidental. Tradução de Cláudia Cavalcanti et al. São Paulo: Ática, 1999.

leitores/personagens. Diante disso, cabe-nos agora desdobrar até que ponto Damião de Góis, que quis afirmar sua peculiaridade em relação a seus antecessores, pode ser diferenciado dos outros cronistas quatrocentistas, especialmente de Rui de Pina – cronista da virada do século XV para o século XVI. É sobre o que pretendemos discorrer no capítulo seguinte.

2 CAPÍTULO

DIÁLOGOS DE DAMIÃO DE GÓIS COM SEUS ANTECESSORES

2.1 A cronística de Rui de Pina

Diante dos pontos que destacamos, no capítulo anterior, a respeito de Damião de Góis e sua cronística, cabe a nós agora desdobrar até que ponto ele pode ser diferenciado dos outros cronistas que o antecederam. Para tal tarefa, escolhemos confrontá-lo com um de seus antecessores, Rui de Pina, por ser esse cronista vítima de inúmeras acusações vindas por parte de Damião de Góis, como foi adiantado no capítulo anterior. A partir desse exemplo, explorado ao longo deste capítulo, tentaremos perceber a oscilação de Góis entre a tradição medieval da crônica e as novas perspectivas de escrita já no século XVI. Antes disso, porém, vejamos quem foi Rui de Pina, como foi considerado pela historiografia e quais suas obras.

Nascido acerca de 1440 e falecido em 1552, é encarregado, a partir de 1490, de ajuntar material para a história do reinado de D. João II, mas assume a cadeira de cronista-mor do reino, apenas em 1497. Sua obra é constituída pelas crônicas dos reis portugueses da primeira dinastia: Crônicas de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV e pelas crônicas dos reis da dinastia de Avis: Crônicas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Além de cronista-mor, Rui de Pina foi escrivão, notário público, agente diplomático, guarda-mor do Tombo.

No que diz respeito às suas crônicas, ele foi um dos poucos cronistas portugueses a sofrer críticas diretas e duras ao seu registro do passado, ao ponto de o seu valor histórico ser posto em causa e estilo, considerado menor. É acusado, sobretudo, de plagiário das obras de Fernão Lopes (cronista anterior a Pina) nas suas crônicas de D. Sancho I a D. Afonso IV. Apesar das restrições ao seu valor histórico, não se pode negar que Pina e sua obra servem como um bom apoio documental para analisarmos a escrita da história portuguesa de meados do século XV e início do século XVI. No que diz respeito ao problema do estilo, alguns historiadores, como Serrão⁶², por exemplo, colocam que quando se comparam as crônicas de D. Sancho I a D. Afonso IV escritas por Rui de Pina e as crônicas dos mesmos reis, escritas por Fernão Lopes, pode-se encontrar muitas afinidades e grandes semelhanças de estilo. Crê-se que Rui de Pina copiou Fernão Lopes, alternando ou emendando alguns trechos ao dito original e, ao findar, assumiu o texto como seu. Isso não significa que o termo plágio deva ser

⁶² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. A historiografia portuguesa. Lisboa, 1972. v. 1. p. 105.

usado para se referir a essa forma de apropriação, ao menos não no sentido que a palavra tem em nossos dias. Um cronista medieval era um compilador que ordenava cronologicamente, “punha em crônicas” as narrativas, memórias ou histórias já feitas. Como compilador, Rui de Pina ordena e põe em crônica as histórias dos reis de Portugal, desde os reis da primeira dinastia (Crônicas de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Denis e D. Afonso IV) até os reis da dinastia de Avis (Crônicas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II.).

Esta questão do suposto plágio só se faz pertinente nesta pesquisa, portanto, devido à explícita acusação de Damião de Góis a Rui de Pina de que o segundo teria se apropriado das crônicas de Fernão Lopes dos primeiros reis de Portugal. Segundo Serrão⁶³, foi Damião de Góis, ao publicar, em 1566, a sua *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, quem trouxe à tona a acusação de plágio a Rui de Pina, colocando em cena as noções de propriedade do escrito no campo da produção cronística; questão que anteriormente não se tinha colocado ou não tinha sido explicitada.

Damião de Góis, ao acusar seu antecessor, procura fundamentar o que diz e escreve. Fundamentações que são encontrados na supracitada crônica, no capítulo XXXVIII, todo dedicado a essa questão. O próprio título do capítulo, já em primeira pessoa, deixa claro ao leitor de Góis que ali se vê declarado o seu ponto de vista sobre o tema: “*Em que ho author declara quaes foram hos scriptores, que cõposerã has chronicas dos reis destes regnos*”⁶⁴. Góis discorrerá, nesse capítulo, sobre a autoria das crônicas escritas por Rui de Pina.

O cronista inicia esse capítulo declarando que abordará tal assunto pela “obrigação” com seu leitor de oferecer esclarecimentos em um rápido discurso, por se tratar de um tema de anos de estudo, sobre o qual, segundo ele, o leitor sozinho não poderia saber. Sendo assim, como escritor e historiador, Góis vê-se obrigado a tal tarefa,

*Pois ia tenho dito a quem coube ho trabalho desta Chronica delrei dõ Emanuel, razão he que declare ho que passa açerca das dos outros reis destes Regnos, ho que nam alcançei tão façilmente que me nam pareça sereme hos que levam gosto de lerem taes livros em muita obrigaçam, por lhes dar a entender neste breve discurso, ho que lhes por ventura nam poderam alçar senã com muitos annos destudo.*⁶⁵

No decorrer do capítulo, podemos perceber que Damião de Góis leu e estudou minuciosamente as crônicas de seus antecessores: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina. Por essas leituras, Góis chega à conclusão do plágio de Pina nas crônicas de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV:

⁶³ SERRÃO, 1972, v. 1, op. cit., p. 105.

⁶⁴ Ibid., p. 100.

⁶⁵ Ibid.

[...] temos à Fernam lopes, Chronista destes Regnos, e guardemor da Torre Do tombo, scrivão da puridade que foi do Infante dom Fernando que morreo captivo em Féz, ho qual Gomezeães de Zurara" [...]na Chronica que fez da tomada de Septa no capitu IIJ, diz que compos per mandado delrei dō Duarte sendo Infante , há chronica do dito Rei dom Joam seu pai [...].⁶⁶

Entre os fatores que Góis diz terem-no auxiliado a “provar” a veracidade do dito plágio, está a comparação entre os estilos e escrita em cada crônica, dadas as diferenças e semelhanças de acordo com o autor de cada crônica:

[...] e pois isto assi he, quem bem entender ho stylo da chronica del rei dō Joam primeiro façilmente conheçera que he ho mesmo ho das Chronicas dos Reis dom Pedro, e dom Fernando, das quaes três crônicas trattarei algu lugares de que se verá mui claramente que compos Fernam Lopes totalas do Regno, começando do Conde dom Henrique, até elRei dom duarte, ho qual Fernã Lopes no prologo da del Rei dom Pedro diz assi.⁶⁷

Assim, Damião de Góis quer “provar” a legítima autoria de cada crônica, transcrevendo trechos das crônicas que comprovam seu argumento de plágio. Utiliza palavras como “claro se mostra deste lugar”⁶⁸, “manifestamente se vê deste passô”⁶⁹; “Deste lugar se vê claro como o sol”⁷⁰ para dar um tom de certeza absoluta ao que ele está afirmando. A única crônica a que Góis estabelece algumas ressalvas, por não ter conhecimento, “notícia” sobre o tema, é a parte relativa ao conde D. Henrique. A respeito dessa parte, mesmo estando entre os textos que Góis julga serem plagiados, o autor não diz muito, pois dentro da sua linha de análise – comparação da escrita e do estilo dos textos – não é possível dizer nada sobre o tema. Isso se deve ao fato – explicitado pelo próprio Góis – de ele não conhecer outro texto de Duarte Galvão, para que pudesse fazer comparações de escrita, estilo, etc. , como ele afirma no seguinte trecho da *Crônica de D. Manuel*:

[...] não posso dizer nada, pois della nam há noticia, que à delRei dom Afonso anriquez, que Duarte galvã diz que fez de novo, faltão muitas cousas que não vieram há sua noticia, de cujo stylo não posso julgar nada, porque nunca vi outro volume per elle scripto que desta Chronica[...]⁷¹

⁶⁶ SERRÃO, 1972, v. 1, op. cit., p. 101.

⁶⁷ Ibid., p. 102.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ Ibid., p. 103.

⁷⁰ Ibid., p. 104.

⁷¹ Ibid.

Quanto às crônicas dos reis D. Sancho I, D. Afonso II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, o cronista é categórico em afirmar que não são de Rui de Pina: "ho stylo dellas he muim differente do de Rui de Pina, e façilmente dira ser isto assi, quem per ho studo das boas letras e artes alcaçou ho dom de poder julgar antre stylo, e stylo".⁷² Já as crônicas dos reis D. Pedro, D. Fernando e D. João I, afirma terem sido compostas por Fernão Lopes, pois, segundo Góis, são todas iguais: [...] *ho stylo dellas he todo igual, sem ter mistura*[...]⁷³

Por outro lado, a respeito da Crônica de D. Duarte, Góis, perseguindo sua tese ou idéia de plágio, considera que o texto substancial é de Fernão Lopes e os “razoamentos” da ida a Tanger serem de Zurara. Este, talvez por ter achado de pouco volume a crônica, fez alguns acréscimos ao texto original. Góis considera, pois, esta crônica, obra de três autores: “[...] *se vé muim claro do stylo que he tocada de tres pinças, ho primeiro de Fernam Lopes, ho segundo de Gomezeanes de Zurara, ho terceiro de Rui de Pina.*”⁷⁴

Não nega, portanto, o trabalho de Rui de Pina, apenas deixa evidente, através de inúmeros indícios, o que pode e o que não pode ser considerado obra de Pina; tese que tenta provar e que pesa ainda hoje sobre a memória de Rui de Pina como escritor e historiador. Além da análise de estilo, Góis deixa explícito, em sua crônica de D. Manuel, que também busca fontes documentais para auxiliá-lo na prova de sua afirmação:

*E pera que se se nam tenha nhua duvida que fez Fernam lopez todallas chronicas do Regno, até ho regnado delRei dom Afonso quinto porei aqui de verbo, a verbo ho treslado de hum registro que achei em hum livro da Portagem da çidade de Lisboa que diz assi.*⁷⁵

Apreende-se da leitura do supracitado capítulo XXXVIII, da quarta parte da *Crônica de D. Manuel*, que Damião de Góis explicita ao seu leitor seu compromisso de “imparcialidade” como escritor e historiador – o que trataremos com mais detalhes no próximo capítulo – e mostra essa imparcialidade, apresentando “provas” (documentos) ou fatos que vão de encontro ao que ele propõe. É necessário esclarecer que essa noção de imparcialidade não é a mesma que utilizamos nos dias atuais. Segundo Helder Macedo⁷⁶, na formação do discurso histórico dos descobrimentos, no Quinhentos português, historiadores de feição humanista, como João de Barros, Duarte Galvão e Damião de Góis, procuram não

⁷² SERRÃO, 1972, v. 1, op. cit., p. 104.

⁷³ Ibid., p. 104.

⁷⁴ Ibid., p. 105.

⁷⁵ Ibid., p. 107.

⁷⁶ MACEDO, Helder. Viagens do olhar: retrospecto, visão e profecia no renascimento português. Porto: CIA das Letras, 1998.

emitir juízos de valor, limitando-se simplesmente a descrever, sendo rigorosos no exame dos fatos e no registro de algumas ações, mesmo que essas sejam indignas, e dando um caráter funcional à narrativa: “distinguir a fábula da verdade”.⁷⁷ Segundo a historiografia portuguesa a *Crônica de D. Manuel* foi iniciada por Rui de Pina e, com sua morte, deveria ser continuada por seu filho, Fernão de Pina, por ter sido este nomeado cronista-mor do Tombo, porém, este nada escreveu a respeito. Góis, contudo, encerra o referido capítulo e a discussão ressaltando que apenas utilizou os papéis ordenados pelo seu antecessor como lembranças que poderiam servir para a escrita da crônica, por que, segundo ele, *ho que nella screveu Rui de Pina era tam desordenado, que fui constrangido a começar tudo de novo*.⁷⁸

De todas as polêmicas que envolvem a extensa obra de Rui de Pina, desde o seu mérito como historiador até os problemas que decorrem da estrutura e fontes das suas crônicas, depreende-se que o título de plagiário é o que mais pesa sobre a pessoa e a obra. Entretanto, Rui de Pina, à parte a crítica goisiana, tem sido visto como um escritor de tipo medieval que, nomeado cronista-mor do reino por D. João II, se viu obrigado a “*escrepver e assentar os feitos famosos asy nossos como de nossos Regnos que em nossos dias sam passados [...]*”⁷⁹. É sobre essa ótica, portanto, que deve ser estudado e que tentaremos apresentá-lo, deixando de lado, por hora, as polêmicas que giram ao redor do cronista para que possamos estabelecer uma comparação entre ele e Damião de Góis.

Rui de Pina, conquanto escreva num período de transição, em que a expansão ultramarina começava a mudar e a modelar a forma como os portugueses se percebiam no mundo, e como percebiam esse mesmo mundo, não se distingue de seus antecessores como escritor e historiador. Recebendo a tença de 12.000 réis, Rui de Pina, como coloca Rita Costa Gomes⁸⁰, assumiu o ideário da crônica medieval, que era o de recapitular a história dos reis portugueses. Ou seja, enquadra-se no projeto régio de preservação do passado por meio da escrita, dedicando-se à recapitulação dos feitos dos reis portugueses, o que, segundo França⁸¹ era o que se esperava do historiador e da história no final da Idade Média.

Homem medieval, Pina entende a disciplina histórica como uma função de exaltação do poder real. Ao cronista se impõe a “*dívida obrigatória*” de enaltecer esse fato, com função

⁷⁷ MACEDO, 1998, op. cit., p. 194.

⁷⁸ PINA, Rui de. *Crônica del Rei D. Duarte: introdução*. In: _____. *Crônicas*. Ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977b. p. 482.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 483

⁸⁰ GOMES, R. C. Rui de Pina. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

⁸¹ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Concepções de História dos primeiros cronistas régios portugueses*. In: *História*, São Paulo, v. 20, p. 122, 2001.

altamente moralizante, ou seja, a história como lição ética. Uma história susceptível de auxiliar os homens a se aperfeiçoarem, segundo o exemplo dos reis e príncipes que levaram a cabo ações valorosas. Isso fica bem evidente já no prólogo da Crônica do Senhor Rey D. Duarte de Rui de Pina:

[...] por que a doutrina hystorial, polo grande provimento dos verdadeiros enxemplos passados que consigo teem, he assi doce e conforme a toda a humanidade, que atem os maaos que per lição ou per ouvida com elle participam torna logo bõos [...].⁸²

Nesse trecho, pode-se apreender que Rui de Pina fala de uma história escrita, deixando transparecer que contou com inúmeras testemunhas históricas. Aqui também se vê clara a tal função moralizante de suas crônicas, tendo o rei como exemplo a ser seguido. Por vezes, podemos até notar que o valor dado a esses escritos cronísticos são inclusive de fundo religioso, pois possuem o “poder” de mudar os “*maoos*” em “*boos*”.

As questões que as crônicas de Pina nos trazem são recorrentes nos cronistas quatrocentistas e cabe perguntar se ressurgem também em Góis, dado nosso intuito de perceber mudanças e permanências no conceito de história entre os séculos XV e XVI. Se a definição de história de Pina e Góis é explicitamente diferente, como se nota nos prólogos de suas crônicas, cabe interrogar se, na prática, são é verdadeiramente antagônica. É o que ao menos tentaremos perceber ao longo dessa pesquisa. À partida, no prólogo, Pina confere à história um função ética, como vimos na citação anterior. Sobre este ponto diz de Reinhart Koselleck⁸³ que, ao longo de dois mil anos, a história teve o papel de ensinar a ser prudente, oferecendo ao historiador a opção de não cometer grandes erros, afirmando o papel da história como a de mestra da vida. Um papel que, segundo o supracitado autor, perdurou quase ileso até o século XVIII. Diante dessa consideração, torna-se mais difícil perceber a diferença do conceito de história dos dois cronistas em questão, uma vez que ambos se encaixam no arco cronológico proposto por esse historiador.

Pina é funcionário de confiança régia e a ele cabe glorificar os feitos portugueses. Para tal tarefa, e dada sua ligação com o monarca, o cronista utiliza o rei como centro da narrativa, enunciando que o bem do povo português estava no coração dos príncipes e nos seus feitos. Tal colocação pode ser exemplificada já no prólogo da *Crônica Del Rei D. Sancho I*:

⁸² PINA, Rui de. Crônica del Rei D. Duarte: prólogo. In: _____. Crônicas. Edições de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977c. sem paginação.

⁸³ KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. cap. 2. p. 41-60.

[...] cuidado deste Officio d' escrepver de huma onestidade, e razam a quaaesquer bõos, e vertuosos por seu galardam se possa atribuyr, ainda por huã outra spicialidade d' obrigatórios exemplos, e singulares merecimentos, aos Reys, e Principes mais propriamente se deve.⁸⁴

A partir deste e outros trechos da crônica, pode-se dizer que a história de Rui de Pina é pragmática e providencial ao mesmo tempo, e mais, é uma narrativa de devoção ao rei. De acordo com suas concepções, procurou engrandecer o rei, cumprir fielmente sua função e não faltar com a verdade. Declara ter tido como principal ajuda e fonte inspiradora a divina providência para realização da sua obrigação de ofício, pois “*assi há grande deligencia, que para esta composiçam se requiere, espero prazendo há Deos, quanto há hum homem nom sufficiente for possível.*”⁸⁵

Nos prólogos de suas crônicas, Rui de Pina não declara nenhuma intenção de criticar os documentos que possuía – como fizeram outros cronistas, incluindo Damião de Góis – pois seus escritos deveriam manifestar sua total fidelidade ao monarca ao qual prestava serviço. Neste ponto, notamos uma diferença entre os dois cronistas: vemos Damião de Góis analisar os documentos a que tem acesso, elaborando algumas críticas e introduzindo notas pessoais à sua narrativa. Se para Pina a condição indispensável da história era o enaltecimento da figura do monarca, no texto goisiano, o sujeito da narrativa também é o rei, mas nem sempre esse é o centro. Nota-se, por exemplo, que apenas no final da quarta parte da *Crônica de D. Manuel* é que o rei se torna assunto de maneira mais direta, pois nesse momento da narrativa o rei já tinha morrido. No prólogo da supracitada crônica, Damião de Góis refere que tanto distribuía louvores como censuras em seu texto, sempre que o julgasse necessário. É essa uma das características em que, segundo Tavares,⁸⁶ Damião de Góis contrariava o que era comum aos cronistas, que viam como tarefa sempre louvar reis, príncipes e outras figuras de importância, sem levar em conta seus defeitos.

De volta a Rui de Pina, sua função era fazer uma história memorativa e moralizadora. Memorativa no sentido de que seus escritos serviriam para guardar as memórias dos feitos e reis lusitanos. Moralizadora, porque Pina narra as boas ações dos reis portugueses para que essas servissem de exemplos a serem seguidos, fator que está diretamente ligado ao que podemos denominar ser a sua concepção da função da escrita, bem como a de seus antecessores: a noção da escrita do passado como escola da vida, como lição para os tempos

⁸⁴ PINA, Rui de. *Crônica del Rei D.Sancho I: prólogo*. In: _____. *Crônicas*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977d. p. 11.

⁸⁵ *Ibid.*, sem paginação.

⁸⁶ TAVARES, José Fernando. *Damião de Góis: um paradigma no humanismo português*. Lisboa: Universitária, 1999.

que se sucederiam. Isso fica notório nos prólogos da *Crônica de ElRei D. Sancho I* e da *Crônica de D. Affonso V*. Na primeira delas, encontra-se um exemplo característico, que será recorrente nas outras citadas:

[...]tomey emprestado para esta obra, que toda hee vossa, alguma ouzadia, ainda que receosa, com que no cansaço deste grande serviço, por ventura nom conhecido, esforçasse há fraqueza de minhas forças, e favorecesse há rudeza de meu engenho, para que aho menos por minha piquena possibilidade mostre primeyramente, que de vossa muita bondade, e esforço, e grandeza de animo nom foy sómente descobrir novos Regnos, novos maares, novas regiões, com que aho mundo mayor, e mais riquo que nas terras nom conhecidas, de Deos nunca conhecedoras, seu muy santo nome, como outro Apostolo fizesseis conhecer, e pubriquir sua verdadeyra Fée, mas que ainda para mayor acrecentamento do preciozo thesouro de vossas virtudes descobristes esta vosa propria, e muy louvada virtude de tam perfeyta piedade, de que àcerqua dos gloriosos Reys, e Rainhas de Portugal de que descendeis, tam prefeytamente uzais, com há qual resucitando vossa muy Real Senhoria há seus nomes muy dinas memorias, e memorandas façanhas[...].dandolhe estas suas verdadeyras lembranças huma tam segura maneyra para vida eterna[...].e nellas V.A. mostre aho mundo hos Reaes, e limpos originaes de que foy, e há my por sua grandesa, e humanidade, perdoe estes cometimentos, que fiz de vos querer louvar, pois verdadeyra necessidade aqui hos inxerio, porque em cazo que seja regra, e principio myu dino, que bem faz quem sempre vêe bem outras⁸⁷

Rui de Pina viveu numa época em que o labor histórico começava a ser um cargo de exaltação do poder real. Serrão⁸⁸ nota uma mudança da função da história desde Fernão Lopes até Rui de Pina. Segundo o autor: “em Fernão Lopes, a clara certidão da verdade; em Zurara, uma exaltação do infante D. Henrique e da nobreza senhorial; e em Pina, um ofício ao serviço da vontade do monarca.”⁸⁹

Para finalizar essa discussão a respeito da concepção de história de Rui de Pina, podemos destacar um outro conceito que o próprio cronista utiliza para definir o que para ele é a história: [...] no conhecimento dos bõos enxemplos, e das cousas passadas, de que a Estoria he hum vivo espelho [...] ⁹⁰. Ou seja, Pina vê os escritos históricos como uma fiel cópia da realidade que, com função moralizante, guarda para a eternidade a memória dos bons exemplos a serem seguidos. Atrelada a essa concepção, encontra-se a sua noção de verdade. Segundo França,⁹¹ “Rui de Pina é, dos três cronistas, o que menos estabelece ligações entre o seu desejo de escrever a verdade e os caminhos que escolhe para fazê-lo”.

⁸⁷ PINA, 1977d, op. cit., p. 11.

⁸⁸ SERRÃO, 1972, v. 1, op. cit., p. 117

⁸⁹ Ibid., p. 117

⁹⁰ PINA, 1977d, op. cit., p. 12.

⁹¹ LEMOS, 2001, op. cit., p. 129.

O fato curioso, que vai de encontro com essa afirmação de França é que, mesmo por vezes duvidando ou julgando os documentos como incompletos, Rui de Pina utiliza-os como fonte da verdade, não questionando qualquer afirmação, ou seja, para escrever a verdade dos fatos, Pina não possui um critério delineado, como por algumas vezes se nota em Damião de Góis, que estabelece uma certa crítica diante de alguns fatos e documentos que usa para compor sua narrativa.

No prólogo da *Crônica delRei Sancho II*, Rui de Pina escreve:

*[...] acho Rey poderoso, e muy excellente, que delRey D. Afonso Anriques deste nome, e dos Reys de Portugal ho primeyro, atée El Rey D. Afonso deste nome ho quarto inclusive, que são sete Reys, nom parece de suas vidas, nem de seus feytos se acha nos vossos Reynos Estoria ordenada, e composta, como fora rezam, e se merecia, mas háa sóomente por Luguares muy ocultos algumas lembranças, cartas confuzas, e muy duvidozas, cuja verdade quanto for possível, ainda que seja com muito estudo de grande trabalho, hee necessário que se busque, e se apure.*⁹²

Nesse trecho, não explica como irá possivelmente fazer para resolver o problema das coisas “*muy duvidozas*”, apenas mostra que, para algumas lembranças, recorrerá às crônicas de seus antecessores, para auxiliá-lo na elaboração de sua narrativa. Tal afirmação pode ser observada no trecho que se segue: “*[...] has coronicas dos muy excellentes Reys vossos mayores, que atraz apontey, nom serem como sam de todo apaguadas, e que podem em alguma boa maneyra alumiarem este por mim.*”⁹³

Também não nega o auxílio e a utilização de textos que não sejam de escritores portugueses. O cronista explicita uma possível utilização de registros pontifícios, crônicas espanholas e até textos dos povos considerados bárbaros ou infieis como se observa no prólogo de sua *Crônica de D. Sancho I*:

*De que se segue que quanto hos Reys de Portugal foram catholicos, devotos, e obedientes há Deos, e à Santa Sée Apostoliqua nas vidas, e registros dos Summos Pontífices poe seus grandes merecimentos, e louvores, claramente se nota[...] e de seus próprios Reynos e senhorios verdadeyros Augusto nom sóomente Coronicas da Espanha, e dos Reys nossos vezinhos, sem dúvida ho testemunham mas has dos barbaros infieis, ainda que seja com grandes seus estraguos, e cativeyros, muito melhor pubricam[...] e quantos Infantes Princepes, e senhores sayrão desta Real Caza de Portugal[...] nas Coronicas de suas vidas e feytos,[...] cuja vista, e leytura, e bom exame amy, para esta obra, nom se escuzam.*⁹⁴

⁹² PINA, 1977d, op. cit., p. 124.

⁹³ Ibid., p 129.

⁹⁴ Ibid., p 125-126.

Uma ressalva, entretanto, deve ser feita aqui, Pina explica que o motivo de utilizar textos eclesiásticos em sua narrativa é atestar o quão católicos e obedientes a Deus e à Igreja eram os reis portugueses. Estes, a propósito, são os únicos tipos de texto cuja utilização é explicada pelo autor; provavelmente em razão de esse uso estar diretamente ligado à função moralizante que seus escritos explicitam.

Outro exemplo prático da utilização que Pina faz de outros textos e autores que não são cronistas encontra-se no início do prólogo da *Crônica de D. Sancho II* (quarto de Portugal): “*O Doutor Fr. Antonio Brandão na Quarta parte da Monarchia Lusitana desggrava em muitas acções a este Principe das injurias dos seus Chronistas [...]*”⁹⁵

E dessa maneira vemos Rui de Pina, nos prólogos das crônicas dos reis mais remotos (D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV e D. Duarte.), explicitar pouco os seus mecanismos de averiguação da veracidade dos fatos. O que de fato percebe-se da leitura de seus prólogos é que ele utiliza sobretudo escritos alheios para buscar a maior parte dos dados por ele apontados na sua narrativa histórica. Segundo França⁹⁶, apenas em alguns casos, como nas crônicas de D. Afonso V e de D. João II, Pina utiliza sua própria memória para atestar a veracidade dos acontecimentos. Segundo a autora, em ambas as crônicas, pode-se notar, em alguns pontos da narrativa, que o cronista participou do fato narrado ou como testemunha ou como atuante nos eventos narrados. Examinando essa busca da verdade em Pina, França⁹⁷ aponta que o cronista em questão procura persegui-la, evitando os excessos na escrita, pois, segundo a autora, Pina declara seu objetivo de “brevidade”, isentando-se de escrever muitas particularidades para não se tornar prolixo. Podemos exemplificar tal afirmação, citando os prólogos das crônicas dos reis D. Afonso III, D. Sancho II e D. Afonso II, nos quais o autor discorre sobre a necessidade de ser breve em suas narrativas históricas. Vejamos as palavras do próprio Pina na primeira das crônicas citadas:

*Não me podes accuzar de falta de palavra, pois ves que te dou agora a Chronica delRei D. Afonso III[...] De serem breves as narrações das suas vidas, e summamente compentiadadas as notícias dos seus governos, não tenho eu culpa[...]Tudo podia ser, porque a falta em semelhante materia procede humas vezes de não haver quem informe, e outras de não escreverem, o que todos sabem.*⁹⁸

⁹⁵ PINA, 1977d, op. cit., p. 124.

⁹⁶ LEMOS, 2001, op. cit., p. 129.

⁹⁷ Ibid., p. 130.

⁹⁸ PINA, Rui de. Crônica del Rei D. Afonso III: prólogo. In: _____. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977e. p. 165.

Já na segunda crônica citada, vemos Pina escrever: “Aqui temos Amigo Leitor a brevíssima Chronica do desgraçado Rey de Portugal D. Sancho II, deste nome.”⁹⁹ E, finalmente, na terceira crônica citada, lê-se: “*Nam te admires vendo uma Chronica tão pequena de hum Rey tão grande. Em oyto capítulos a deo acabada o seu chronista[...] há de estimar o livro pelo pezo, e não pelo volume.*”¹⁰⁰

Nesses trechos, podemos observar que, para Rui de Pina, ser breve era uma maneira de o próprio autor se isentar de possíveis culpas ou acusações que poderiam vir de seus leitores. E mesmo no último dos trechos, o autor estabelece que o valor da obra está diretamente ligado ao seu conteúdo e não ao seu número de páginas.

Portanto, podemos concluir esta primeira reflexão deste capítulo, destacando que Rui de Pina, à recolha de dados em fontes escritas, acrescenta a observação direta dos acontecimentos para tornar mais verdadeiras as suas crônicas. Rui de Pina, é possível dizer, é um técnico, um homem de “officio”, que trabalhou cumprindo suas funções com lealdade, ocupando cargos de confiança régia, baseando-se em informações e documentos que pôde alcançar para relatar uma história, ou seja, para exercer sua função de historiador dos feitos portugueses.

2.2 Oposições e aproximações entre dois cronistas

A historiografia que aborda a cronística portuguesa aceita ou ao menos admite que essa recebeu um grande impulso no início do século XV, após a “refundição” da “*Crônica Geral de 1344*”, o que provocou uma nova forma ou um novo ciclo na leitura da memória do reino. Fernando Gil e Helder Macedo¹⁰¹, analisando os inúmeros olhares sobre os discursos históricos da expansão portuguesa e tendo como fio condutor o gênero literário da crônica, percebem mudanças na maneira como é tratada a realidade dos Descobrimentos. Afirmam eles que, na concepção dos cronistas do Quinhentos, o gênero literário da crônica levanta alguns problemas devido ao escol de inspiração humanista, que procurará dispersar convenções narrativas herdadas do discurso medieval. Tal escol humanístico português, segundo os autores, trabalhava por vincular a história dos feitos marítimos às tradições da Roma antiga, abrindo uma nova perspectiva sobre a construção da memória e do tempo

⁹⁹ PINA, Rui de. Crônica del Rei D. Sancho II: prólogo. In: _____. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977f. p. 124.

¹⁰⁰ Id. Crônica del Rei D. Afonso II: prólogo. In: _____. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977g. p. 173

¹⁰¹ MACEDO; GIL, 1998, op. cit.

histórico português. Tentaremos aqui perceber ao menos um desses olhares da memória do reino Lusitano a partir do confronto com alguns pontos e características da cronística de Rui de Pina, cronista português do século XV. Se levarmos em conta a consideração de Krus,¹⁰² ao pensar o século XV e sua cronística como “outra etapa na leitura da memória do reino” ou a de Helder Macedo,¹⁰³ ao perceber mudanças no discurso histórico ao longo do século XV e início do século XVI, podemos pensar os escritos de Rui de Pina como apenas uma das manifestações da memória portuguesa. E, seguindo essa mesma linha de raciocínio, pode-se dizer que os escritos do cronista central dessa pesquisa, Damião de Góis, são apenas um dos olhares da memória lusitana.

Tal colocação é intrigante, pois nos leva a pensar na cronística portuguesa como composta de módulos bem definidos e delimitados de escrita, leitura, etc., minimizando-se, desse modo, as permanências e enfatizando-se apenas rupturas. Nesta segunda parte do capítulo, propomo-nos ver Damião de Góis e sua cronística não tanto pelas rupturas em relação aos seus antecessores, mas a partir de duas características e concepções que o ligam a esses: preservação do passado e a busca da verdade, – que serão desdobradas no próximo capítulo.

Para já, o que nos interessa de fato é cotejar a obra de Góis em confronto com a de Rui de Pina, através de comparações, seja de estilos, seja de temas abordados em suas narrativas, para tentarmos apontar como Damião de Góis tenta se distinguir dos cronistas que o antecederam, mas nem sempre se distingue. Tal atenção faz-se pertinente, pois Góis é considerado, pela historiografia, uma figura ímpar do cenário europeu da Expansão Ultramarina, e cabe examinar as possíveis características que fizeram com que merecesse tal destaque – se é que este destaque se justifica. Confrontá-lo com Rui de Pina, a quem atacou, permite reconhecer alguns alvos de sua escrita cronística e pontuar até que ponto efetivamente se diferencia dos seus antecessores.

Para iniciar nosso contraponto, cabe destacar uma das diferenças mais evidentes, entre os dois: a abertura. Rui de Pina começa seu prólogo pedindo desculpas ao monarca, a quem é dedicada a narrativa, pelos seus limites como escritor diante da grandeza dos feitos a serem narrados. Atualizando o tópico da humildade que caracteriza crônicas quatrocentistas e anteriores, coloca-se em posição de “inferioridade” e anuncia sua “incapacidade” para cumprir a tarefa de narrar os feitos régios, especialmente de reis tão merecedores de louvor

¹⁰² KRUS, L. Cronistas. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. Dicionário da Literatura medieval galega e portuguesa. Lisboa: Caminho, 1993.

¹⁰³ MACEDO; GIL, 1998, op. cit..

como eram os portugueses. Chega mesmo a demorar-se enumerando vários adjetivos da figura real, como no prólogo da *Crônica de D. Sancho I*: “ *Justa desculpa poderá ser para mim Rey poderoso, e Príncipe muy excellente nom emprender obra tam árdua, e tam difícil como esta, há que ho esteyto mandado de V.A[...]*.”¹⁰⁴

Outro exemplo que as opções de Pina ou imposições do seu tempo e do próprio gênero em que se inscreve é que consta do prólogo da *Crônica de D. Diniz*:

*Aqui te dou na Chronica do sereníssimo Rey D, Diniz de Portugal outro argumento da palavra, que te empenhey quando te prometi dar impressas todas as Chronicas manuscritas dos Reys deste Reyno. Entre ellas era muito digna deste beneficio a del Rey D. Diniz, porque sem duvida entre os Soberanos desta Monarchia mereceo elle hum lugar de mayor distincão.*¹⁰⁵

Esses exemplos demonstram ao mesmo tempo dois objetivos de Pina: o de manter por escrito os feitos régios e afirmar uma certa concepção de história, a de preservar e glorificar a memória dos antepassados, procurando minimizar sua intervenção e seus limites de historiador.

Já em Damião de Góis, nos prólogos das suas duas únicas crônicas, a de D. Manuel e a de D. João, vemos algo totalmente diferente. Góis inicia seus dois prólogos descrevendo o fazer histórico e o louvando:

*Muitos, & graves authores nos princípios de suas Chronicas trabalaram em louvar há história, da qual tudo que dixeram foi sempre muito menos do que devia dizer, porque assi quomo ella he infinita, assi seus louvores nam tem fim, nem termo a que se possam reduzir [...]*¹⁰⁶

Ou ainda, no prólogo da *Crônica de D. João*:

*Grave negocio comette, sereníssimo Rei, quem ou por obrigaçam, ou por lhe ser mandado, se dispõe a dar novo testemunho dos feitos. E proezas de Reis e Príncipes cujos merecimentos sam taes que há razom obriga a louvalos, e há industria a trabalhar pêra, com arte e prudência, se encomendarem à scriptura, mãe da eterna memória.*¹⁰⁷

¹⁰⁴ PINA, 1977d, op. cit., p 126

¹⁰⁵ PINA, Rui de. *Crônica del Rei D. Diniz: prólogo*. In: _____. *Crônicas*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977h. sem paginação.

¹⁰⁶ GÓIS, Damião de. *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel: prólogo*. Coimbra: Acta Conimbragensis, Coimbra, 1949a. sem paginação.

¹⁰⁷ Id. *Crônica do príncipe D. João: prólogo*. Coimbra: Acta Conimbragensis, 1949b, sem paginação

A proposta lançada pelo autor aqui é a de revisitar o passado, tendo como principal preocupação o como fazer, com “arte e prudência”. Anuncia, assim, sua preocupação com a elaboração, uma vez que essa serviria para narrar a memória de uma nação. Da mesma maneira, se voltarmos ao conceito ciceroniano de história como mestra da vida, analisado por Koselleck¹⁰⁸, vemos que Góis dá aos *escritos* o título de “*mãe da memória*”, mostrando sua herança ciceroniana.

De qualquer forma, percebe-se que os dois cronistas, a despeito dessas diferenças, concebem a história a partir do modelo ciceroniano, ainda que um pareça preocupar-se mais diretamente com a figura régia e o outro com a maneira de se escrever a respeito desse monarca e de seus feitos. E mais, como apontamos no início deste capítulo, Rui de Pina prefere destacar a história como um “vivo espelho” dos bons exemplos a serem seguidos, já Góis enfatiza a história como disciplina memorativa, dependente da maneira como se escreve e do que se escreve, já que a qualidade dos escritos para ele está ligada diretamente à veracidade dos fatos narrados. Além disso, na narrativa goisiana, nota-se que o povo português é participante e atuante na história da nação, tanto quanto os reis, ao contrário do que acontece com Pina, que vê o rei como centro da narrativa. Assim, o que podemos notar é que, mesmo conduzidos pela noção de história como fonte de exemplos, Rui de Pina e Damião de Góis encontram caminhos diferentes para conduzir seu registro do passado.

Uma outra diferença que podemos perceber, ao confrontarmos os dois autores refere-se à própria atualização da referida função moralizadora do texto. Rui de Pina, ao exaltar os feitos régios, o faz visando os exemplos a serem seguidos e apresentando uma aura religiosa. Dirigindo-se a D. Manuel no prólogo geral das suas crônicas, Pina diz que

*[...] ainda para mayor acrecentamento do preciozo thezouro de vossas virtudes descobristes essa vossa propria, e muy louvada virtude de tam prefeyta piedade, de que àcerqua dos gloriosos Reys, e Rainhas de Portugal de que descendeis, tam prefeytamente uzais, com ha qual resucitando vossa muy Real Senhoria ha seus nomes muy dinas memorias, e memorandas façanhas, cujo juizo ho esquecimento tinha jáa assi mortifiquadas de todo, e dandolhe estas suas verdadeyras lembranças huma tam segura maneyra para vida eterna, ellas juntas por immortal interesse de mais vosso louvor, se tornem todas ha ver em vós, com mayor resplendor, renovadas, e nellas V. A. mostre aho mundo hos Reaes, e limpos originaes de que foy [...].*¹⁰⁹

¹⁰⁸ KOSELLECK, 2006, cap. 2, op. cit., p. 41-60.

¹⁰⁹ apud FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Os reinos dos cronistas medievais: século XV. São Paulo: Annablume, 2007. p. 135-136.

Esse toque religioso da moralidade de Pina é minimizado em Góis. Segundo Tavares¹¹⁰, uma nova concepção de moralidade se anuncia nas crônicas goisianas, dado que sua abordagem histórica mostra-se independente da religião, o que o autor denomina de um “realismo humanista”, ligando a história a uma função científica. De acordo com essa linha de raciocínio, Góis diferencia-se de Pina, devido à influência teórica que possui, se assim podemos dizer, do humanismo.

O autor citado, no entanto, não desdobra ou problematiza o conceito de realismo humanista que propõe e, pelo que conseguimos apreender, uma das características desse realismo humanista estaria relacionada às descrições geográficas ou de aspectos psicológicos feitas por Damião de Góis em suas crônicas e também na descrição feita do retrato de Dom Manuel, no qual descreve tanto seu aspecto físico quanto seu aspecto moral. Podemos exemplificar esse realismo com o trecho que segue onde o autor realiza uma descrição de um espaço físico, procedimento que se repetirá inúmeras vezes durante suas crônicas;

[...] & eu seguindo ho que toca aho meu direi algumas particularidades desta prouíncia de S. Cruz, & dos costumes da gete de que he habitada. Ha terra he muito viçosa, muito temperada, & de muito bõs aros, muito sadia, tato que há mor parte da gete q morre he de velhice, mais que de doenças: te muitas, & grandes ribeiras, & muito bõs portos, & muitas fontes de muito boas agoas: há mais da terra he de montes, & valles, chea de bosques, em que há aruores de desuairadas sortes, entre hás quaes he há aruore do balsamo, & ho pão brasil: hai muitas heruas odoríferas, & medeçinaes, dellas diferentes das nossas, entre hás quaes he há q chamamos do fumo, & eu chamaria herua Sãcta, ha quem dizem que elles chama Betum, de cuja virtude poderia aqui poer cousas milagrosas, [...].¹¹¹

Não apenas diferenças são notáveis quando comparamos Rui de Pina e Damião de Góis. Esses aproximam-se quando se trata de narrar os feitos portugueses no além-mar. Uma primeira semelhança que podemos destacar é a de ambos julgarem os portugueses credores da proteção divina, por serem cristãos. Maria Leonor Carvalhão Buescu¹¹² nota que será muito mais como cristãos do que como portugueses que os lusos se identificaram com os povos com as quais entram em contato no além-mar. Ou seja, segundo a autora, vê-se uma “tendência para ver Deus, como uma divindade guerreira, que garante aos seus a vitória”. Tal aspecto

¹¹⁰ TAVARES, 1999, op. cit.

¹¹¹ GÓIS, Damião de. Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel: prólogo. Coimbra: Acta Conimbrigenis, Coimbra, 1949. p.

¹¹² BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Língua portuguesa: o bem de nossa sucessão. In: BITHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Org.). A memória da nação. Lisboa: Sá Da Costa, 1991.

pode ser notado em inúmeras passagens das crônicas em questão, assim como a presença da “providência divina” ao lado dos cristãos ou portugueses. Vejamos um exemplo:

*Naquela noite lhe lançaram outras balsas de fogo [...] pelo que vendo dom joam quam pouco fructo já aali podia fazer, mandou aho outro dia dar a vela caminho do estreito de Gibraltar, & parece que foi tudo isto guiado per Deos, por q se elle nam fezera este caminho, aho tempo que ho fez, Arzila fora tomada de Mouros, quomo se logo dira.*¹¹³

Outro traço comum aos dois cronistas é a narrativa dos fatos vivenciados por eles próprios, por exemplo, a descrição da morte de D. João II por Pina no capítulo LXXX da crônica dedicado ao reinado deste rei e que, segundo Serrão¹¹⁴, teria sido presenciada por ele. Alguns trechos como o que segue o autor cita maiores detalhes de modo a permitir a percepção de que realmente o autor vivenciou o evento narrado:

*[...] Esteve asy El Rey esta sesta feira com algum melhoramento; e logo ao sábado tornou a recair e dobrouse o fruxo, com que lhe sobrevieram descmaios, e acidentes mortaes, porque ElRey craramente conheceo sua morte. Da qual pelos Fizicos, e Senhores que heram presentes, quis como prudente, e boõ Christão, ser bem desenganado, apontadolhes com muito tento, e esforço, as causas, e sinaes per que lhe parecia, e se julgava ser mortal. Mas porque poderia ser maginaçam sua, queria deles saber a verdade, que por alguma maneira, ou causa lha nom encobrissem; porque pera o corpo, e principalmente pera a alma era muy necessária [...]. E ElRey com a cara segura lhes respondeo: Essa embaixada que me daaes he azzas triste, e amargoza, mas co ella dou muitas graças a Deos, porque pêra mym he muy necessarea [...].*¹¹⁵

Coincidentemente, no capítulo XIX da quarta parte da *Crônica de D. Manuel*, de Damião de Góis, o autor relata o falecimento da rainha dona Leonor. Aqui, como em Pina, Góis demonstra ter participado do fato narrado:

*Quomo atrás tenho dito, há Rainha donna Maria ficou tom mal trattada do parto do Infante dom Antonio que até há hora da morte nunca mais se achou bem [...] pelo que proçeedo esta má disposiçam, com que se lhe acrescentavam de dia em dia gravíssimas dores, faleçeo em Lisboa [...].*¹¹⁶

¹¹³ GÓIS, Damião de. *Crônica do Felicíssimo rei D. Manuel*. Coimbra: Acta Conimbrigensis, Coimbra, 1949. pte. 2. p. 126-128.

¹¹⁴ SERRÃO, 1972, v.1, op. cit.

¹¹⁵ PINA, Rui de. *Crônica del Rei D. João II: prólogo*. In: _____. *Crônicas*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977i.

¹¹⁶ GÓIS, 1949a, op. cit., p. 55.

O “ter participado”, ou seja, a experiência direta, ganha importância no século XVI como uma das formas de atestação da verdade, especialmente em razão dos deslocamentos expansionistas, dado que os letrados de então entenderam que os portugueses ocuparam-se em verificar com os próprios olhos o que os geógrafos antigos e medievais afirmavam a respeito do “mundo”. Foram, pois, comuns no período demonstrações por escrito de uma certa satisfação por parte dos descobridores, já que acreditavam que por uma simples observação puderam desmentir grandes pensadores da Antigüidade, graças à oportunidade de ver com os próprios olhos.

Segundo Hooykaas¹¹⁷, nota-se que ao mesmo tempo que os portugueses podiam considerar-se “superiores” aos antigos, a grande busca para a introdução da língua vernácula na ciência e nas letras relacionava-se diretamente com os Descobrimentos, uma vez que os portugueses introduziam a sua língua em todas as terras por eles conquistadas, ou seja, uma clara imitação dos antigos. Desafiando essa idéia da “superioridade” lusa, os humanistas mais radicais apontavam que as viagens dos descobrimentos teriam sido impossíveis sem a geometria, a astronomia, a cosmografia e outras atribuições dos antigos. Mas ao mesmo tempo, segundo o autor, ignoravam a participação dos seus antecessores medievais.

Dentro desse princípio, as investigações do desconhecido, do novo, vindo com as viagens marítimas, segundo Hooykaas, trouxeram “uma nova era da história intelectual da humanidade”.¹¹⁸ Nesse contexto, o humanismo se destaca. O humanismo encerrou um conflito entre a razão e a experiência, na medida em que se confrontaram a teoria da intelectualidade e a vivência dos navegantes iletrados. Ainda de acordo com Hooykaas, tal fato significava a introdução de uma nova abordagem a respeito da verdade: “não seria nem a razão nem a autoridade, mas sim a experiência.”¹¹⁹

Tais considerações só são pertinentes aqui, porque Damião de Góis acreditava que os antigos conheciam por tradição ou por experiência própria, mas sustentava que os portugueses foram os primeiros a empreender viagens perigosas. Ou seja, os feitos marítimos portugueses ultrapassavam os dos antigos, mas, para Góis, “nenhum escritor moderno era capaz de descrevê-los tão bem como os autores antigos.”¹²⁰ Tal consideração não é de se estranhar, pois, como já adiantamos no primeiro capítulo desta dissertação, essa valorização da Antigüidade é uma característica dos autores que beberam na fonte do humanismo.

¹¹⁷ GÓIS, 1949a, op. cit., p. 32.

¹¹⁸ Ibid., p. 35

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Ibid. p. 44

Voltando ao nosso confronto entre os dois cronistas aqui em questão, outra aproximação que podemos fazer entre Góis e Pina é a constante citação de textos da denominada Antigüidade, seja apenas através da citação de nomes de grandes personagens, como Cícero, Heródoto, Aristóteles, etc., seja utilizando alguns textos antigos como fonte literária para a narrativa das crônicas. Segundo Serrão¹²¹, já se pode notar uma forte influência dos escritores da Antigüidade na própria concepção de história de Rui de Pina, inspirado em Cícero; influência que Serrão percebe a partir do que ele denomina uma “tendência glorificativa e ética da história”. Além disso, é evidente a referência aos antigos como modelo de fazer história, se atentarmos ao prólogo da *Crônica de D. João II*, no qual o cronista escreve que:

*[...] pelo qual os Estoricos antiguos sentindo em algum Príncipe passado hua só vertude singular, elles per sua memória, e bom eixemplo dos futuros sumamente lha louvavam, e por ella avendo ho de mortal por immortal; e de umano por divino ho alevantavam até ho Céu: [...].*¹²²

Por vezes também, vemos Rui de Pina colocar-se em grau de inferioridade relativamente aos escritores antigos: “*[...] e porque ainda que esforre meu entendimento, e me ponha em necessidade de saber mais do que posso, sempre vejo que per isso fiquo muito á quem do que devo aos cronistas Romanos [...].*”¹²³

Já na narrativa de Damião de Góis, essa referência à Antigüidade também se faz presente, mas o faz de modo diferente de Rui de Pina. Tal diferença pode ser por vezes explicada por Góis ter estudado as línguas e literaturas clássicas. Ou seja, o cronista faz referência aos textos que leu, mas ao contrário de Pina não se julga nem inferior aos antigos nem superior. Damião de Góis, grande parte das vezes, utiliza-se dos clássicos como fontes complementares para justificar algum fato que esteja narrando. Por exemplo, no capítulo XXXVIII, da parte 2 da *Crônica de D. Manuel*, Góis lembra um trecho de Heródoto para falar de como o vice-rei partiu de Cananor:

*[...] ho que querendo sabe lhe foi dito pelos da terra, q alli houvera ho que grande Hercules duas batalhas co ho Rei que entam regnava [...] & q por memória se poseram aqullas cabeceiras: ho que parece concordar com Heródoto, que diz, que Hércules escapou da Índia de todo desbaratado.*¹²⁴

¹²¹ SERRÃO, 1972, v. 1, op. cit.

¹²² PINA, 1977i, op. cit..

¹²³ Ibid., sem paginação.

¹²⁴ GÓIS, 1949a, op. cit., p. 132.

Da leitura de todo o capítulo, percebe-se que Góis quer ao menos demonstrar que os lusitanos estão “descobrimdo”, “vendo” o que os escritores clássicos mencionavam em seus escritos, como adiantamos anteriormente.

Um outro capítulo elucidativo dessa “aproximação” ou “referência aos antigos”, é o capítulo XVIII da parte 4 da *Crônica de D. Manuel*, onde Góis narra a entrada de elefantes e rinocerontes em Lisboa, a mando do rei. Aqui, o autor lembra os romanos e o que estes falam sobre esse comportamento, entre outras características desses dois animais: “*Plínio, & outros scriptores dizem que na lua nova se vem das montanhas em trpes ahos campos, & terras chãs, & que alli se lava nas ribeiras.[...]*”¹²⁵. Ou seja, Góis utilizou um texto clássico como fonte de dados para sua narrativa.

Ainda no que diz respeito às semelhanças, podemos destacar que ambos narram os feitos portugueses na forma cronística, ambos são funcionários régios, ambos ocupam cargos de confiança régia, ambos participam da empresa ultramarina, ambos escrevem em um ambiente de corte e fazem parte da nobreza lusitana. Além disso, uma característica semelhante nos dois cronistas merece uma atenção especial: a crítica a uma família da nobreza portuguesa, os Bragança – aquela mesma família do conde de Tentúgal que citamos no primeiro capítulo desta dissertação e que foi criticada por Damião de Góis. Joaquim Veríssimo Serrão¹²⁶ é o único a chamar atenção para a coincidência. Portanto, da mesma forma que Damião de Góis realizou críticas a algumas famílias nobres, em sua *Crônica de D. Manuel*, críticas que lhe renderam alguns dissabores, como já adianta o primeiro capítulo, Rui de Pina também realizou críticas à nobreza lusitana, mas parece não ter tido a mesma repercussão negativa que seu sucessor.

Rui de Pina, segundo o autor, critica o segundo duque de Bragança, D. Fernando, ao acusá-lo de desrespeitar a ordem de menagem do monarca D. João II. Tal crítica encontra-se explicitada na *Crônica de D. João II* de Pina, no capítulo XIV:

*[...] E o que se comprio com tam grande trigança, e espanto como a novidade do caso requeria. E como a nova foy pela Cidade derramada, porque tocava em deslealdade contra EIRey, foy tam contraria nos ouvidos, e coraçõens leaes dos portugueses, que gente toda da cidade, nom soomente aquella que pêra as armas era desposta, mas ainda, a outra que per grande velhice, ou poucos annos pêra tal exercicio era escusada, se veeo trigosamente ao paço atee nom caber, acesos todos em muitta era braadando por crua clemência, esquecidos por o crime ser tal, de toda clemência, e piedade, e desejosos e despostos pêra socorro, e defensam da vida. E rela pessoa d'EIRey como se fora a própria de cada hum.*¹²⁷

¹²⁵ GÓIS, 1949a, pte. 4, op. cit., p.49

¹²⁶ SERRÃO, 1972, v.1. op. cit.

¹²⁷ PINA, 1977i, op. cit., p. 117-118.

Rui de Pina, de acordo com Serrão, não recua na defesa da verdade dos fatos, ainda que tal lhe pudesse trazer dissabores no ambiente da corte. Pina chega mesmo a definir a casa de Bragança como sendo a grande culpada de todos os males do reino lusitano.

Vemos em ambos, pois, a mesma família ser acusada de faltas contra o reino lusitano. Uma aproximação no mínimo curiosa, que nos leva a pensar se realmente Góis pode ser destacado entre seus antecessores, pois as diferenças existem como apontamos há pouco, mas as semelhanças também são muitas. Ambos os cronistas, em busca da verdade dos fatos, como afirmam, não parecem temer atingir alguém, mesmo que seja uma família poderosa. Todavia, as conseqüências para cada um, nas suas buscas da verdade, foram diferentes. Para as crônicas de Pina, pelo que se sabe, não foram impostas mudanças ou cortes no texto original, nem mesmo algum tipo de retratação, como aconteceu com Damião de Góis. E aqui, apesar de não podermos generalizar, podemos propor que os momentos históricos diferentes trazem já mudanças de mentalidade ou mudanças de expectativas em relação às crônicas.

A primeira hipótese sobre esses deslocamentos é de que Rui de Pina estava mais seguro para realizar críticas, pois, como cronista-mor, era nomeado pelo rei, encontrava-se a seu serviço e tinha como uma de suas funções e concepções exaltar a figura régia e seus feitos. Ou seja, a figura régia não devia ser abalada e se necessário fosse criticar algumas ações de nobres ou não, Pina as faria, pois como já foi dito, na sua narrativa, o monarca é o centro do texto. Seguindo essa linha, colocamos Góis em uma posição um tanto diferente: é nomeado, a título interino, guarda-mor da Torre do Tombo, mas não cronista régio, pois para tal cargo foi provido Antônio Pinheiro. Apenas mais tarde, a pedido do cardeal D. Henrique, é que começou a redigir a crônica dos feitos do reinado de D. Manuel. Portanto, Góis é funcionário régio, mas nomeado em outra função e, dessa maneira, não tinha o rei como centro de sua narrativa e, sim, os portugueses.

A segunda hipótese diz respeito à censura aos seus escritos. No momento histórico em que Rui de Pina escreve, não vemos tal censura, o que já se nota no tempo de Góis, devido à forte presença inquisitorial; daí que Damião de Góis tenha sido levado a mudar significativamente trechos inteiros de seus textos, na crônica de D. Manuel, como trabalhamos no primeiro capítulo.

A terceira e última hipótese está ligada ao advento do impresso. Se os escritos cronísticos estão ligados à preservação da memória, seja de um povo ou de uma nação, o impresso vem de encontro com essa função do escrito. A passagem do livro manuscrito ao

livro impresso, em meados do século XV, provocou, nas palavras de Anselmo¹²⁸, uma “revolução de proporções gigantescas”. Ora, no momento em que Rui de Pina escreve, temos um Portugal pré-tipográfico, mesmo em obras para divulgação, como é o caso das crônicas, segundo o supracitado autor. Nos “scriptoria”, que eram oficinas particulares, os manuscritos tinham um papel na transmissão do saber, mas aí o livro, além da função de transmissão do saber, era objeto de alto valor, e sua reprodução era restrita, devido à demora de sua preparação; o que deixava limitada a circulação desses textos.¹²⁹ Já com a invenção do impresso, essa realidade começa a mudar. Importa lembrar que, segundo o referido autor, o impresso se espalha em uma época em que os Descobrimentos Ultramarinos ocasionam uma forte mobilidade de contingente humano e conseqüentemente de cultura. Portanto, é esse fato que nos leva a pensar que, para Damião de Góis, as conseqüências de seus escritos, digamos, foram mais pesadas do que para Rui de Pina.

Aparentemente, trata-se de uma ingênua colocação, mas o fato é que Rui de Pina, mesmo elaborando críticas a uma família nobre, não se viu obrigado a alterar ou cortar uma linha de seu texto, detalhe que para Góis foi totalmente oposto. Além disso, só mais tarde veio a receber a acusação de plágio. De acordo com o mesmo Anselmo, no século XVI, tempo de Góis, tal como os homens, também as idéias viajam, embarcadas nas páginas de centenas de livros. É por isso que vemos a Inquisição, em 1536, procurar já estabelecer inúmeras regras para a edição do material impresso, não podendo nenhum texto ser impresso sem autorização inquisitorial.

Em suma, o que temos são dois cronistas que estão ligados, devido à crítica de um, Góis, ao outro, Pina. Crítica que nos levou a tentar perceber diferenças e continuidades entre eles. Até aqui, podemos dizer que, salvo as diferenças que explicitamos há pouco, enxergamos mais continuidades, entre um e outro, do que rupturas. A historiografia goisiana denomina Damião de Góis figura ímpar do Renascimento português, mas deve-se salientar que quase todos os estudos dedicados a ele o estudam apenas como um homem que se destacou como estudioso das idéias humanísticas, propagadas por Erasmo de Roterdão, e como grande diplomata e cosmopolita. E aí, sem dúvida, Góis pode ser considerado uma figura ímpar. Esta pesquisa, no entanto, centra-se no Damião de Góis, cronista do reino lusitano, e nesse âmbito da sua atuação, não lhe cabe o título de figura tão ímpar assim. E vale agora interrogar mais diretamente sua obra para tentarmos perceber em que medida a história escrita no século XVI se distanciou daquela realizada no século anterior.

¹²⁸ ANSELMO, Artur. As origens da imprensa em Portugal. Lisboa: INCM, 1974. p. 13.

¹²⁹ Ibid., p. 12.

CAPÍTULO 3

DAMIÃO DE GÓIS: HISTÓRIA E VERDADE

3.1 Breve apresentação das crônicas goisianas

Antes de partir para nosso objeto principal neste capítulo, a tentativa de perceber a construção dos conceitos de história e verdade de Damião de Góis, julgamos oportuno apresentar brevemente os dois textos que nos servirão de base e centro para tal objetivo: a *Crônica do Felicíssimo rei D. Manuel* e a *Crônica do Príncipe D. João*, ambas de Damião de Góis. A primeira saiu do prelo português de Francisco Correia em 1566, contando com um total de 326 capítulos, divididos em quatro livros. O Primeiro desses livros abrange 103 capítulos e dedica-se a descrever pouco mais de uma década, desde a morte de D. João III, em 1495, até o levante do povo lusitano em Lisboa contra os cristãos-novos, em 1506. Dentre os acontecimentos aos quais podemos dar mais destaques estão a expulsão dos judeus e mouros, a armada de Vasco da Gama, a descoberta do caminho marítimo para a Índia, a armada de Pedro Álvares Cabral e a descoberta do Brasil. Foi a este livro que Góis recebeu críticas violentas do conde de Tentúgal, sobretudo quanto ao enaltecimento de D. João II, e foi nele que viu-se obrigado a algumas correções, mas respondendo a quase todas as acusações e mantendo outras passagens que julgou não dever alterar na redação original.

O Segundo livro conta com 57 capítulos, dos quais 46 abarcam os acontecimentos que vão desde a partida de D. Francisco de Almeida, a 25 de março de 1505, para exercer a função de governador da Índia, até a sua morte no Cabo da Boa Esperança, cinco anos depois, em 1510. Esse volume traz também as histórias de D. Lourenço, Tristão da Cunha, Diogo Lopes de Sequeira e, em especial, Afonso de Albuquerque. Os feitos desses ocupam a maior parte do volume, incluindo a descoberta e tomada de Ormuz, Ceilão e Malaca, bem como a descoberta da Ilha de São Lourenço – Madagascar – por Tristão da Cunha. Ao contrário do que aconteceu ao primeiro volume, os assuntos relatados pelo cronista não mereceram nenhuma crítica.

O Terceiro livro apresenta 80 capítulos que abordam cerca de sete anos, desde a largada da armada de Diogo Lopes de Sequeira, em 1508, até a morte de Afonso de Albuquerque, em 1515. Desses 80, os que merecem mais destaque são aqueles contestados pelo conde de Tentúgal, os capítulos XXIII e XXVII – os quais Damião de Góis foi obrigado a reformular. A alteração no primeiro deles ocorreu porque o cronista tinha acentuado o procedimento pouco leal do rei católico D. Fernando, avô de D. Catarina, com D. Manuel nos

negócios de Marrocos. Já, no XXVII, tinham incomodado o excesso de elogios ao cardeal D. Henrique.

Por fim, o Quarto livro é constituído por 86 capítulos iniciados com a morte de D. Fernando de Castela, em 1516, e finalizados com o falecimento do rei D. Manuel, em 1521, narrada no capítulo LXXXIII. Nos demais capítulos, o cronista descreve as feições, virtudes e modo de viver do rei Venturoso, conta acerca dos mosteiros e lugares que ganhou aos mouros, bem como menciona as instituições, ordenações, regimentos ofícios, cidades e vilas descobertas. Além disso, vemos contemplados, nesse último livro da crônica, o continente africano e as terras do Oriente, como Ormuz, Goa, Malaca e Sumatra, assim como a embaixada à China. Da mesma maneira que o segundo volume, este também não sofreu nenhum tipo de contestação aos temas abordados.

No intervalo de aproximadamente seis meses que decorrem entre a terceira e a quarta partes da *Crônica do Felicíssimo rei D. Manuel*, saiu do mesmo prelo de Francisco Correia o quinto volume publicado por Damião de Góis, que na historiografia portuguesa merece devido destaque, a *Crônica do Príncipe D. João*. Publicada em 1567, essa conta com 104 capítulos, distribuídos em apenas um único volume, que narram desde o nascimento do futuro D. João II, 1455, terminando com a morte de D. Afonso V em 1481, um espaço breve de 26 anos. Góis, porém, nos capítulos VI e IX, faz um recuo no tempo e fornece ao seu leitor um sumário das descobertas desde a conquista de Ceuta, em 1415, até 1455, ano em que o autor inicia a crônica propriamente.

Dos 104 capítulos que constituem a crônica, apenas 12 dizem respeito a assuntos internos portugueses. Embora Góis se apóie substancialmente na *Crônica de D. Afonso V*, de Rui de Pina, da qual Garcia de Resende também se serve, a sua narrativa diverge das desses cronistas em alguns aspectos fundamentais. Primeiramente, na sua utilização de fontes estrangeiras e no registro de acontecimentos internacionais. Em segundo lugar, pelas duas preocupações básicas quanto ao que se refere à política interna: compilar uma lista das doações e privilégios concedidos por D. Afonso V, ano a ano, e mostrar o papel preponderante desempenhado por D. João II quando ainda era príncipe. Nessa parte relativa aos assuntos internos, Damião de Góis é extremamente seletivo nos temas, a fim de preparar os seus argumentos. Quando os acontecimentos não são estritamente relacionados com o príncipe D. João, ele próprio aconselha o leitor a ler o cronista que escreveu a *Crônica de D. Afonso V*, onde mais especificamente é tratado o reinado do dito rei.

Intervenções reais em Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger; traslado das ossadas do infante santo para a Batalha; desentendimentos com a Inglaterra e com Castela; narrativas de

várias lutas e confrontos; concessão do governo do reino ao príncipe D. João; o infante D. Henrique e os Descobrimentos; a transladação do infante D. Pedro; a paz estabelecida posteriormente com Castela, são esses alguns dos assuntos abordados nessa crônica. Nela, o cronista queixa-se da escassez dos escritos portugueses acerca das navegações durante os dezoito anos que se seguiram à descoberta de Ceuta, em 1415, até a morte de D. João I, em 1433. Sendo assim, nessa crônica, o autor propõe-se escrever um sumário desse período, como explicitamos no início.

Também nessa crônica, à política marroquina de D. Afonso V, o autor dedica vinte capítulos, que tratam exclusivamente da conquista das terras norte-africanas, dado que Góis se ocupa de D. Afonso V, o Africano. Finalmente, é interessante apontar que, na *Crônica do Príncipe D. João*, Damião de Góis revela uma verdadeira preocupação em completar a narrativa dos cronistas que o antecederam, que também se dedicaram ao reinado do Africano, nomeadamente Rui de Pina e Garcia de Resende – parte que não sofreu intervenções ou críticas de terceiros.

Dessa forma, através de suas duas crônicas aqui mencionadas, percebemos que as figuras de D. Afonso e de D. Manuel servem de contraste à figura de D. João. O primeiro deixou escapar sua riqueza e poder e permitiu que em seu próprio reinado surgissem grandes potentados; o segundo obteve o título de rei e preparou o terrenos para seu predecessor; e o último, D. João, aparece na narrativa como um protótipo dos monarcas do século XVI.

3.2 A construção de história e verdade nas crônicas de Damião de Góis

Estudar a cronística portuguesa significa examinar um modelo de narrativa que subscreve uma tipologia própria, um modelo que, nos séculos XV e XVI, divide-se em dois tipos: a cronística régia e a da expansão ultramarina. Os seus elementos constitutivos evidenciam-se quer no modo como cada um dos cronistas compõe sua obra, quer na maneira com que cada um se relaciona com os textos, relatos, que utilizam para a construção de suas narrativas.

Obras dotadas de uma coerência interna, as crônicas podem ser consideradas como um gênero textual. Teresa Amado¹³⁰, diante dessa questão e analisando o conceito de gênero textual, observa dois possíveis caminhos para tratar o conceito de gênero. Um deles é tê-lo como “uma categoria de classificação retrospectiva”¹³¹, o outro como “pertença a uma

¹³⁰ AMADO, Teresa. Os gêneros e o trabalho textual. Lisboa: Cosmos, 1997.

¹³¹ Ibid., p. 10.

classe”¹³². A autora não os aceita como sendo uma coisa só e estabelece uma ligação de gênero com a história, citando Jean-Marie Sheffer¹³³, pois esta, segundo Amado, distingue “entre o gênero, noção que apenas pretende classificar, estática e alheia à história, e a generacidade, ou seja, o nível dinâmico de funcionamento do texto, que é afetado pela história.”¹³⁴

Tal colocação mostra-se pertinente nesta pesquisa, pois a questão dos gêneros, segundo Teresa Amado, “é um dos melhores campos de observação” para o estudo da crônica¹³⁵. A autora analisa os textos de Fernão Lopes, cronista português que escreveu três crônicas régias, notando que ele utilizou em cada uma delas uma escrita e uma técnica diferentes, criando assim várias formas e dificultando que alguma delas chegasse a ser tida como o modelo principal a ser seguido.

Mas o fato é que, com os príncipes de Avis, reconhece-se pela primeira vez uma atividade literária que se pode dizer regular em Portugal, especialmente no caso das crônicas régias, pois essas constituem um gênero representado por mais de um exemplar. Segundo Bernard Guenée¹³⁶, a concepção teórica e prática do gênero, que surgiu e triunfou nos séculos XIII e XIV, combinou a narração com o registro minucioso de datas e fatos, tendo sido chamada crônica.

De acordo com Amado, as crônicas configuram-se como um “gênero literário que tem por objeto a representação do passado”.¹³⁷ Desta maneira, podemos assinalar que nasce um gênero literário que, no caso português, incorpora a História como uma de suas modalidades, ligando campos distintos: história e literatura. A esse respeito, Amado conclui que “se a História é o gênero matricial de que a crônica será uma das modalidades, no trabalho da escrita a crônica faz da História um dos gêneros que a compõem”.¹³⁸ Tendo em conta essas colocações, somos levados a levantar uma interrogação inicial: qual a concepção que o cronista tem de crônica?

Essa indagação faz-se apropriada para abriremos nossa análise, pois, enquadrando-se nos princípios da narrativa factual, ou melhor, na crônica, e adotando a prosa como opção técnico-compositiva, Gomes Eanes de Zurara, cronista oficial lusitano do século XV, ao

¹³² AMADO, 1997, op. cit., p. 10.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid., p. 12.

¹³⁶ GUENEE, Bernard. Histoire et chronique. Nouvelles reflexions sur les genres historiques au Moyen Âge. In: POIRION, Daniel (Org.). La chronique et l’histoire au Moyen-Age. Paris: Presses de l’Université de Paris Sorbonne, 1986. p. 3-12.

¹³⁷ AMADO, 1997, op. cit., p. 18.

¹³⁸ Ibid., p. 28.

iniciar a narração da sua *Crônica do Conde Dom Pedro de Meneses* – antes de partir para a narrativa, propriamente dita, dos fatos e feitos do citado Conde, bem como dos fundamentos do seu projeto cronístico –, fornece uma etimologia da palavra crônica:

*[...] chronica principalmente ouve o seu origem, e fundamento da Saturno, que quer dizer Tempo, isto porque em Grego se chama este Planeta Chrono, ou Chronos, que significa Tempo, assy como no Latim este nome quer dizer Tempus. E d'hy se deriva Chronica, que quer dizer Istorica, em que se screpvem os feitos temporaes.*¹³⁹

Aqui, Zurara revela sua consciência da gênese da crônica, ou seja, a idéia de que esta estabelecia uma íntima relação entre o ato da escrita e a rememoração dos feitos, num tempo e num determinado local específicos. Ao explicar a origem da palavra crônica, Zurara evidencia que seu fundamento é o registro do tempo decorrido. De acordo com França¹⁴⁰, é o registro “daquilo que é efêmero e por isso mesmo sujeito ao esquecimento”. Figueredo¹⁴¹ caracteriza o conceito de crônica zurariana como sendo o “relato e a exaltação de feitos exemplares, ou mesmo heróico, protagonizado por uma determinada elite que corporiza um novo tempo, que é o da expansão ultramarina”.

Considerar a concepção de Zurara de crônica importa aqui em razão de o nosso objeto de análise ser um texto cronístico que, embora do século seguinte, também está inserido no complexo problema da construção da memória escrita de um reino, neste caso específico, o reino lusitano de Quinhentos. Não se trata, pois, de transposição de conceitos e definições de um cronista para outro. Esse ponto de partida serve apenas para entrarmos no problema do complexo significado do termo crônica e a utilização deste tanto pelos cronistas portugueses medievais, como Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina, quanto por Damião de Góis.

Damião de Góis, entretanto, não explicita em nenhuma de suas duas crônicas, como fez Zurara, sua concepção de crônica, mas se o discurso escrito inscreve-se numa dimensão de espaço e transcende os limites do temporal, como pensa Buescu,¹⁴² lembrar o conceito zurariano de crônica justifica-se, nesta pesquisa, em razão de os eixos que definem o gênero

¹³⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes: reprodução fac-similada com nota e apresentação de José de Freitas Carvalho*. Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988. cap. 1. p. 213-214.

¹⁴⁰ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais: século XV*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 118.

¹⁴¹ FIGUEREDO, Albano. A idéia de historiografia e sua materialização genológica em Gomes Eanes de Zurara. Lisboa: Cosmos, 1997. p. 221.

¹⁴² BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991. p. 384.

terem de alguma forma persistido também no tempo de Góis, que inscreve as suas crônicas no filão dos relatos circunstanciados de verdades históricas.

Por outro lado, escolhemos evocar aqui o conceito zurariano de crônica, que porventura pode induzir o leitor a ver em Damião de Góis um Zurara transposto ao século XVI, pois ao assumir o papel de cronista dos reinados de D. Manuel e de D. João II, Góis deixa clara sua preocupação com a história, criticando seus antecessores. Atentemos que, nas comparações que realizamos no capítulo anterior entre Góis e Rui de Pina, foi possível notar que Góis não se distancia significativamente do modelo cronístico medieval no qual estão inseridos Rui de Pina, Fernão Lopes e Zurara, que são criticados pelo cronista quinhentista em seus textos. Seguindo um modelo que se pode dizer clássico, Damião de Góis elabora um discurso histórico para relatar a memória dos feitos portugueses, cujo vínculo de transmissão, por excelência, é assumidamente a crônica.

Mas a crônica, no início do século XVI, como foi adiantado, dividiu-se em dois tipos distintos: a dos reis e a dos feitos ultramarinos. Ana Paula Avelar¹⁴³ aponta que a primeira tem como eixo narrativo a figura real, percorrendo e destacando o seu espaço temporal e a duração dos respectivos reinados narrados. Já o segundo tipo, a autora entende ser um tipo um tanto quanto diferente de texto. Segundo ela, este tipo de crônica – a da Expansão Ultramarina – continua a ser o discurso sobre o poder e atendendo aos seus interesses, todavia, acrescentando elementos que transcendem os limites da estrita governação e construindo imagens de um espaço que inclui Portugal e o rei mas vai para além desses. Daí que façam das próprias crônicas régias fontes de informação.

Damião de Góis, embora possa ser encaixado no primeiro tipo de texto (a crônica régia), não deixa também de relatar os feitos expansionistas. O autor narra alguns eventos referentes à presença lusitana no Oriente, ainda que o faça de forma subsidiária, como se nota na leitura da *Crônica do Rei D. Manuel*. O termo subsidiária cabe aqui porque, mesmo sendo considerada crônica régia, de acordo com Diogo Ramalho Curto¹⁴⁴, essa crônica “oferece à Expansão uma importância esmagadora”. Ou seja, na análise do supracitado autor, não podemos enquadrar o texto cronístico goisiano em nenhum dos dois tipos apontados. Sendo assim, sem mais delongas, resta-nos apontar que Damião de Góis foi um dos representantes da construção do passado lusitano, cuja especificidade desde 1533, por exemplo, era difundir

¹⁴³ AVELAR, Ana Paula Menino. Fernão Lopes de Castanheda: historiador dos portugueses na Índia ou cronista do Governo de Nuno da Cunha? Lisboa: Cosmos, 1997.

¹⁴⁴ CURTO, Diogo Ramada. Língua e memória. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). História de Portugal: no alvorecer da modernidade. Coimbra: Estampa, 1973. v. 3. p. 370.

à Europa notícias e comentários sobre os feitos portugueses, feitos esses que, embora régios, eram destacadamente ultramarinos.¹⁴⁵

Desse modo, para além de se constituir um modelo, as crônicas feitas no século XVI, sendo as mais conhecidas as de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Damião de Góis, buscaram passar uma imagem do passado lusitano, sem ainda se livrar da herança da história pedagógica que caracterizou os escritos dos seus antecessores. Para tal tarefa, os quinhentistas definiram procedimentos e objetivos para os seus afazeres como historiadores, retomando por vezes concepções de escrita do passado e redirecionando alguns dos seus interesses.

No século XVI, vários historiadores têm notado inúmeras transformações, principalmente no que se refere à relação homem/espço. Os novos horizontes descobertos com as viagens marítimas provocaram o confronto de concepções até então não pensadas. Da mesma forma, podemos notar, de acordo com Avelar¹⁴⁶, uma mudança na mentalidade ou maneira de se pensar o mundo, pois muito do que era imaginado torna-se, a partir dos Descobrimentos, ao alcance dos homens. Segue-se a isso, o aparecimento de uma literatura épica, destinada a relatar os “novos mundos” e os homens que os descobriram. Portanto, narrar os feitos portugueses, para além de uma necessidade, nas palavras da mesma historiadora¹⁴⁷, tornou-se “um desejo e uma constante, não só por parte dos reis como dos homens de letras”.

Inspirado pelas navegações portuguesas, acrescentando todo um pensamento patriótico e cosmopolita¹⁴⁸, encontramos Damião de Góis envolvido com a escrita de duas crônicas régias: *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel* e *Crônica do Príncipe D. João II*. Destacando-se entre os autores do seu tempo, pode-se dizer que a obra historiográfica de Damião de Góis é contemporânea ao grupo dos cronistas que começaram a publicar seus escritos no começo das explorações marítimas, testemunhando junto com João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda um processo histórico que marcou a trajetória portuguesa.

No que respeita estritamente à sua obra, Tavares¹⁴⁹ aponta que suas crônicas representam a parte mais amadurecida de toda ela. Essas baseiam-se sobretudo em documentos escritos, fator que os críticos e historiadores posteriores tomaram como

¹⁴⁵ FARIA, Francisco Leite de. Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1977.

¹⁴⁶ AVELAR, 1997, op. cit., p. 7.

¹⁴⁷ Ibid., p. 7.

¹⁴⁸ A esse respeito ver BATAILLON, Marcel. O cosmopolitismo de Damião de Góis. Lisboa: Seara Nova, 1938.

¹⁴⁹ TAVARES, José Fernando. Damião de Góis: um paradigma erasmiano no humanismo português. Lisboa: , 1999. p. 106.

abonatório de seus escritos, juntamente com seu assumido compromisso de escrever a verdade – compromisso esse que o liga ao pensamento ou à teoria humanista, pois, para os pensadores humanistas, a verdade era o principal apáragio da matéria histórica.¹⁵⁰

Segundo também Tavares¹⁵¹, Damião de Góis procura seguir essa regra, a partir do momento em que tenta seguir os fatos com maior exatidão possível. No decorrer da narrativa, o cronista cita numerosos testemunhos documentais que atestam essa procura da verdade. O autor insere em alguns capítulos de suas crônicas, por exemplo, trechos ou textos integrais de cartas, regimentos, ordenações, entre outros. Além disso, um outro fator a se destacar na obra de Damião de Góis é o conhecimento que possuía dos textos cronísticos do seu tempo e que ajudavam igualmente na busca da verdade. Ele refere-se, por exemplo, às *Décadas* de João de Barros, bem como à *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda. Tais referências são perceptíveis principalmente no capítulo XXXVI da quarta parte da *Crônica de D. Manuel*, no qual o autor trata de uma armada portuguesa à Índia. Góis pede a seu leitor que, para maiores detalhes, “*q por sere taes nã diguo, remettido ho lector aho q disso contam Jam de barros, & Fernam lopes de Castanheda nas suas historias da Índia.*”¹⁵²

Damião de Góis, pelo que indicam as referências nas crônicas, fez uma leitura apurada dos cronistas que lhe antecederam, familiarizando-se com os trabalhos daqueles contemporâneos que tinham alguma relação com as temáticas que desenvolve. Sem especificar exatamente quais eram os elementos que aproveitava desses textos, indica que os utilizava como fontes de pesquisa. Por exemplo, no que diz respeito à África, Góis serve-se de “João Leão” que, segundo o próprio cronista, era

[...] *scriptor Arabigo, home mui docto, & de muita authoridade, q se fez Crhistão em Roma, no tempo do papa Leão décimo, & compôs muitos livros em Arabigo, entre hos quaes fez hum que intitulou da discipção Dafrica, & cousas notáveis dela [...].*¹⁵³

Quanto à referência aos autores da Antiguidade, alguns dos nomes mais frequentes do decorrer de toda a narrativa de suas duas crônicas são: Heródoto, Ptolomeu, Diodoro, entre outros. Sobre esse ponto, Hirsch¹⁵⁴ aponta que a utilização ou mesmo a simples menção de

¹⁵⁰ Sobre tal assunto ver OSÓRIO, Jorge Alves. Humanismo e história. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993.

¹⁵¹ TAVARES, 1999, op. cit., p. 109.

¹⁵² GÓIS, Damião de. Chronica do felicíssimo Rey D. Emanuel da gloriosa memória. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1949a. pte. 4. p. 93 (edição conforme a primeira de 1556).

¹⁵³ Ibid., pte 3, p. 63

¹⁵⁴ HIRSCH, Elisabeth Feist. Damião de Góis. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 235.

autores clássicos por parte de Damião de Góis pode se dever ao fato de seguir o costume de muitos humanistas que queriam exibir o seu conhecimento de textos antigos, uma vez que, como evidenciamos no primeiro capítulo, nosso cronista bebe na fonte da teoria humanista. Nessa linha de raciocínio, Tavares¹⁵⁵ coloca que é possível que Damião de Góis não tenha lido no original todos aqueles autores que menciona, aspecto que, segundo a mesma Hirsch¹⁵⁶, não é de causar estranheza, uma vez que é sabido que os humanistas satisfaziam suas curiosidades pela literatura clássica com “noções de segunda mão”.¹⁵⁷

Um exemplo dessa utilização que Góis faz de alguns autores clássicos, pode ser o encontrado no capítulo X da segunda parte da *Crônica de D. Manuel*, onde autor trata da terra de Sofala e seus costumes. Lê-se o seguinte trecho:

*Diz Diodoro Sículo, que foram hos Ethiopes hos primeiros homens que tiverão conhecimento de Deos, & primeiro usaram religiam, & çeremonias no culto devino, & foram hos primeiros que acharam ho modo de screver, & que delles veo ho conhecimento destas cousas ahos Egypcios, donde diz que elles descendem[...].*¹⁵⁸

Ou ainda, podemos ver Damião de Góis citando Heródoto, como na passagem a seguir:

*Screve Heródoto, que querendo Cambyses Rei da Pérsia, filho de Cyro, fazer guerra em hum mesmo tempo ahos Carthaginenses, & ahos Ammonios, & ahos Ethiopes, que a estes Orientaes mandou seus embaixadores, përa por amizade hos sobmeter a seu Império, [...].*¹⁵⁹

Muitos mais são os autores da Antigüidade citados por Damião de Góis, mas interessamos aqui perceber sobretudo as leituras realizadas por Góis dos cronistas que o antecederam, pois são esses textos que contribuiram para a construção do seu discurso histórico. A esse propósito, considera Hirsch¹⁶⁰ que Góis fez um sério estudo de crônicas anteriores, procurando aí inspiração para seu trabalho de historiador. Exemplo claro é o capítulo XXXVIII da *Crônica do rei D. Manuel*, onde ele afirma que fará “*um breve discurso*” sobre aquilo a que cada um de seus antecessores se dedicou. A autora¹⁶¹ ressalta que Damião de Góis foi o primeiro cronista a identificar Fernão Lopes como sendo o autor de uma *História*

¹⁵⁵ TAVARES, 1999, op. cit.

¹⁵⁶ HIRSCH, 2002, op. cit.

¹⁵⁷ Ibid., p. 235

¹⁵⁸ GÓIS, 1949a, pte. 2, p. 33.

¹⁵⁹ Ibid., p. 33.

¹⁶⁰ Ibid., pte. 4., p. 100.

¹⁶¹ HIRSCH, 2002, op. cit., p. 236.

Geral dos Reis Portugueses, livro que vai até ao reinado de D. João I. Segundo Tavares¹⁶², tal identificação pode ser considerada um grande feito intelectual, um trabalho empírico de Damião de Góis, como vimos no capítulo anterior – em que tentamos mostrar que Damião de Góis anuncia uma espécie de método de pesquisa para fundamentar sua tese sobre a autoria de Fernão Lopes das crônicas que compõem a *História Geral dos Reis Portugueses*. Nota-se que o cronista baseia-se em uma análise de fatores internos ao texto, ou seja, sua organização, bem como no seu estilo. Góis observa que Fernão Lopes começa todos os seus prólogos da mesma maneira: “[...]Fernam Lopes tinha era descrever nos princípios das Chronicas que compôs, hos costumes & ordem da vida dos Reis de que tractara, & parece que este Prólogo de que aqui faz menção era geral em todas háas Chonicas” [...]”¹⁶³

Revela-se aqui o que podemos denominar uma possível característica de Damião de Góis como historiador, pois propõe uma certa maneira de analisar um documento, texto, a ser utilizado como fonte de pesquisa.

Não só a Fernão Lopes se refere Damião de Góis, o autor toca também em Gomes Eanes de Zurara, citando, na sua *Crônica do Príncipe Dom Joam*, as censuras ao seu antecessor ao uso excessivo das metáforas, elementos que segundo Damião de Góis eram inadequados para a forma cronística ou para aqueles que estavam compromissados com a verdade. Segundo Damião de Góis: “*stylo e ordem acostumado do mesmo Gomezeanes posto que algumas palavras e termos antigos que ele usava no o screvia com razoamentos prolixos e cheos d metaphoras ou figuras quem no stylo histórico não tem lugar* [...]”¹⁶⁴

De igual maneira, vemos Damião de Góis criticar Rui de Pina, seu predecessor, por este exibir na *Crônica de D. Afonso V* e na *Crônica de D. João II*, um estilo “afetado”, carregado de adjetivos: “[...] que ho stylo de rui de Pina pólos muitos adiectivos e epithetos que se usavam naquelle tempo he muito afeitado”.¹⁶⁵ Sob Rui de Pina, além dessa crítica, pesa a citada acusação de plagiário de Fernão Lopes.

Essas críticas ao estilo dos seus antecessores podem anunciar de alguma maneira o seu próprio modo ou estilo de trabalhar ou fazer história. Estilo que, segundo Antônio Mendes¹⁶⁶, pode estar ligado à preocupação de Damião de Góis de definir o rumo da “modernização cultural portuguesa”. Sendo assim, abandona de certa maneira o estilo floreado, “afeitado” de

¹⁶²TAVARES, 1999, op. cit., p. 109.

¹⁶³ GÓIS, 1949a, pte. 4, p. 101.

¹⁶⁴ Ibid., p. 105.

¹⁶⁵ Ibid., p. 107.

¹⁶⁶ MENDES, Antônio Rosa. A vida cultural. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). História de Portugal: no alvorecer da modernidade. Coimbra: Estampa, 1973. v. 3. p. 384.

seus predecessores e mostra-se disposto a renovar a escrita das crônicas, como se nota nos seus prólogos.

Acerca dos prólogos, é interessante salientar a importância que desempenharam nos exemplares do gênero, sejam eles do século XIV ou XV. Ana Paula Avelar¹⁶⁷ aponta que os prólogos constituem o lugar onde se expressa o saber e a cultura do autor. Ou seja, segundo essa análise, é a partir da leitura dos prólogos que podemos perceber como o cronista define o seu próprio fazer, bem como quais são os seus ideais de uma boa história. Nesse sentido, não podemos deixar de examinar mais minuciosamente os dois prólogos das crônicas de Góis.

De início, Góis refere-se à majestade da história no prólogo de sua *Crônica do Príncipe D. João*: “[...]que há historia tem em si tanta magestade, que nella se nam pode sofrer palavra nenhuma, que no lugar em que se põe nam traga consigo gravidade, honestidade, e autoridade[...]”¹⁶⁸ Da mesma maneira, vemos o cronista louvar a história no prólogo da sua *Crônica de D. Manuel*:

*Muitos, & graves authores nos princípios de suas chronicas trabalaram em louvar ha história, da qual tudo ho que dixeram foi sempre muito menos do que se devia ssi quomo ella he infinita, assim seus louvores nam tem fim, nem termo a que se possam reduzir[...]”*¹⁶⁹

Ambos os prólogos, antes de nos levar ao problema ou evidência do que seria a definição de história do autor, colocam-nos frente à necessidade que os cronistas do século XVI viram em transmitir a memória dos fatos portugueses. Para tal tarefa, colocava-se a questão do como fazer uma narrativa histórica, pois em face de uma narrativa histórica, de um texto narrativo-memorativo, colocam-se, segundo Avelar¹⁷⁰, algumas questões incontornáveis. Primeiramente, os cronistas indagavam-se a respeito da documentação disponível para o conhecimento dos acontecimentos a serem narrados e, em segundo lugar, nota-se certa preocupação com o modelo a ser seguido para se realizar tal texto narrativo.

Diretamente ligada a essa questão, tanto a supracitada autora quanto Jorge Osório¹⁷¹ percebem a existência de duas correntes historiográficas no universo português quinhentista: os petrarquistas e os ciceronianos. Os primeiros estariam preocupados com os fatos dados, estabelecendo diferenças entre o presente e o passado, oferecendo à história um caráter

¹⁶⁷ AVELAR, 1997, op. cit., p. 71-72.

¹⁶⁸ GÓIS, Damião de. *Crônica do Príncipe D. João II: prólogo*. Coimbra: Acta Universitates. Conimbrigensis, 1949b, sem paginação.

¹⁶⁹ GÓIS, 1949a, op. cit., sem paginação.

¹⁷⁰ AVELAR, 1997, op. cit., p. 70.

¹⁷¹ Sobre tal assunto ver OSÓRIO, 1993, op. cit.

didático. Já o segundo grupo colocava toda a atenção no homem, pois, segundo essa linha, é esse homem quem elabora o pensamento e a compreensão dos fatos históricos. Damião de Góis, ao que tudo indica, pode ser colocado no segundo grupo.

De início, a classificação justifica-se pelo fato de Damião de Góis compartilhar das idéias de Erasmo de Roterdão, um reconhecido adepto da obra de Cícero. Diga-se de passagem, Erasmo tinha especial afinidade com o ensaio ciceroniano intitulado *De Senectute*. E além do mais, Erasmo disserta sobre o pensamento ciceroniano, especialmente o religioso, no seu *Ciceronianus*.

Segundo Erasmo, conforme se pode notar na bibliografia goisiana, o cronista publicou uma tradução em português do texto de Cícero, *De Senectute*, em 1538¹⁷². Ainda podemos somar a isso o fato de Damião de Góis ter simpatizado com alguns humanistas italianos (como Bembo e Buonamico), que consideravam Cícero o grande modelo de escrita em latim.¹⁷³ Segundo Elisabeth Hirsch, Damião de Góis chega a insistir com Erasmo para que esse aperfeiçoasse o seu estilo de escrita, a fim de que pudesse se aproximar do estilo de escrita de Cícero.¹⁷⁴ Portanto, podemos denominar Góis como um cronista ciceroniano, se levarmos em conta esses e outros dados de sua obra.

O importante a ser destacado é que estamos diante de um escritor que está inserido em um contexto, mas que também ajuda a construir esse contexto no qual se insere. Na análise de Avelar, se pensarmos a questão cronologicamente, notamos que novas imposições se colocam ao historiador do século XVI, no momento que se atenta para o fato de que trabalhar com a busca do passado traz consigo a necessidade de se procurar objetivos, causas e efeitos, ou mesmo conseqüências dos acontecimentos e articulações. Segundo Macedo¹⁷⁵, a partir daí a história começou a se impor regras de construção e surgiu a necessidade de se definir um conceito e uma função para ela. Também Avelar¹⁷⁶ afirma que, nesse contexto, em que vemos Góis inserido, torna-se importante para o cronista definir um modelo de transmissão da história, juntamente com a elaboração dos princípios condutores da mesma, que serviriam de orientadores de suas narrativas. No prólogo da *Crônica do Príncipe D. João*, acha-se uma passagem interessante a esse propósito:

¹⁷² Esta informação nos é dada por HIRSCH, 2002, op. cit., p. 100.

¹⁷³ TAVARES, 1999, op. cit., p. 156.

¹⁷⁴ HIRSCH, 2002, op. cit., p. 102.

¹⁷⁵ MACEDO, Borges de. Damião de Góis et l'historiographie portugaise. Paris: Centro Cultural Português, 1982. p. 12-13.

¹⁷⁶ AVELAR, 1997, op. cit., p. 71.

Porque he cousa clara poersse a mais juízos quem de vontade screve história, que ho que tem obrigaçam de ho fazer, e muitos mais se tratta de feitos de Reis e grandes senhores, porque nestes se requiere alto stylo d'screver, grande ornamento de lingoagem, sutil, e discreto artificio rhetorico, e isto tam temperado , que ho discuido do scriptor nam cegue há gloria do que trata[...].¹⁷⁷

Esse trecho sugere que estamos diante de um escritor que, ao colocar grande importância na necessidade do bem escrever – já que escreve por vontade e não por obrigação – julga destacar-se dos seus antecessores. Se analisarmos tal trecho aos olhos do pensamento de Avelar, citada há pouco, vemos que Damião de Góis apenas cumpre uma necessidade que se coloca ao seu tempo. Não queremos aqui apontar Góis como o inaugurador de um novo estilo de escrita, mas sim queremos perceber onde estaria a suposta diferença, já que o mesmo sai criticando seus pares em seus textos, como já mencionamos.

Nota-se, no trecho citado acima, que de maneira direta o cronista encara o processo de escrita da história, já com uma explícita preocupação com a maneira de se escrever, pois Góis não aceita como apropriado para se escrever a história o que ele denomina de maneira floreada de escrita. É importante deixar claro que, inicialmente, vemos a preocupação do cronista com a maneira de se escrever um fato que se pode denominar de histórico e não em definir o que para ele seria seu conceito de história. De certa maneira, Góis já está definindo o que acredita ser história, a partir do momento que se preocupa com o como escrever. Segundo Hirsch,¹⁷⁸ essa ênfase na escrita sem adornos é uma característica que o distingue de outros autores, especialmente os humanistas, que enfatizam a retórica.

Uma outra característica que podemos destacar na maneira de construção da escrita de Góis e da sua história, apreciada pela supracitada autora, é o fato de Góis fugir da criação de imagens em seus textos, bem como de dar importância a pormenores em suas narrativas. Tal consideração pode ao menos estar ligada à própria fala do cronista no momento que esse diz fugir de tais características, pois essas poderiam afetar a “majestade da história” .

Isso não quer dizer que Damião de Góis não tivesse conhecimento de pormenores que aconteciam no interior da corte de D. Manuel, uma vez que viveu desde seus nove anos de idade na sua corte, onde inclusive inicia sua educação. Pormenores que dizem respeito, por exemplo, às possíveis discussões ou incidentes ocorridos no ambiente dessa corte. Tais aspectos, segundo Tavares¹⁷⁹, não aparecem com frequência nas crônicas de Damião de Góis,

¹⁷⁷ GÓIS, 1949b, op. cit., sem paginação.

¹⁷⁸ HIRSCH, 2002, op. cit., p. 237.

¹⁷⁹ TAVARES, 1999, op. cit., p. 110.

pois o cronista não era dado a sensacionalismos. Este termo, entretanto, parece um tanto inadequado para o tempo, e o único autor a utilizá-lo é Tavares.

Não descartamos, contudo, a discussão, pois se sensacionalismo não é uma questão que parece ser do tempo de Damião de Góis, de qualquer forma ele preocupa-se em não se mostrar excessivo no uso de detalhes que não pareçam importantes para serem colocados em sua história. Pelo que pudemos perceber, tal preocupação está intimamente relacionada com o impacto da recepção de seus textos. Diogo Ramada Curto¹⁸⁰ explicita que o processo de construção de compilações ligadas à expansão permite perceber a influência que certos assuntos tiveram na “reelaboração da memória oficial da monarquia”.¹⁸¹ O autor nota que não apenas a obra de Damião de Góis mas as diferentes crônicas reais do século XVI circulavam em Portugal na forma manuscrita e na forma impressa. Sendo assim, a preocupação com a recepção da obra já pode ser notada nesse contexto.

Especificamente no caso da obra cronística de Damião de Góis, Ramada Curto¹⁸² diz que a recepção da *Crônica do Felicíssimo rei D. Manuel* oferece um quadro de conflitos e censuras. Questões que são levantadas por levarem em conta os processos de influência de cada obra e as relações que cada uma mantém com outros textos. Nesse ponto, seu trabalho empenha-se em situar Portugal relativamente aos centros de produção intelectual do resto da Europa quinhentista.

Na análise de Sousa Rebelo¹⁸³, o escol humanístico não ignorou os descobrimentos lusitanos e percebeu a necessidade da sua divulgação, a preocupação da maioria dos humanistas portugueses era a inclusão no processo cultural europeu de obras de mérito literário. Damião de Góis, considerado um humanista, ao preocupar-se com a maneira de escrever e divulgar sua obra, parece estar preocupado igualmente com a circulação e aceitação das mesmas. Não devemos esquecer de que ele foi vítima de pesadas críticas vindas de leitores da época, tendo sido o caso mais acalorado, as críticas do conde de Tentúgal, que já explicitamos em pormenores no início desta dissertação.

Como colocamos inicialmente, no seu processo de construção do discurso histórico, Góis abomina a prática da utilização de pormenores em suas narrativas, pois, segundo ele, tais pormenores poderiam levantar algumas polêmicas desnecessárias ao tipo de texto que se propõe a escrever. Mas isso não quer dizer que não deparemos em nenhum momento com alguma situação do tipo no decorrer da leitura das crônicas. Mas são esporádicos esses

¹⁸⁰ CURTO, 1973, v. 3, op. cit., p. 357-373.

¹⁸¹ Ibid., p. 370.

¹⁸² Ibid.

¹⁸³ REBELO, Luís de Sousa. Damião de Góis e os chamamentos do humanismo. In: DAMIÃO de Góis: humanismo português na Europa do renascimento. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

pormenores. Em determinada altura da narrativa da *Crônica de D. Manuel*, por exemplo, temos descrito um fato envolvendo um funcionário do governo, Álvaro de Castro, que foi repreendido pelo monarca D. Manuel por ter maltratado um criado. O assunto encontra-se descrito no capítulo 40 da terceira parte da crônica do rei, como segue:

*[...] ho quem sabendo dō Álvaro pos nisso tal vigia, quem ho achou de noite dentro em sua casa fallando co ella: pelo quem movido de sanha ho mādou açoutar per mouros de sua estrebaria, ta cruelmente, que em todo ho corpo lhe não ficou lugar que nam fosse chagado dos açoutes [...].*¹⁸⁴

Passagem que ilustra as sutis críticas lançadas por Góis, aquelas mesmas críticas que fizeram com que sua história fosse questionada pelos nobres do seu tempo.

No que diz respeito a recursos estilísticos para tornar mais "verdadeiras" suas crônicas, um deles merece destaque na elaboração de suas narrativas históricas: o uso que faz do discurso direto. Um artifício, segundo Hirsch¹⁸⁵, próprio do humanismo. Ou seja, temos aqui uma influência direta dessa corrente na obra de Góis. A utilização do discurso direto, embora fosse uma característica humanista, é, como destaca Hirsch¹⁸⁶ e igualmente Tavares¹⁸⁷, realizada de forma inventiva por Góis. Ambos concordam que Damião de Góis soube utilizar desse artifício em suas crônicas para que pudesse tornar o texto mais factual e menos denso, fazendo uso desse tipo de discurso para acrescentar suas opiniões sobre determinados fatos que julgava merecerem suas análises.

Percebemos ao longo da leitura das suas crônicas, em especial a de D. Manuel, que é ao interpolar as suas opiniões que o autor aproveita para poder narrar sobre temas variados, como política, economia e religião, ainda que sem perder de vista os temas militares – predominantes em suas duas crônicas. Sobre os temas políticos, vale lembrar os capítulos em que o cronista destaca a nomeação do próprio rei D. Manuel, ou ainda as relações do poder real com o papado, bem como as questões que envolviam os judeus ou mouros nos territórios portugueses, ou ainda embaixadas portuguesas a outros reinos – como França e Espanha –, ou mesmo com os chefes políticos das terras que estavam sendo descobertas e os possíveis acordos realizados entre os monarcas portugueses e os dessas novas terras. Sobre os econômicos, temos, por exemplo, as relações entre D. Manuel e os reis de Castela referentes aos negócios de Marrocos, ou ainda as doações feitas pelo monarca a algumas famílias

¹⁸⁴ GÓIS, 1949, op. cit., pte. 3, p. 156-159.

¹⁸⁵ HIRSCH, 2002, op. cit., p. 237-238.

¹⁸⁶ Ibid., p. 238

¹⁸⁷ TAVARES, 1999, op. cit., p. 110-111.

nobres, como a dos Bragança, ou também as doações pias da monarquia. Sobre os religiosos, temos as questões ligadas ao nascimento do próprio monarca ou ainda as referências às religiões dos povos com que os portugueses se deparavam com as navegações. Quanto aos militares, podemos enfatizar os feitos de Afonso de Albuquerque.

Voltando aos recursos de construção que caracterizam seu discurso histórico, um outro é não menos decisivo na afirmação da verdade: a comparação. Hirsch¹⁸⁸ destaca este recurso como sendo um tipo de “modernidade”, pois, segundo ela, o cronista utilizará essa comparação para estabelecer relação entre o que já conhecia e o que presenciava. Em outras palavras, a autora define esse tipo de comparação como reveladora de um empenho etnográfico de Damião de Góis, especialmente no caso daquelas comparações feitas pelo cronista da África com a Ásia. Comparações que corroboram o caráter cosmopolita da sua obra, já destacado por Marcel Bataillon¹⁸⁹ – cosmopolitismo especialmente notável na sua capacidade de observar. Tais comparações justificam, nas palavras de Hirsch¹⁹⁰, que seja tomado como um escritor que cria uma “atmosfera de unidade planetária”, mas, na visão de Bataillon¹⁹¹, são interpretadas como uma forma de solidariedade humana, uma vez que em suas crônicas todos os povos com que Damião de Góis teve contato “são chamados a depor e a comprovar, sendo tratados num espírito de igualdade humana”¹⁹². Solidariedade que, segundo este autor, o destaca entre os historiadores da época.

Alguns exemplos dessas comparações merecem nossa atenção. O primeiro refere-se às danças dos indígenas brasileiros. O autor compara-as às danças da Flandres, como mostra o trecho a seguir:

*Tem hum certo genero de bailhar, em que andam todos aho redor, quase quomo hás rondas de Flandres, sem se mudarem do lugar em que começam, cantando todos per hum tom cantigas, em que contam suas valentias, & feitos de guerra, dando muitos asovios, & fazendo mui grande estrondo com hos pés.*¹⁹³

Essa comparação foi possível, pois Damião de Góis, dois anos após o falecimento do rei D. Manuel em 1521, foi enviado por D. João III para a Flandres, como escrivão da feitoria de Antuérpia.¹⁹⁴ É interesse notar que o cronista não descreve a dança presenciada na Flandres, apenas ressalta a

¹⁸⁸ HIRSCH, 2002, op. cit., p. 239.

¹⁸⁹ BATAILLON, 1938, op. cit.

¹⁹⁰ HIRSCH, Elisabeth Feist. Damião de Góis, 2ª ed, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pág. 239.

¹⁹¹ BATAILLON, 1938, op. cit., p. 7.

¹⁹² Ibid., p. 7.

¹⁹³ GÓIS, 1949a, pte. 1, op. cit., p. 134.

¹⁹⁴ Sobre esse assunto, ver TORRES, Amadeu. Noese e crise na epistolografia Latina Goisiana. Paris: Centro Cultural Português, 1982.

semelhança com a do Brasil, evitando assim os tais excessos descritivos que tanto temia, afinal seu interesse neste momento da narrativa eram as novidades da terra de além-mar.

Um segundo exemplo dessas comparações de caráter etnográfico refere-se aos tipos de bebidas dos etíopes, comparadas com as dos russos: “[...]nam tem vinho, em lugar do qual usam huma beverage feita de mel, & aguoá, que he como há que usam hos moscovitas, roxos, Livonios, & Lituanos, a que chamão Mede[...]”.¹⁹⁵ Pela leitura, somos levados a pensar no referido cosmopolitismo de Damião de Góis, que parece ter provado de ambas as bebidas, como comenta no trecho que segue:

*[...] muito suave de beber, & delle tem forte quomo malvasia de Candia, & do mesmo sabor[...] & eu me achei em alguns lugares destas províncias, nos anos de MDXXIX & XXXJ, de que hos moradores delles atte então nam tinham notiça daçucar, nem sabiam q cousa era.*¹⁹⁶

O cronista estabelece também outras comparações entre povos europeus e asiáticos que são ilustrativas das suas preocupações com as especificidades de cada povo com o qual teve contato ou do qual teve notícia. Uma delas diz respeito à brancura da pele dos chineses, equiparável à dos alemães, bem como seus modos de se vestir, próximo do dos Tártaros:

*Há gente da China he bem disposta, alguma della he mais sobelo alvo, que baço, outros que vivem mais aho norte sam alvos quomo Alemães, andam vestidos quomo hos Tártaros, com roupetas estreitas de seda, brocados, algodam, & pilitarias, do que há muito na terra [...].*¹⁹⁷

Ao falar da religião dos chineses, Góis refere-se à pintura das imagens dos deuses daquele povo, ressaltando que seus hábitos de pintar encontram um similar europeu, os pintores flamengos: “Hás figuras destas imagens todas trouxe Fernam perez dandrade, pintadas em panos de paugagem, & arvoredos quase do mesmo modo que sam hos panos pintados que fazem em Flandres, [...]”¹⁹⁸

Mas não apenas os hábitos e costumes asiáticos são contemplados pelo cronista quinhentistas, como adiantamos anteriormente. Os africanos ganham do mesmo modo o seu espaço. Um dos exemplos curiosos desse cotejo feito por Góis é aquele em que se refere ao modo como os africanos cobriam suas genitálias, avizinhandando-se à "bainha de pão" dos marinheiros holandeses, como podemos ler no trecho que segue:

¹⁹⁵GÓIS, 1949a, pte 3, op. cit., p. 235.

¹⁹⁶ Ibid., p. 235.

¹⁹⁷ Ibid., pte 4, p. 65.

¹⁹⁸ Ibid., pte 4, p. 66.

Há gente desta província, he baça de cabelo revolto, quomo hos da angra de santa Helena, pequenos de corpo feos, quando fallam parece que soluçam, & andão vestidos de pelles, e trazem suas naturas metidas em huãs bainhas de pão muito bem obradas, que quase se parecem com as bainhas de pão em que hos mareâtes holandeses e os trelins trazenas facas com que cortam há vianda.¹⁹⁹

Esse trecho não consta na edição impressa utilizada nesta pesquisa e da qual foram retiradas as referidas passagens trabalhadas no primeiro capítulo. Tivemos acesso a ele através de uma edição comentada baseada no primeiro original impresso. Segundo consta na nota de rodapé dessa edição comentada, a crítica do referido Tentúgal foi motivada pelo que ele definiu como falta de pudor ou moralidade; razão pela qual acusa o cronista de colocar particularidades que não deveriam estar presentes em um texto que muitos leriam. Ou seja, mais uma vez a questão da recepção da obra vem à tona, pois assim escreve o conde ao cronista:

[...] no capítulo 35 soo ho que diz nele bastava pêra se não consentyr se esse livro que am de ler rainhas e Princesas, e não se divera de sofrer por se nelle particularidades tam sujas e desonestas, as quaes por nenhum caso do mundo são necessaryas há obra, e não servem senão de ofenderem com seu maa termo has orelhas.²⁰⁰

Além dessas comparações sobre costumes, Góis estabelece outras sobre as especificidades de lugares não conhecidos dos seus leitores. Entre essas, é especialmente relevante aquela em que trata de algumas cidades de grande importância mercantil, conhecidas quando foi tesoureiro da Casa da Índia. Sua atenção recai sobre as condições dos intelectuais e dos acadêmicos das cidades comparadas por ele:

[...] & quem parece que hos venezianos tomarão destes , ou estes delles, porque em veneza, nam estando mais quem çinquo legoas de Pádua, universidade çelebre, se faz ho mesmo , & se lem em casas publicas, duas lições no diam huã em Philosophia, & outra em humanidade. & historias , das quaes lições eu ouvi muitas estando naquela cidade[...]²⁰¹

Ou também descrições feitas pelo cronista entre as cidades de Ormuz e cidades da Pérsia e da Arábia:

[...] Da ilha chamão Ormuz, cidade rasa, muito bem arruada, de muitas, & nobres casas de pedra, gesso, & cal, cõ seus sobrados, & terrados, em que hos Reis tem huns paços em modo de fortaleza, & por há terra ser muito quente, tem todolos moradores no meo das casas huas chaminés com cataventos, com que hás

¹⁹⁹ GÓIS, 1949a, pte 1, p. 76.

²⁰⁰ Trecho extraído dos comentários de uma nota de rodapé da edição da crônica utilizada.

²⁰¹ GÓIS, 1949a, pte. 2, p. 108-109.

*refrescam por dentro, & se defendem da calma: vem a ella califas, ou recouas de muitas partes, quomo de maracâte, Tauriz, Caxem, & doutras cidades da Persia & Arábia, que trazem muitas, & mui ricas mercadorias[...].*²⁰²

Da mesma forma, o cronista não se limita a descrever o local do ponto de vista geográfico o arquitetônico, percebendo-se, em alguns casos, a descrição dos costumes dos próprios habitantes da localidade, como se pode notar na continuidade da descrição da cidade acima descrita:

*Hos moradores desta cidade, pela mor parte sam Arabios, & Pêrsios, dados a viços, & muito çiosos das molheres, & co rezam, por ellas serem muito fermosas, hás quaes quando vam fora de casa levão hos rostos cubertos, de maneira que hás nam podem conhecer: hos homens sam bem dispostos, & grandes cavalgadores: Haveria entam na cidade passãte de duzentos de cavallo doa moradores della, hos quaes tem por exercício jugar há choca a cavallo, no que sam tam destros que espãtam hos estrangeiros que o vem jugar: sam muito músicos, & dados a trovas, andam bem trattados de suas pessoas, com pannos de seda, chamlotes, brocadilhos, & algodam.*²⁰³

Todos esses exemplos assinalam a interligação entre o conhecimento adquirido por Damião de Góis a respeito dos descobrimentos portugueses com as suas leituras diversas, portanto, uma interligação entre referentes culturais e experiência vivida, em outros termos, o confronto entre o saber livresco, alimentado sobretudo pelos saberes dos povos da Antigüidade, e o conjunto de novos conhecimentos que se iam elaborando a partir da observação e da experimentação proporcionadas pelas viagens marítimas portuguesas. Tendência experimentalista que, no caso português, de acordo com Maria Fraga,²⁰⁴ levará à contestação de certos conhecimentos dos antigos frente a uma realidade que se pode comprovar agora com as navegações. Segundo a supracitada autora, com os descobrimentos, tem-se a elaboração do que se pode denominar de um “método experimental”²⁰⁵, método que pode ser dividido em três fases: a primeira fase consiste no observar; a segunda fase refere-se à elaboração de uma hipótese explicativa para o fato observado; e, finalmente, na terceira fase, temos a comprovação da hipótese através da verificação ou experimentação – o que foi proporcionado com as navegações portuguesas. Hooykaas²⁰⁶ salienta que os portugueses, a

²⁰² GÓIS, 1949a, pte. 2, p. 108

²⁰³ Ibid., p. 108

²⁰⁴ FRAGA, Maria Tereza de. Humanismo e experimentalismo na cultura do século XVI. Coimbra: Almedina, 1976. p. 41-42.

²⁰⁵ Ibid., p. 23-24.

²⁰⁶ HOOYKAAS, Rever. Os descobrimentos e o humanismo na ciência e nas letras portuguesas doséculo XVI. Lisboa: Gradativa, 1983. p. 125

partir do momento em que saíam ao mar, viam suas indagações mais inquietantes encontrarem respostas que antes pareciam improváveis.

Segundo o mesmo autor, também Damião de Góis defendeu que a experiência tornada possível através dos feitos portugueses²⁰⁷ vinha comprovar a superioridade portuguesa frente aos povos da Antigüidade. Porém, para o cronista, a questão que importava era menos a superioridade portuguesa do que a maneira como se deveria descrever essas realizações marítimas, pois, como humanista, para ele o talento literário dos pensadores antigos continuava insuperável. Assim, vemos que a preocupação direta do cronista era com a capacidade dos historiadores em transformar em letras os acontecimentos significativos, à moda dos antigos. A maneira como os antigos escreviam ainda continua sendo referência básica para Góis, contudo, a impossibilidade desses de comprovar suas elaborações podia agora ser compensada pelos portugueses. Seguindo essa linha de análise, Tavares²⁰⁸ aponta que, para Damião de Góis, bem como para os outros cronistas da época, interessava menos descobrir uma certa lógica para o processo histórico e mais conservar através de uma boa escrita os fatos para a posteridade, pois, nas próprias palavras de Damião de Góis, a “*arte da scriptura*”²⁰⁹ é “*mãe da eterna memória*”²¹⁰. Talvez por isso o cronista procure elaborar uma narrativa inteiramente descritiva, sem uma explícita análise e juízo dos eventos que aborda. Apenas ocasionalmente são incluídas certas informações que não seriam tão neutras como ele pretendia que fosse a sua história; informações essas condenadas pelo conde de Tentúgal.

Tal propensão pode ser notada já no primeiro capítulo de sua *Crônica do Príncipe D. João*. Nessa altura, o autor, logo após citar brevemente os nomes dos pais, o lugar e a data de nascimento do Príncipe D. João II, elabora uma lista dos privilégios conferidos por D. Afonso V naquele ano de 1455. Ou ainda, no capítulo II da mesma crônica, o cronista acusa Rui de Pina e Garcia de Resende de não terem sabido executar devidamente o trabalho como cronistas que eram, pois nomeiam diferentes padrinhos para o príncipe D. João. Da mesma maneira acontece na *Crônica de D. Manuel*, pois foram as opiniões de Damião de Góis, lançadas no primeiro capítulo, que fizeram com que recebesse críticas ao seu texto.

Além desses aspectos ressaltados, convém mencionar, a propósito de sua construção narrativa, que uma das maiores dificuldades para o leitor das crônicas goisianas são as freqüentes mudanças de cenário empreendidas pelo cronista. Em contrapartida, consegue-se

²⁰⁷ HOOYKAAS, 1983, op. cit., p. 126-127.

²⁰⁸ TAVARES, 1999, op. cit., p. 112-113.

²⁰⁹ GÓIS, 1949b, op. cit., sem paginação.

²¹⁰ Ibid.

perceber que ele, mesmo mudando o cenário do texto, segue a ordem cronológica dos acontecimentos, não permitindo uma clara distinção entre o que seria considerado fato principal e fato secundário. Ou seja, ainda que se perceba que o seu alvo principal é a expansão e seus atores, não ficam tão evidentes as prioridades dos diversos eventos. Dessa maneira, segue-se em ambas as crônicas a descrição de inúmeros confrontos militares, tornando a leitura do texto um tanto quanto cansativa e monótona. As descrições seguem na maioria das vezes um mesmo esquema descritivo, no qual Damião de Góis elenca inúmeros pormenores de cada intervenção militar portuguesa no ultramar, descrevendo várias conquistas portuguesas na Índia, como por exemplo:

No ano de Mil, & Quinhentos, & sette, em que agora entramos, nam socçedeo neste regno cousa que de contar seja atte ho mes Dabril, em partiram pêra Índia quatorze naos, repartidas em quatro capitánias, de que hos capitães era George de mello pereira, Phelipe de crasto, Fernão soarez e Vasco gomez dabreu. E porque tudo ho demais que toqua a esta armada, em comparaçam doutras cousas, que no mesmo tempo acnteçeram na Índia, sam todas de pouca sustância, por nam quebrar ho fio as outras, depois de começar a entar nellas procederei no conto desta, até o faleçimeto de Vasquo gómez dabreu, ho qual partindo de Bezequiche, chegou aho porto de Çofala, ahos oito dias de Setembro [...].²¹¹

Elenca igualmente todas as conquistas de Afonso de Albuquerque na África, a começar pela a tomada de Goa:

Feitos, e concluídos estes contratos, quem foi ahos XVJ de Fevereiro do mesmo anno de M.D.X, logo aho dia seguinte entrou Afonso dalbuquerque na cidade de Goa, onde foi recebido dos Regedores, & povo, cõ muita solenidade, & lhe foram entregues hás chaves, pêra della fazer quomo de cousa que de todo submetia a obediência delrei dõ Emmanuel, no qual dia distribuio ha guarda da cidade per estâncias: ho que feito começou de entender no modo que teria na governança della, & da ilha, ho que fezper conselho, & parecer dos naturaes da terra.²¹²

O cronista, do mesmo modo, apresenta os descobrimentos portugueses no continente americano, dos quais merece destaque, pela riqueza de detalhes, a descoberta do Brasil:

[...] & navegando aloeste, ahos dias XXIIII dias do mês Dabril viram terra, do que forão muim alegres, porquem plo rumo em que jazia, na ser nenhuma das que atte em então eram descubertas, Pedralvares cabral fez rosto pera aquella bāda & quomo foram bem a vista, mādou aho seu mestre que no esquife fosse a terra, ho qual tornou loguo, com novas de ser muito fresca, & viçosa, dizendo que vira

²¹¹ GÓIS, 1949a, pte. 2, p. 44.

²¹² Ibid., pte. 3, p. 14-15.

*gente baça, & nua pela praia de cabello comprido, & corridio, com arcos, & frechas nas mãos, pelo que mādou a algus dos capitães que fossem com hos bateis armados ver se era isto assi, hos quaes sem saírem em terra, tornaram à capitania afirmado ser verdade, ho que ho mestre dixerá: Estado já sobrancora se alevantou de noite hum temporal com que correram de longo da costa atte tomarem hum porto muito bõ, onde Pedralvarez surgiu co hás outras naos & por ser tal lhe pos nome Porto Seguro.*²¹³

Damião de Góis considera que, para elaborar uma narrativa histórica, era de grande importância realizar o registro mais completo possível dos acontecimentos. Daí que não se descuide da ordem cronológica. Mesmo mudando de cenário, interrompendo a narrativa de um assunto antes de concluí-lo, Damião de Góis demonstra, em seu texto, a importância de não perder o fio condutor da história, como o trecho deixa transparecer:

*[...] E, pois tenho dito ho que pude alcança dos caso, sitio, e Antigüidade d'Arzilla, tempo he (ainda que em parte antecipasse ho fio, e ordem da história) que torne aho que elrei dom Afonso fez depois de ter lançada ancora diante desta villa.*²¹⁴

Sendo assim, antes de iniciar sua narrativa, já anuncia os passos que seguirá para que sua narrativa possa ser considerada histórica. Além da linearidade, sua preocupação passa também pela não inclusão do que seria supérfluo:

*[...] que ho discuido do scriptor nam cegue há gloria do que tratta, nem ho desacostumado modo de dar cores desnecessárias aho que quer dizer faça suspeita de pouca fé, e pareça ser há tal scriptura mais imitaçam de tragédias fabulosas, sob cor de verdade, que stylo histórico -- no qual se requiere certa noticia do que se tratta, e inteira fé no que se conta, e grande prudência no que se screve.*²¹⁵

A partir desses diferentes campos abordados pelo cronista para a elaboração de sua obra histórica, podemos apontar que eles perpassam duas das principais características formadoras da história de Damião de Góis e que amparam sua noção de verdade: a busca da correspondência especular entre a escrita e os acontecimentos e o apelo ao testemunho²¹⁶. A primeira diz respeito à postura do cronista frente aos dados que levanta para construir seu

²¹³ GÓIS, 1949a, pte. 1, p. 128.

²¹⁴ Ibid., p. 65.

²¹⁵ Ibid., sem paginação.

²¹⁶ Acerca da questão da compreensão da verdade histórica como correspondendo à relação entre eventos e narrativa antes das interpretações acerca da lingüisticidade da história, muitos autores já trataram. Sobre isso, ver, entre outros, VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Tradução Antônio José da Silva Moreira. São Paulo, 1971; KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. cap. 2.

texto. Ele apenas fixa dados quando esses são adquiridos em fonte segura e podem ser considerados como “*informação de confiança*”. De certa forma, o autor é categórico, em seu texto, ao afirmar que escolhe o que, segundo ele, é ou não próprio de se colocar na narrativa, pois é dessa maneira que julga atingir a verdade no texto, isto é, a partir da escolha do que é ou não importante de ser narrado. Tal preocupação do cronista fica evidente no trecho que se segue: “[...] & proseguindo eu nesta matéria per modo de compedio, escrevi no começo da mesma Chronica, ho que achei ser mais importante a estas navegações, atte ho nascimemto do Príncipe dom. Joam.”²¹⁷

Passagens como essas são freqüentes em ambas as crônicas de Góis e indicam que o cronista está sempre empenhado em demonstrar sua preocupação com a seleção do que escreve e com a forma como o faz.

Junto a essa preocupação do cronista de fazer com que a escrita seja o duplo dos acontecimentos, surge o segundo pilar do seu conceito de história e verdade: o testemunho. A afirmação da verdade por Góis recorre diversas vezes às certezas do visto ou testemunhado. O que o autor deixa transparecer em seus textos é que ele, melhor que ninguém, podia “dar testemunho” do que colocaria nas suas crônicas. Esse privilégio é notado pelo uso de expressões como, “eu vi”, mas também pelo acesso que afirma ter tido a certos documentos comprobatórios das suas considerações. Vários são os momentos em que podemos notar tais disposições, como por exemplo: “*Guardei este negocio de dom Álvaro përa este capitulo, pera se ajuntar a estas cousas, por me parecer lugar mais conveniente quem nenhum outro përa dar testemunho do quem verdadeiramente toca a sua honra [...]*”²¹⁸

De modo semelhante, em alguns casos, quando não é testemunha do fato, ele se utiliza da transcrição de cartas ou documentos que comprovem o que está sendo escrito na crônica. Vejamos um dos inúmeros exemplos existentes:

*[...] atte a paragem do rio de Lopo Infante, das quaes bullas me pareço desnecessário poer aqui ho treslado, ha hua por conterem muita lectura, & há outra porque quem per curiosidade hás quiser ler, hás achara na torre do Tombo destes regnos, onde ho presente estão em meu poder.*²¹⁹

Se esses trechos são ilustrativos do recurso a documentos, outros permitem notar o papel do seu testemunho direto dos fatos narrados, como é o caso da seguinte passagem:

²¹⁷ GÓIS, 1949a, pte. 1, op. cit., p. 47.

²¹⁸ Ibid., pte. 3, p. 179

²¹⁹ Ibid., pte. 1, p. 107.

*[...] mui assinados feitos, por respeito dos quaes lhe elrei Emanuel fez merçes, dignas de seus serviços, no quem também continuou elrei dom João seu filho, do esforço do quel cavalleiro posso em parte dar testemunho: porque eu passei no anno de mil quinhentos, & vintatres deste regno pêra Flâdes, [...].*²²⁰

Outro excerto é também exemplar do empenho do cronista em ressaltar-se como testemunha do fato narrado, atestando assim a veracidade do que se está sendo narrado:

*Este Infante dom Fernando [...] depois de ser homem de bem parecer, & bem disposto, muito inclinado a letras, & dado aho estudo das Histórias verdadeiras, & imigo das fabulosas, & por haver hás verdadeiras trabalhava muito, do que eu sou testemunha: porque estando em Flâdes [...] me mandou pedir todas as chronicas quem se podessem achar scriptas de mão, ou imprimidas, [...] has quaes eu mandei todas.*²²¹

A partir de trechos como o acima citado, nota-se que o cronista utiliza-se frequentemente de documentos retirados do Tombo para atestar a veracidade dos fatos e transcreve-os sempre que julga necessário, pois, em vários momentos do texto, temos a transcrição de cartas ou outros documentos, os quais preenchem várias páginas das crônicas. Um exemplo prático desse tipo de uso é o encontrado no capítulo XCIII da *Crônica do D. Manuel*, onde o cronista coloca uma carta escrita por um soldado da Babilônia ao Papa Julio III.²²²:

*A Sanctidade do Papa excelentissimo, sanctissimo, spiritual, temente a Deos, bem feitor dos Romãos na seita antiga dos Chistãos antre hos fieis de Jesu, rei dos nazarenos, ou christãos, conservador dos mares, & enseadas marítimas, pai dos Patriarchas, & dos Bispos, & sabedor pelos que lem hos Evangelhos na sua seita, das cousas liçitas, & inliçitas, agradável ahos Reis [...]. E pera que vossa sanctidade seja certo do que vos quero fazer saber vos mando esta carta, pela qual sabereis, que todos los Christãos, & frades que vem a nosso famoso regno, religioso, & peregrinos, ou quaesquer outros, todos sam guardados, & conservados de nossa exçellente justiça, & sei certo que sabendo vos isto, sabeis bem que ho Rei dos Catalães faz guerra no regno Dandaluzia, senhoreando ha dita província, mattando muitos Mouros, trazendohos a duro, & áspero captiveiro, constringendo alguns delles per força a serem Christãos, & entrar na Fé nazarena, ho que nam he liçito, nem na sua fé, nem em outra alguã, & disto sei quem vos fezeram muitos mouros do Ocçidente queixume, [...]*²²³

²²⁰ GÓIS, 1949a, pte. 3, op. cit., p. 98.

²²¹ Ibid., pte. 2, p. 65

²²² Ibid., pte. 1, p. 222-224.

²²³ Ibid., p. 222-223

Não só desses tipos de documentos se utiliza Damião de Góis no decorrer de suas crônicas. Da mesma maneira que se utiliza de cartas e documentos oficiais como fontes de informação, bem como atestados de verdade, o cronista utiliza-se de crônicas escritas por outros pensadores e cronistas oficiais do reino lusitano, como, por exemplo, Duarte Pacheco, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, entre outros. Ou seja, vemos nosso cronista ler e utilizar textos de contemporâneos seus e, ao mesmo tempo, de escritores que o antecederam. Nos momentos em que Damião de Góis cita outros cronistas, especialmente seus contemporâneos, como João de Barros e Castanheda, não vemos surgir qualquer tipo de crítica. Ao contrário, esses aparecem apenas como fontes de pesquisa, servindo para aumentar a veracidade dos fatos narrados ou então oferecer mais detalhes ao seu leitor sobre o contexto narrado. Já quanto aos cronistas que lhe antecederam, na maioria dos casos, Damião de Góis estabelece algum tipo de crítica a seus textos ou mesmo aos autores, como o caso de Rui de Pina, o mais evidente alvo de sua críticas.

Da utilização de textos de autores que lhe são contemporâneos, podemos citar o capítulo XXXVI, da quarta parte da *crônica de D. Manuel*, no qual o cronista trata de uma armada portuguesa à Índia e recomenda ao seu leitor que leia João de Barros e Castanheda para obter mais detalhes do fato, por serem esses especialistas nas viagens marítimas portuguesas ao oriente. Góis escreve:

*[...] & dom Luis de Guzmã se alevantou co ho gálea, fazendosse cossario , no qual tratto fez muitas cousas indignas de homem nobre, quem por serem taes na diguo, remettendo ho lector aho quem disse contam Jam de barros, & Fernam lopes da castanheda nas suas histórias da Índia.*²²⁴

Dos cronistas que lhe antecederam, um exemplo que deve ser destacado é o capítulo LXXII²²⁵ da quarta parte da *crônica de D. Manuel*, em que Damião de Góis fala sobre o que ele julga ser a verdadeira linhagem do conde D. Anriques, pai do rei D. Afonso Anriques e sobre a qual, segundo o cronista, seus antecessores Fernão Lopes e Eanes Zurara, escreveram de maneira incompleta. O cronista escreve:

Hua das cousas que me mais espantou desno tempo que comecei a revolver livros foi a demasiada negligencia dos Chronistas destes regnos, & dos que screveram hos livros das linhagens no que toca a progenia do Reis, assi da parte delrei dom Afonso anriques primeiro Rei de Portugal, quomo da rainha donna Maphalda sua molher, & trabalhado nisto tempo vim a

²²⁴ GÓIS, 1949a, pte. 4, op. cit., p. 93.

²²⁵ Ibid., p. 195-199.

*descobrir ho erro em que todos andavão cuidando que era há rainha dona Maphalda filha do infante dam Afonso conde de Molina, filho delrei dom Afonso de Castella, ou de dom Anrique conde de Lara, há qual senhora tenho declarado no capitulo atras, quem he filha do cõde Amadeu de Moriana, segundo do nome. Isto feito, que he ho que toca na verdade á progenia dos reis destes Regnos da parte de donna Maphalda [...] no que assi quomo achei pareceres, & openiões differentes achei também muito trabalho pera com verdade poder dizer cousa em que se tanto requeria trattala porque ho conde dom Anrique pai delrei dom Afonso Anriquez dixeram alguns scriptores que fora natural de Constantinopla, & outros a quem seguem nossos Chronistas, dizem que foi filho segundo de hum rei de Ungría, sem lhe dizerem ho nome, outros que era da terra de Lorraina [...].*²²⁶

Essa tendência nas crônicas goisianas à crítica aos antecessores parece ligada ao fato de que o cronista quinhentista considera as crônicas dos quatrocentistas dotadas de poucos dados e, conseqüentemente, privadas de uma "real verdade" dos acontecimentos. E esses poucos dados, por sua vez, pelo que tudo indica, podem estar ligados à falta de oportunidade que esses tiveram de fazer uso da experiência para respaldar a verdade. Nesse sentido, somos levados a pensar que Góis não critica seus contemporâneos, pois esses também contam na maioria dos casos com essa louvada experiência do visto, presenciado e atestado. Dessa maneira, uma característica se destaca na forma como Damião de Góis concebe sua história: escrever apenas o que pode de algum modo provar.

Dessa relação estabelecida por Damião de Góis com suas fontes de pesquisa, o que se pode propor é que Góis aceitava os documentos que tinha em mãos e não os criticava, as críticas, quando surgiam, eram diretamente aos autores dos textos. Tavares²²⁷ e Hirsch²²⁸ concordam que Damião de Góis tentava ser "imparcial" na análise dos documentos.²²⁹ Hirsch aponta, como exemplo para afirmar sua tese da imparcialidade em Damião de Góis, o trecho no qual Góis relata o conflito entre o rei D. Manuel e o rei D. Fernando da Espanha. No texto, o cronista mostra o visível desagrado do segundo personagem em relação ao primeiro.²³⁰ Todavia, o uso desse termo para o período pode ser tomado como um tanto problemático para a época em que encontramos o cronista a escrever, uma vez que a concepção de que a escrita deveria colar-se aos fatos levava a certa naturalização da suposta verdade das fontes utilizadas. Em lugar de falar em imparcialidade, como os referidos historiadores consideram, o que nos parece menos anacrônico é destacar a preocupação do autor em narrar os fatos tal como eles aconteceram e sua convicção de que seu empenho e vontade tornariam isso

²²⁶ GÓIS, 1949a, pte. 4, op. cit., p. 195

²²⁷ TAVARES, 1999, op. cit., p. 111.

²²⁸ Ibid., p. 239-240.

²²⁹ Os autores supracitados utilizam a palavra imparcial em seus textos.

²³⁰ GÓIS, 1949a, pte. 3, op. cit., p 98-100.

possível. Daí, ele afirmar: “em louvar ha historia, da qual tudo ho que dixeram foi sempre muito menos do que se devia dizer[...]”²³¹

Outra recorrência que encontramos na narrativa de Góis é a forte presença da intervenção divina nos feitos narrados em suas duas crônicas. Tavares²³² e Hirsch²³³ consideram que a narrativa de Damião de Góis é repleta de tendências seculares e que o cronista não se utilizava da intervenção divina em sua narrativa, pois, nas próprias palavras de Tavares, o “que nele imperava era o elemento humano”²³⁴. A observação parece-nos problemática, pois é possível notar que, na construção da narrativa de Damião de Góis, o elemento humano exerce papel preponderante, uma vez que encontramos o registro e citações diversas de diferentes nomes de homens que participaram diretamente nos feitos militares e marítimos portugueses, porém, encontramos diversas referências à intervenção divina. Em inúmeros trechos da narrativa, o cronista confere o sucesso ou insucesso dos feitos portugueses à vontade divina. Dentre essas passagens, destaquemos, por exemplo: “*Deuse este combate desde pela manhã atte ho meo dia, à qual hora hos imigos se recolherão pêra suas estâcias, ficando hos nossos dado muitas graças a Deos póla grade mercê que lhes fezera*”.²³⁵

Ou, ainda, percebemos momentos em que, ao invés de o cronista colocar a intervenção direta de Deus no fato narrado, fala de inspiração dada por Deus aos líderes dos feitos militares, como, por exemplo, a inspiração para que os portugueses saíssem vitoriosos, ou algo do gênero. O trecho que se segue é um bom exemplo: “[...] *foi há noite seguinte em que Deos inspirou aho doutor Pareia revelar a elrei dom Afonso há treição que a ele estava ordenada.*”²³⁶

Também no que diz respeito à intervenção divina, podemos notar que, na construção do texto, a ligação de Deus com os feitos portugueses se dá de maneira direta em vários momentos, ao ponto de vermos o autor afirmar que os próprios reis portugueses que se dedicaram à expansão portuguesa são eleitos de Deus. Essa propensão o aproxima da cronística medieval²³⁷, que, diga-se de passagem, foi em muitos momentos criticada por Damião de Góis. Até mesmo a leitura miraculosa de eventos políticos pode ser lembrada no que diz respeito à presença divina nas crônicas quinhentistas portuguesa. Sobre a própria

²³¹ GÓIS, 1949a, op. cit., sem paginação.

²³² TAVARES, 1999, op. cit., p. 111.

²³³ HIRSCH, 2002. op. cit.

²³⁴ TAVARES, 1999, op. cit.

²³⁵ GÓIS, 1949a, pte. 2, op. cit., p. 53.

²³⁶ GÓIS, 1949b. op. cit., p. 148.

²³⁷ FRANCA, Susani Silveira Lemos. A relação entre Deus e o homem na visão dos cronistas medievais portugueses. Revista Brasil de Literatura. Internet, 1999.

subida de D. Manuel ao trono, escreve Góis que tal fato foi resultado de circunstâncias milagrosas, desde seu nascimento, pois “*parece que houve em seu nascimento mystério*”²³⁸.

O que, entretanto, pode diferenciar Damião de Góis de seus antecessores, que também conferiam a Deus muitos dos feitos narrados, é que o peso dessa intervenção divina não minimiza o desempenho dos portugueses e, em alguns casos, os próprios reis estiveram presentes e atuaram nos eventos, levando ao sucesso dos portugueses, como ilustra o trecho que segue: “ [...] *Assim chamou invencível a D. João II porque o foi em todos os feitos de guerra em que tomou parte, na tomada de Arzila, como na batalha de Toro, onde ele ficou no campo[...]*”²³⁹

Damião de Góis também atribui uma parte dos sucessos marítimos portugueses ao próprio estudo realizado pelos monarcas da expansão, estudos de autores da Antigüidade que os auxiliaram, nas palavras do cronista, a dar “*certeza pêra ho mandar fazer*”.²⁴⁰ Questão que pode ser exemplificada também com a passagem em que trata dos feitos do infante D. Henrique na descoberta de terras pela costa africana:

*E porque alem delle ser muim arriscado cavalleiro, era muim dado aho studo das letras[...],pera melhor exercitar tam virtuosas artes, [...]com tençam de chegar ao fim de seus pensamentos, que era descobrir destas partes occidentaes há navegação pêra há Índia !oriental, há qual sabia por certo que fora já em outros tempos achada. E esta certeza que assi alcançou do trabalho de seu studo, lhe fez commeter tamanho negocio, e nam per inspirações divinas, quomo alguas pessoas dizem[...].*²⁴¹

No decorrer desse mesmo capítulo, vemos que o estudo a que o cronista se refere é o que ele mesmo nomeou ser dos “ *verdadeiros authores*”²⁴², tais como Heródoto, Cícero, Plínio, etc[...], ou seja, uma clara referência ao conhecimento clássico.

Um outro significativo elemento ou característica da crônica goisiana é a presença de certo realismo, visível principalmente nas inúmeras descrições geográficas das localidades mencionadas no texto, que mostram ao leitor detalhes que sugerem o seu profundo conhecimento do que narra no texto. É possível notar, como em outros cronistas do século XVI²⁴³, a importância da descrição dos detalhes sobre os costumes e características dos povos

²³⁸ Todo esse capítulo o autor narra de forma milagrosa o nascimento e a subida ao trono do rei D. Manuel.

²³⁹ GÓIS, 1949a, pte. 1, op. cit., p. XVII.

²⁴⁰ GÓIS, 1949b, op. cit., p. 20.

²⁴¹ Ibid., p. 20.

²⁴² Ibid., p. 21.

²⁴³ Podemos incluir aqui Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.

descobertos, bem como sua oportunidade de testar algumas das notícias chegadas sobre os costumes, por exemplo, do Brasil:

[...] hai muitas hervas odoríferas, & medeçinaes, dellas diferentes das nossas, entre hás quaes he há quem chamamos de fumo, & eu chamaria herva Sãcta, há quem dizem quem elles chama Betum, de cuja virtude poderia aqui poer cousas milagrosas, de quem eu vi há experiência, principalmente em casos desesperados, de aposthemas ulçeradas, fistolas[...].²⁴⁴

Tal realismo, presente nas crônicas de Damião de Góis, não é tão visível no que diz respeito à descrição de personagens. Um caso exemplar, no nosso modo de ver, é a descrição do aspecto físico e do caráter do próprio rei D. Manuel, lançado na crônica:

Foi elrei dom Emanuel homem de boa statura, de corpo mais delicado que grosso, há cabeça sobelo redondo, hos cabelos castanhos, há testa alevãtada, & bem descuberta delles, hos olhos alegres, entre verdes & brancos, alvo, risonho, bem asombrado, hos brancos carnudos, & ta cõpridos[...].Tinha há voz clara, & bem entrada, era mui attentado no falar, & mui honesto & discreto em suas praticas.²⁴⁵

Aqui, a descrição de Damião de Góis se mostra muito colada à que fizeram os cronistas quatrocentistas sobre os reis que abordaram, mas em outras páginas percebemos a grande admiração que o cronista nutria pelo monarca português, apesar de não lhe ter poupado algumas críticas e de ter deixado claro sua opinião de que esse também possuía falhas como qualquer outro ser humano. Um exemplo que podemos citar a esse respeito é aquele presente no capítulo dedicado à descrição física e dos costumes do monarca, na qual o autor deixa transparecer um “defeito” do rei D. Manuel, comer de maneira rápida: “*Quando comia, posto que fosse apressado no comer, nem por isso deixava de praticar, & disputar com letrados quem sempre stavã a sua mesa*”. Um outro exemplo é a qualificação que lhe lança de ser uma pessoa sofrida e mansa, sugerindo, assim, ao leitor uma certa fraqueza do rei português: “*[...] foi sofrido, mãso, & clemente, perdoava façilmente qualquer desgosto que tevesse dos que tocavasm a sua fazenda. & pessoa[...]*”. Tal pensamento já é explicitado pelo autor nas primeiras linhas de suas crônicas ao escrever que distribuiria louvores e censuras independentemente do que ou de quem estivesse falando.²⁴⁶ Esse princípio, ao contrário do que ocorre no caso dos retratos, mostra já certo distanciamento dos referidos cronistas do

²⁴⁴ GÓIS, 1949a, pte. 1, op. cit., p. 130,

²⁴⁵ Ibid., pte. 4, op. cit., p. 223.

²⁴⁶ Ibid., sem paginação.

século anterior, que se empenharam acima de tudo em louvar reis e príncipes e outras figuras de destaque, não citando seus defeitos – como acontece especialmente em Zurara e Rui de Pina.

No que diz respeito a esses perfis traçados, apenas para um aspecto notamos que Damião de Góis revelou mais atenção: os assuntos religiosos. O caso mais relevante é o do cardeal D. Henrique, cujo capítulo a ele dedicado foi todo modificado antes de ser impresso. Houve um aumento significativo de páginas, bem como dos elogios ao cardeal. Só não se vê elogios à Santa Inquisição, nem menções aos interesses humanísticos do cardeal que, segundo consta, obteve aulas de línguas clássicas de Clenardo²⁴⁷. Tavares considera que o fato de Damião de Góis ter sido um tanto discreto nas descrições a respeito do Cardeal supracitado é devido ao fato de esse ainda estar vivo no momento da escrita do texto, uma vez que foi a pedido do mesmo cardeal que o cronista escreveu as duas crônicas que aqui analisamos.

Vale também notar que Damião de Góis, mais do que os outros cronistas que se ocuparam da tarefa de narrar feitos reais, revela uma verdadeira preocupação em completar sua narrativa com a utilização de fontes estrangeiras, uma vez que, para isso, o cronista teve diversas oportunidades quando esteve na Flandres, dado que uma de suas tarefas era a de reunir as crônicas que encontrasse em qualquer língua, a pedido do infante D. Fernando, irmão de D. João III, que desejava reescrever as crônicas dos reis da Espanha. Assim, Damião de Góis investigou os antecedentes dos reinados de D. João II e de D. Manuel, os quais em larga medida nos fornecem dados do seu próprio tempo. Dessa maneira, a *Crônica do Príncipe D. João* é uma grande introdução ao estudo do reinado de D. João II, uma vez que, nesse texto, o autor trata do período que vai de 1455 a 1481, isto é, do nascimento do Príncipe D. João à morte de D. Afonso V, data em que o primeiro torna-se rei de Portugal. Góis, porém, faz um recuo no tempo e fornece um resumo das descobertas desde a conquista de Ceuta, em 1415 até 1455, ano em que se inicia a crônica. Outros cronistas portugueses também já haviam dedicado seus trabalhos ao mesmo período, como Gomes Eanes de Zurara, que escreveu sobre a conquista e exploração do norte da África pelos lusos; Rui de Pina, que escreve sobre o reinado de D. Afonso V; João de Barros, com sua *Década primeira*, que continha os relatos dos descobrimentos portugueses de 1415 a 1447. Zurara e Pina haviam sido guardas-mores do Tombo. Zurara escrevera de 1449 a 1450 a *Crônica da tomada de Ceuta* e mais tarde as crônicas do Conde D. Pedro de Meneses e a de D. Duarte de Meneses e também a *Crônica dos Descobrimentos e Conquista da Guiné*. Rui de Pina dedicou a *Crônica*

²⁴⁷Tais informações tivemos acesso pois a crônica consultada é uma obra comentada, e tivemos contato com o texto original sem cortes, e podemos estabelecer um tipo de comparação.

do rei D. Afonso V a D. Manuel, pois a redigiu durante o seu reinado. João de Barros usa alguns desses textos como fonte para as *Décadas da Ásia*. Damião de Góis reconhece e faz considerações sobre os trabalhos destes escritores cuja obra propõe complementar.

De tudo que ficou dito, podemos considerar que Damião de Góis não duvidou que a empresa marítima portuguesa trouxe mais fé no potencial do homem, permitindo que os conhecimentos se tornassem mais concretos, dado que sustentados na experiência. Pode-se dizer que os seres e as coisas do mundo foram interpretadas de forma diferente no tempo de Góis, ganhando uma nova roupagem e um valor mais terreno. E é essa “nova roupagem” teve seu lugar também na história contada a partir de então. Conforme tentamos perceber, Góis foi um homem de influências múltiplas, que se preocupou em encontrar uma maneira de deixar para a posteridade os feitos e acontecimentos de dois monarcas portugueses, não deixando de lado, em momento algum, um novo protagonista, muito relevante do que esses reis na trajetória expansionista lusitana: o povo português.

CONCLUSÃO

De tudo o que ficou dito, podemos considerar que, a partir do século XVI, surge uma nova postura dos homens de letras que se dedicam a registrar a memória do rei e da nação. Com o Humanismo e a Reforma foram lançadas as sementes de novas formas de pensar, de que são exemplo os escritos de Damião de Góis. Nesse momento, o homem passou a depositar em si mesmo uma maior confiança, notável nos trabalhos levados a cabo pelos maiores pensadores do Quinhentos, bem como na própria empresa expansionista, que veio trazer novas questões para os autores dos mais diversos gêneros. Damião de Góis esteve entre aqueles que não duvidaram que os sucessos expansionistas portugueses se deram em grande parte devido às capacidades humanas, porém, sem descartar que a essas capacidades se juntava uma dose de intervenção divina.

Vários autores quinhentistas alardearam que foi a partir dos descobrimentos que se conheceram as terras antes apenas pressupostas pelos pensadores da Antigüidade. Damião de Góis fez coro com esses seus contemporâneos, anunciando que o tempo que lhe era dado iria permitir saciar e esclarecer pela experiência o que outros apenas haviam imaginado. Exemplo disso é a curiosidade que demonstra por terras e culturas diferentes e distantes do Velho Mundo.

Ilustre representante dos homens letrados do seu tempo, Góis foi um humanista/erasmita que se empenhou em posicionar-se no centro das discussões e controvérsias que o encontro com os novos mundos trouxe. O cronista opõe-se a seus antecessores por almejar remodelar os conceitos e concepções trabalhados por esses na preservação do passado por meio da escrita cronística.

Através das inúmeras citações apresentadas e discussões levantadas nesta pesquisa, tentamos perceber, por um lado, os aspectos comuns que aproximam Damião de Góis dos cronistas medievais, por outro, os aspectos que o diferenciam, atentando para as peculiaridades de cada tempo histórico e de cada escritor.

Essas diferenças e aproximações foram sobretudo notadas através da comparação direta com o cronista português Rui de Pina, cronista alvo de inúmeras críticas proferidas por Damião de Góis e também cronista considerado pela historiografia como protótipo da transição entre o homem medieval e o homem moderno. A partir daí, buscamos achegas às condições do fazer histórico que foi trilhado no alvorecer da Idade Moderna.

No exame desse processo, um objetivo entre cronistas quatrocentistas e quinhentistas se mostrou perene: o de preservar o passado e a memória dos portugueses por meio da escrita,

mais especificamente da crônica, e fazê-lo tendo como parâmetro a verdade. Mas já é possível notar que, no século XVI, a verdade documental – base em Fernão Lopes – e a verdade testemunhal – base em Zurara – dividem espaço com a verdade experiencial. E é possível também notar como um cronista, alimentado por um saber livresco até então não visto em Portugal, construiu uma história em que tenta já alçar vôos que não o restringem aos feitos bélicos e governativos portugueses.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luís de. As navegações e a sua projeção na ciência e na cultura. Lisboa: Gradativa, 1987.

_____. Os descobrimentos portugueses. Lisboa: Alfa, 1983-1985.

ALBUQUERQUE, Martim de. Estudos de cultura portuguesa. Lisboa: INCM, 1983.

AMADO, Teresa. Os gêneros e o trabalho textual. Lisboa: Cosmos, 1997.

ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. Mundos novos do mundo. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

ANSELMO, Antônio Joaquim. Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI. Lisboa: BNL, 1926.

ANSELMO, Artur. As origens da imprensa em Portugal. Lisboa: INCM, 1974.

AVELAR, Ana Paula Menino. Fernão Lopes de Castanheda: historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha? Lisboa: Cosmos, 1997.

BARRETO, Luís Filipe. Os descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sócio cultural, 2. ed. Lisboa: Gradativa, 1987.

_____. Portugal mensageiro do mundo renascentista. Lisboa: Quetzal, 1988.

BARROS, João de. Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Lisboa: Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1988.

BATTAILON, Marcel. Erasmo y erasmismo. Barcelona: Crítica, 1978

_____. Études sur lê Portugal au temps de l'humanisme. Paris: F. Calouste Gulbenkian, 1974.

_____. O cosmopolitismo de Damião de Góis. Lisboa: Seara Nova, 1938.

BOXER, Charles R. O império colonial português: 1415-1825. Porto: Afrontamento, 1977.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. A memória da nação. Lisboa: Sá Da Costa, 1991.

CARDIM, Pedro. Livros e literatura e homens de letras de letras no tempo de João de Barros. Oceanos, Lisboa, n. 27, p. 27-47, jul./set. 1996.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. O renascimento português: em busca da sua especificidade. Lisboa: INCM, 1980.

CARVALHO, Joaquim de. Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948.

_____. Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949.

CAVALLO, Guglielmo ; CHARTIER, Roger. (Dir). História de la lectura en el mundo occidental. 2. ed. Tradução de Cláudia Cavalcanti et al. Madrid: Taurus, 1998.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro. Tradução de Reginaldo Carmello de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

_____. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Diefel, 1990.

_____. Leituras e leitores na França do antigo regime. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. O mundo como representação. Revista do IEA, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CIDADE, Hernani. Literatura portuguesa e a expansão Ultramarina. 2. ed. refundida e ampl. Coimbra: Armênio Amado, 1963. 2 v.

_____. Lições de cultura e literatura portuguesa. 3. ed. corrigida, actual. e ampl. Coimbra: Editora Limitada, 1951. v. 1.

CURTO, Diogo Ramada. Língua e memória. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). História de Portugal: no alvorecer da modernidade. Coimbra: Estampa, 1973. v. 3.

DIAS, José Sebastião da Silva. A política cultural da época de D. João III. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1969. v. 1.

_____. Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI. 2. ed. Lisboa: Presença, 1982.

FARIA, Francisco Leite de. Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1977.

FIGUEREDO, Albano. A idéia de historiografia e sua materialização genológica em Gomes Eanes de Zurara. Lisboa: Cosmos, 1997.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Tradução de Antonio F. Casacais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja, 1992.

FRAGA, Maria Tereza de. Humanismo e experimentalismo na cultura do século XVI. Coimbra: Almedina, 1976.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Concepções de história dos primeiros cronistas régios portugueses. História, São Paulo, v. 20, p 117-134, 2001.

_____. Os reinos dos cronistas medievais: século XV. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. O problema da originalidade e da autoria nas crônicas medievais. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 4., 2003, Belo Horizonte. Anais Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 381–387.

GOMES, R. C. Rui de Pina. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa. Lisboa: Caminho, 1993.

GRAFTOM, Antony. O leitor humanista. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Dir.). História da leitura do mundo ocidental. Tradução de Cláudia Cavalcanti. São Paulo: Ática, 1999.

GUENEE, Bernard. Histoire et chronique. Nouvelles reflexions sur les genres historiques au Moyen Âge. In: POIRION, Daniel (Org.). La chronique et l'histoire au Moyen-Age. Paris: Presses de l'Université de Paris Sorbonne, 1986.

HIRSCH, Elisabeth Feist. Damião de Góis. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

HOOYKAAS, Rever. Os descobrimentos e o humanismo na ciência e nas letras portuguesas doséculo XVI. Lisboa: Gradativa, 1983.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. cap. 2.

KRUS, L. Cronistas. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa. Lisboa: Caminho, 1993.

LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1993.

LAPA, Manuel Rodrigues. Historiadores quinhentistas. Lisboa: Seara Nova, 1972.

MACEDO, Borges de. Damião de Góis et l'historiographie portugaise. Paris: Centro Cultural Português, 1982.

_____. Livros impressos em Portugal no século XVI: interesses e formas de mentalidade. Arquivos de Centro Cultural, Paris, n. 9, p. 183-221, 1975.

MACEDO, Helder; GIL, Fernando. Viagens do olhar: retrospectiva, visão e profecia no renascimento português. Porto: CIA das Letras, 1998.

MARTINS, José V. De Pina. Cultura portuguesa. Lisboa, Verbo, 1974.

_____. Humanismo e erasmismo na cultura portuguesa do século XVI. Paris: F. Calouste Gulbenkian, 1973.

_____. Humanismo e renascimento. Lisboa: Faculdade de Letras, 1969.

_____. Sobre o conceito de humanismo e alguns aspectos históricos: doutrinas da cultura renascentista. Paris: Centro Cultural Português, 1970.

MATTOSO, José (Dir.). História de Portugal. Lisboa: Estampa, [19--?]. v. 3.

MENDES, Antônio Rosa. A vida cultural. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). História de Portugal: no alvorecer da modernidade. Coimbra: Estampa, 1973. v. 3.

OSÓRIO, Jorge Alves. O humanismo português e Erasmo. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978.

_____. Humanismo e história. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993.

RAMALHO, Américo da Costa. Estudos sobre a época do renascimento. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969.

_____. Estudos sobre o século XVI. 2. ed. Lisboa: INCM, 1988. v. 1.

_____. Estudos sobre o século XVI. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

_____. Para a história do humanismo em Portugal. Lisboa: INIC, 1988.

REBELO, Luís de Sousa. Damião de Góis e os chamamentos do humanismo. In: DAMIÃO de Góis: humanismo português na Europa do renascimento. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

RIBEIRO, Cristina Almeida; MADUREIRA, Margarida. (Coord.). O gênero do texto medieval. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

SARAIVA, Antonio José. História da cultura em Portugal. Lisboa: Jornal do Foro, 1950-1962. 2 v.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. A historiografia portuguesa. Lisboa: Verbo, 1972. v. 1.

_____. A historiografia portuguesa. Lisboa: Verbo, 1972. v. 2.

_____. História de Portugal (1580). Portugal: Verbo, 1978.

SOARES, Nair Castro. A literatura de sentenças no humanismo português: res et uerba. Humanitas, Coimbra, ano 43-44, p 377-410, 1991-1992.

TAVARES, José Fernando. Damião de Góis: um paradigma erasmiano no humanismo Português. Lisboa: Universitária, 1999.

TORRES, Amadeu. Damião de Góis e o Erasmismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL: O humanismo português (1500-1600). 1., 1985, Lisboa. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1985. p. 80 - 87.

_____. Noese e crise na epistolografia Latina Goisiana. Paris: Centro Cultural Português, 1982.

_____. Noese e crise na epistolografia Latina Goisiana – II. Damião de Góis na mundividência do renascimento. Revista Portuguesa de História, Coimbra, v. 20, p 261-265, 1983.

_____. Damião de Góis e o pensamento renascentista: do ciceronianismo ao ecletismo. Arquivo do Centro Cultural Português, Paris, n. 17, p. 3-40, 1982.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Tradução Antônio José da Silva Moreira. São Paulo: Edições 70, 1971.

FONTES

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses. Lisboa: Lello & Irmão, 1979.

GÓIS, Damião de. Chronica do felicíssimo Rey D. Emanuel da gloriosa memória. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949a. pte. 1-4.

GÓIS, Damião de. Chronica do Príncipe D. João: prólogo. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949b.

PINA, Rui de. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977a.

_____. Crônica del Rei D. Duarte: introdução. In: _____. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977b.

_____. Crônica del Rei D. Duarte: prólogo. In: _____. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977c.

_____. Crônica del Rei D. Sancho I: prólogo. In: _____. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977d.

_____. Crônica del Rei D. Afonso III: prólogo. In: _____. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977e.

_____. Crônica del Rei D. Sancho II: prólogo. In: _____. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977f.

_____. Crônica del Rei D. Afonso II: prólogo. In: _____. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977g.

_____. Crônica del Rei D. Diniz: prólogo. In: _____. Crônicas. Ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977h.

_____. Crônica del Rei D. João II: prólogo. In: _____. Crônicas. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977i.

VASCONCELOS, Joaquim de Damiao de Goes: novos estudos. Porto, 1897.

ZURARA, Gomes Eanes de. Crônica do Conde D. Pedro de Menezes: reprodução fac-similada com nota e apresentação de José de Freitas Carvalho. Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988.